



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Mistas Permanentes

ANO LXVII – SUP. “C” AO Nº 124 – SEXTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

| MESA DO SENADO FEDERAL | |
|---|--|
| PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ² | 3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7) 2º - João Durval - (P DT-BA) 3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM) |

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

| LIDERANÇAS | | |
|--|--|---|
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá ⁽⁴⁰⁾ Sérgio Souza ⁽²⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim | Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,24) Vice-Líderes Acir Gurgacz ⁽⁴⁹⁾ Lídice da Mata ^(29,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(37,44) Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,24) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁷⁾ Lindbergh Farias ⁽²³⁾ Ana Rita ⁽²⁸⁾ Anibal Diniz ⁽²⁵⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz ⁽⁴⁹⁾ Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lídice da Mata ^(29,38) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(37,44) | Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁶⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³¹⁾ Flexa Ribeiro ^(7,32) Lúcia Vânia ⁽³³⁾ Mário Couto ⁽³⁴⁾ Paulo Bauer ^(6,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(6,35) Flexa Ribeiro ^(7,32) Líder do DEM - 5 José Agripino ^(2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁶⁾ |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 12 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi ^(19,51) Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ João Vicente Claudino Eduardo Amorim ^(17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 5 Blairo Maggi ^(19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ^(17,47,48) | Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁹⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata ^(29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo | PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾ |

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

| EXPEDIENTE | |
|--|--|
| Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial | Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia |

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

| | | |
|--|---|-------|
| 1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA | Ata da 5ª Reunião, realizada em 9 de maio de 2012..... | 00004 |
| 1.1 – ATAS DE COMISSÕES MISTAS PERMANENTES | Ata da 6ª Reunião, realizada em 16 de maio de 2012 | 00029 |
| 1.1.1 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC | Ata da 7ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de maio de 2012 (realizada em conjunto com a 28ª Reunião da CRE) | 00043 |

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia nove de maio do ano de dois mil e doze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Márcio Macêdo, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Sérgio Souza e Vanessa Grazziotin, e dos Deputados André Zacharow, Luiz Noé, Alfredo Sirkis, Leonardo Monteiro, Adrian e Ricardo Tripoli, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta destinada à realização de Audiência Pública cujo tema trata do “pagamento por serviços ambientais: mecanismos de financiamento da proteção do meio ambiente”, em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão em dez de abril próximo passado, com a presença dos seguintes convidados: Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Vicente Andreu, Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA; Albano Araujo, representante da Organização The Nature Conservancy – TNC; e Saulo Rodrigues Filho, Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS da Universidade de Brasília – UnB. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Relator da Comissão, Senador Sérgio Souza, a Senadora Vanessa Grazziotin, e os Deputados Ricardo Tripoli e Alfredo Sirkis. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Deputado **Márcio Macêdo**, Presidente da CMMC.

CMMC (5ª Reunião) 09/05/2012

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Boa tarde às senhoras e aos senhores aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre

Mudanças Climáticas, criada no âmbito do Congresso Nacional mediante a Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional.

Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A pauta desta reunião desta reunião destina-se à audiência pública para tratar do tema “Pagamento por Serviços Ambientais: mecanismos de financiamento da proteção do meio ambiente”, em conformidade com a aprovação do plano de trabalho da Comissão em 10 de abril próximo passado.

Convidamos o Dr. Roberto Brandão, que já se encontra aqui na Mesa; o Dr. Vicente Andreu; o Dr. Albano Araújo, representando a organização TNC; o Dr. Saulo Rodrigues Filho, Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS da Universidade de Brasília, UnB, que já está ao nosso lado.

O Dr. Roberto Brandão é Secretário da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente; o Dr. Vicente Andreu é o Diretor-Presidente da ANA – Agência Nacional de Águas.

Convido todos os senhores para tomarem assento.

Queria cumprimentar o meu querido amigo e companheiro de Mesa desta Comissão Senador Sérgio Souza, Relator na Comissão.

Queria brevemente cumprimentar os senhores e as senhoras aqui presentes, todos que nos assistem e nos ouvem neste momento.

Senhoras e senhores, na gênese da questão ambiental reside a dicotomia entre a necessidade de proteger os ecossistemas com vistas a garantir o seu usufruto para as futuras gerações e a necessidade, especialmente em países como o Brasil, de combater a pobreza, promovendo o desenvolvimento sustentável em benefício das populações mais pobres e dependentes dos ecossistemas.

A natureza presta serviços essenciais à vida na Terra, tais como a regulação de gases, a conservação da biodiversidade, a proteção dos solos, a preservação dos cursos d’água, sem esquecer as belezas cênicas que nos acariciam a alma.

Há certo consenso em torno da ideia de precificar os serviços prestados pelos diferentes ecossistemas e de remunerar as populações que os preservam de forma direta ou indireta.

Deputado Leonardo Monteiro, infelizmente parece que o consenso termina onde mal começou. Quanto vale um serviço ambiental? Quem vai pagar por ele? Como medir e avaliar os serviços ambientais? Há me-

canismos de mercado capazes de garantir a conservação dos serviços ambientais?

Essas e muitas outras perguntas carecem de respostas definitivas e espero que esta audiência pública possa constituir-se em mais um espaço privilegiado de debate e de construção de consenso em busca de uma política nacional de pagamento de serviços ambientais.

De minha parte, quero chamar a atenção para o fato de que os atuais processos de decisão muitas vezes ignoram ou subestimam o valor dos serviços ambientais.

Embora tenham a sua importância, mecanismos de mercado nem sempre garantem a conservação dos serviços ambientais. Os valores de um ecossistema são apenas uma das bases sobre as quais as decisões sobre as gestões desses ecossistemas deveriam ser tomadas.

Muitos outros fatores, incluindo noções do valor intrínseco e outros objetivos que a sociedade pode ter também precisam ser levados em conta.

Mesmo quando existe mercado para serviço ambiental os resultados obtidos pela ação do mercado podem ser indesejáveis, pois os mercados muitas vezes são incapazes de responder a questões relacionadas com a promoção da igualdade associada à gestão dos ecossistemas para as gerações presentes e futuras.

Não podemos nunca esquecer que algumas mudanças dos serviços ambientais são irreversíveis. Historicamente a precificação de uma floresta sempre levou em conta somente os produtos que delas poderiam ser extraídos, como a venda de madeira, os ganhos com a pecuária e com as plantações. Os serviços ambientais nunca foram incluídos nesses cálculos. Os projetos que hoje analisamos em ambas as Casas Legislativas buscam corrigir essa falha, remunerando quem preserva.

Estou convencido de que o custo pelo serviço pelos serviços ambientais deve ser assumido por toda a sociedade. A preservação do meio ambiente tem que ser mais lucrativa do que a sua destruição e os custos estimados das mudanças climáticas justificam plenamente essa proposta.

Na Câmara dos Deputados, a primeira proposição sobre o tema foi o PL nº 2007, do Deputado Anselmo de Jesus, do PT de Roraima, coordenador da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar.

Esse primeiro projeto é bastante conciso. Composto de três artigos, estabelece que terá direito ao pagamento ou compensação aqueles que, de forma voluntária, aplicar ou desenvolver serviços ambientais. A essa proposição foram apensados vários outros de teor semelhante, quase todos enfocando como provedores dos serviços ambientais pequenos produtores rurais e comunidades tradicionais e extrativistas.

São as seguintes as proposições apensadas: PL 1190/2007, de Antonio Palocci (PT – SP); PL 1999/2007, de Ângelo Vanhoni (PT – PR); PL 2364/2007, de José Fernando (PV – MG); PL 1667, do Deputado de Fernando de Fabinho (DEM – BA); PL 1920/2007, do Deputado Sebastião Bala Rocha (PDT – AP); PL 6005/2009, do Deputado Beto Faro (PT – PA); e PL 5528/2009, de Silas Câmara (PSC – AM); além do PL 6204, de Carlos Bezerra (PMDB – MT); PL 7061/2010, do Deputado Zonta (PP – SC); e do PL 5487/2009, do Poder Executivo, que institui a Política Nacional dos Serviços Ambientais, o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais, estabelece formas de controle e financiamento desse Programa, e dá outras providências.

Dentre todas essas iniciativas, ganhou destaque nos debates e negociações o projeto do Governo, que se transformou no texto base das negociações nas comissões da Câmara.

A seguir, os principais pontos que eu queria brevemente relatar.

Definem-se serviços ambientais como aqueles desempenhados pelo meio ambiente, que resultam em condições adequadas à sadia qualidade de vida, constituindo as modalidades de serviços de abastecimento, serviço de suporte e regulação e serviços culturais, cujas definições estão contidas no projeto;

Define o pagamento de serviços ambientais, com a retribuição monetária ou não, as atividades humanas de restabelecimento, manutenção e melhoria dos ecossistemas que geram serviços ambientais e que estejam amparados por planos e programas específicos;

Define o receptor do pagamento pelos serviços ambientais aquele que restabelece, recupera, mantém ou melhora os ecossistemas no âmbito dos planos e programas específicos; propõe a criação do Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais, com recursos dos *royalties* do pré-sal.

O Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais será executado por meio dos seguintes programas: Subprograma Floresta, voltado aos povos, comunidades tradicionais indígenas, assentados da reforma agrária e agricultores familiares; Subprograma RPPN, voltado àqueles que instituem RPPNs de até quatro módulos fiscais; e Subprograma Água, voltado para os proprietários de terras de até quatro módulos fiscais nas bacias hidrográficas de baixa disponibilidade e qualidade hídrica.

Na Comissão de Agricultura da Câmara foi aprovado substitutivo que, entre outras alterações, amplia os beneficiários do projeto para qualquer um que aja no sentido de manter, recuperar e restaurar os ecossistemas, fazendo com que os grandes proprietários

concorram com o pagamento de serviços ambientais. Também desvinculou o programa do Subprograma RPPN Água.

Na Comissão de Meio Ambiente, o projeto original foi praticamente restabelecido, mas a possibilidade de beneficiar os médios e grandes proprietários permaneceu com prioridade para os pequenos.

Atualmente, Senador Sérgio, o projeto encontra-se aguardando o parecer do Deputado Arnaldo Jardim, que é Membro desta Comissão, na Comissão de Finanças e Tributação. Como é conclusivo nas comissões, o projeto só irá ao plenário sob requerimento.

Essa é a realidade do debate atual na Câmara dos Deputados sobre o pagamento de serviços ambientais. Confio que a audiência pública que hoje realizamos será fundamental não só para o debate deste tema na preparação da Rio+20, mas, também, para subsidiar nossa atuação dentro do Congresso Nacional, com vista à aprovação desta matéria na Câmara dos Deputados.

Como Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e como Membro Titular da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, quero reafirmar o meu compromisso com esta matéria e com o seu cunho voltado para os pequenos agricultores e para as comunidades tradicionais, os indígenas e ribeirinhos. E que esta Comissão possa cumprir o seu papel de debate e de promover políticas nesse sentido.

Muito obrigado.

Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Sérgio Souza, Relator desta Comissão. Em seguida, iniciaremos o debate, com os palestrantes usando da palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. expositores, caro colega, Deputado Monteiro, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, assessores, é um privilégio desta Comissão poder debater assuntos de tamanho interesse. O pagamento de serviços ambientais tem, no seu bojo, um incentivo à preservação e à conservação do meio ambiente, na medida em que você vai tornar uma área que era considerada por muito improdutiva em produtiva. Essas áreas ou essas ações são essenciais para a sobrevivência da vida no Planeta.

Temos que ter a responsabilidade aqui, no Congresso Nacional, de conduzir a legislação nesse sentido e, para isso, audiências públicas como esta, onde será debatido o tema e aprofundadas as ideias sobre o tema, necessariamente pautarão esta relatoria e esta Comissão em futuras proposições legislativas e, também, indicações de resultados dos trabalhos desta Comissão.

Eu queria somente, Sr. Presidente, agradecer a presença de todos aqui, já no início desta reunião, e

me reservar para mais ao final fazer as perguntas a todos os expositores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)
– Obrigado, Senador Sérgio Souza.

Eu queria combinar com os senhores palestrantes o tempo de 15 minutos para cada apresentação e nós possamos ter um tempo para debates.

Gostaria de iniciar da esquerda para a direita, com o Prof. Saulo Rodrigues Filho, que pode ficar à vontade para as suas considerações.

O SR. SAULO RODRIGUES FILHO – Boa tarde. É um grande prazer estar aqui. Queria agradecer o convite ao Presidente da Comissão, Deputado Márcio Macêdo.

Senador Sérgio Souza, Deputados e Senadores, senhoras e senhores, sinto-me com uma grande responsabilidade ao ser convidado para tratar de um tema tão relevante aqui, nesta Comissão, como Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável, um programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, que já se dedica, há dezessete anos, à formação de competências na área de desenvolvimento sustentável.

O tema “pagamento por serviços ambientais” nos é muito caro. Trata-se de uma modalidade de promoção da gestão ambiental, conhecida como instrumento econômico. O pagamento por serviços ambientais é um dos instrumentos econômicos que promovem a gestão ambiental. Nos anos mais recentes, vem ganhando bastante força a utilização desse tipo de instrumento nos diversos países. Especialmente no Brasil, também, esse tipo de regulação vem sendo aplicada com crescente importância.

É importante ressaltar que o pagamento por serviços ambientais e os instrumentos econômicos, de maneira geral, que estão voltados para a promoção da gestão ambiental, devem ser vistos como uma complementação aos instrumentos reguladores conhecidos como instrumentos de comando e controle, os instrumentos regulatórios dos quais podemos destacar o próprio Código Florestal, a Lei de Crimes Ambientais, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e todos os outros instrumentos regulatórios que se baseiam na visão coercitiva, ou seja, do comando e controle, estabelecendo normas, procedimentos que os agentes econômicos devem obedecer e observar.

O surgimento dos instrumentos econômicos data de algumas décadas atrás. Um dos primeiros registros de que temos conhecimento surge na Costa Rica, em 1969, com a implementação de um programa de pagamento por serviços ambientais, que remunerava produtores que promoviam a conservação de nascentes, de paisagens de interesse para o turismo ecológico,

atividade econômica importante para um país como a Costa Rica. Desde então, temos observado, portanto, nos últimos 40 anos, uma crescente utilização desse tipo de instrumento econômico para a gestão ambiental.

Na década de 70, nos Estados Unidos, surge o *Clean Air Act*, o Tratado do Ar Limpo, que regulava as emissões de dióxido de enxofre por parte de termelétricas, causando problemas muito graves como chuva ácida e outros problemas ambientais. E esse tipo de abordagem voltada para uma ótica de mercado, ou seja, a característica principal do instrumento econômico gestão ambiental, e o pagamento de serviços ambientais é um deles, é que seja de adesão voluntária. Então, o caráter voluntário de adesão a esse instrumento já o diferencia na sua origem dos demais instrumentos utilizados na gestão ambiental. E esse caráter voluntário é importante porque ele caracteriza, na verdade, um incentivo aos agentes econômicos e aos atores sociais que contribuam para a promoção de práticas e atitudes que sejam mais sustentáveis. Esse caráter voluntário me parece uma característica essencial e que está contemplada nos diversos projetos que tramitam aqui no Congresso, esse projeto especificamente que o Governo propôs e que está agora sob a relatoria, sob o parecer que deverá ser dado pelo Deputado Arnaldo Jardim.

Então, a gente vê com grande expectativa esse projeto ser aprovado aqui na Câmara dos Deputados, pelo Congresso Nacional, porque, sem dúvida alguma, caracteriza um passo adiante na promoção de boas práticas, atividades produtivas mais sustentáveis e, dentre elas, eu destacaria a questão das ações de produção agrícola associada com conservação florestal; as atividades agroextrativistas, agroflorestais, que, ao mesmo tempo em que promovem a produção agrícola no campo, elas também têm associada a elas uma preocupação com a conservação. São atividades consorciadas de conservação e de produção agrícola chamadas de atividades agroflorestais ou agroextrativistas.

É importante que haja um instrumento regulatório que promova esse tipo de atividade, porque ela sozinha não consegue competir com as atividades tradicionais da nossa economia agrícola, que se baseiam, essencialmente, em técnicas numa ocupação territorial que é notoriamente danosa à questão ambiental. Então, para que a gente tenha uma complementação aos instrumentos regulatórios, notadamente o Código Florestal, é importantíssimo que os instrumentos econômicos estejam atuando para a consecução dos objetivos maiores da política nacional de meio ambiente e para a promoção de atividades mais sustentáveis.

Isso pode, ao mesmo tempo, promover uma atividade que não consegue sozinha competir com as

atividades convencionais – portanto, caracterizando aí uma falha de mercado que não consegue incorporar de forma voluntária as preocupações ambientais; e temos, então, esse instrumento como um instrumento que visa a corrigir essa falha de mercado, promovendo a conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo não abrindo mão da produção de geração de renda e emprego no campo.

Então, vejo isso como uma grande oportunidade que o Brasil tem de avançar no ano da Rio+20. O Brasil tem um papel histórico de hospedar uma importante conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, no próximo mês, no Rio de Janeiro, e é muito importante que a gente tenha condições de mostrar nesse fórum que o Brasil é um País que tem a oportunidade de mostrar ao mundo um modelo de desenvolvimento que seja mais sustentável. E, para isso, precisamos mostrar ações concretas, precisamos mostrar objetivos ousados.

E, com relação à questão climática, nós vemos que o pagamento de serviços ambientais tem como instrumento um potencial enorme de promover não só a mitigação dos gases de efeito estufa, controlando, reduzindo as taxas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado, e também nos outros biomas brasileiros, mas temos a oportunidade de promover a adaptação reduzindo a vulnerabilidade de comunidades notoriamente vulneráveis aos eventos climáticos extremos – e aí a gente destaca a agricultura familiar, as populações tradicionais que têm um aparato institucional em sua proteção muito precário ainda no Brasil. E essa é uma oportunidade de nós fazermos a promoção do bem-estar dessas populações mais vulneráveis, reduzindo a sua vulnerabilidade sem tirar delas a possibilidade de produzir, de gerar renda, de gerar riqueza, de gerar o seu próprio bem-estar.

Então, eu destacaria esses três pontos, Deputado: o caráter voluntário desses instrumentos – é preciso que se perceba que isso é algo essencial; a questão da adicionalidade – é preciso ter sistemas de monitoramento e de acompanhamento para que os beneficiados por esses instrumentos, por esses pagamentos estejam, de fato, promovendo o serviço que se espera deles, precisamos criar um sistema de controle, monitoramento e fiscalização para que esses instrumentos não percam a sua credibilidade a partir da sua implementação; e precisamos valorizar o bioma que, a nosso ver, mostra-se como o bioma mais ameaçado no Brasil – apesar de a Amazônia receber grande parte das atenções, na Rio+20 a Amazônia estará novamente no centro das atenções, temos o Fundo Amazônia, com um aporte volumoso de recur-

sos, principalmente do Governo da Noruega, mas não temos um fundo internacional criado para o Cerrado.

Precisamos trazer para o foco das atenções de proteção ao meio ambiente no Brasil, a questão do Cerrado, um bioma extremamente ameaçado, extremamente vulnerável e que desempenha um serviço ambiental absolutamente essencial para o País, que diz respeito às principais nascentes dos principais cursos d'água, dos principais rios brasileiros, tendo uma biodiversidade fantástica e, no entanto, devido ao crescimento da produção agrícola no Centro-Oeste brasileiro, especialmente onde há vegetação de Cerrado, a gente nota que esse bioma requer uma atenção especial. Eu destacaria o pagamento dos serviços ambientais como um instrumento com o qual a gente pode fazer com que essas distorções de mercado sejam corrigidas, e, para isso, o CDS da UNB vai ter um estande na Rio+20, no Píer Mauá, com grande destaque para a questão do Cerrado, para a vulnerabilidade do Cerrado e para a necessidade de que os formuladores de políticas públicas e os gestores públicos no Brasil possam fazer com que esse bioma tão ameaçado possa melhorar a preservação e conservação dos territórios cobertos por esse importante bioma.

Então, eu destacaria esses pontos, Sr. Presidente, e agradeço mais uma vez pela oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Quero agradecer o Prof. Saulo e passar a palavra ao Dr. Roberto, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente. Antes, porém, quero cumprimentar o Deputado Alfredo Sirkis, do PV do Rio de Janeiro.

Pois não, Dr. Roberto, com a palavra.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Deputado Márcio Macêdo, Senador Sérgio Souza, Parlamentares presentes, Membros da Mesa, membros aqui da audiência, agradeço o convite e eu gostaria de dizer, Deputado, que essas suas palavras de abertura realmente geraram um panorama ideal para conduzir aqui essa apresentação que nos foi solicitada. O Saulo, aqui do lado, já...

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Dr. Roberto, eu queria interromper para convidar o Dr. Vicente, Presidente da ANA, que está acabando de chegar, para compor a nossa Mesa.

Seja bem-vindo!

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Mas, Deputado, então, suas palavras de abertura nos colocaram o panorama e o objetivo muito bem dessa questão do desafio do pagamento dos serviços ambientais, e o Saulo aqui, colega também da UnB, já deu recado sobre algumas das prioridades.

O que eu gostaria de falar seria, por um lado, o que o Executivo, principalmente dentro do Ministério do Meio Ambiente, pode por à disposição do Legislativo e da comunidade governamental, não governamental e setor empresarial para mecanismos já existentes, sem detrimento, Deputado, dessas iniciativas legislativas que são fundamentais para ordenar e colocar numa forma muito mais poderosa nesse conceito por pagamento por serviços ambientais.

Nós temos várias experiências em todos os setores já no Brasil, mas é uma coisa mais de baixo para cima. E, como em área onde temos certa assimetria entre os provedores e os beneficiários, e provedores de serviços ambientais, como o senhor colocou, são, sobretudo e muito frequentemente, pequenos proprietários, comunidades locais ou empresas ou grupos que estão localizados fisicamente em áreas discretas, mas os serviços ambientais providos como decorrência ou das suas atividades ou da área física onde estão localizados são serviços de natureza que beneficiam a comunidade e a sociedade como um todo. E, no caso do Brasil, os serviços ambientais providos pela Amazônia têm benefícios globais, não é?

Então, à medida que o Brasil, que é o País número um da biodiversidade, também se dispõe a ocupar esse espaço no panorama global, é absolutamente essencial haver uma internalização da questão da recompensa por serviços ambientais, para que o Brasil possa mostrar ao mundo também como esse tipo de mecanismo pode funcionar numa escala global. Não adiante sair por aí pedindo “precisamos ajudar, etc.” Não, o Brasil precisa demonstrar que tem mecanismos consistentes dentro da sua sociedade que permitem a sustentação e a transparência na remuneração e na recompensa por serviços ambientais.

Do ponto de vista do Governo Federal, Deputado, é importante que o Governo possa colocar, como o senhor colocou na sua apresentação de abertura, disponibilizar recursos em nível nacional para que possam ser transferidos para os beneficiários, porque é isso o que o pessoal espera. Está todo mundo: Ó, eu estou fazendo a minha parte, onde é que o Governo pode nos ajudar?

E digo não só as expectativas nesse lado, por parte das comunidades locais, por parte das comunidades locais, dos beneficiários locais, mas os próprios Estados brasileiros já estão colocando em ordem programas de pagamentos por serviços ambientais e esperam que a União ajude ou divida esse tipo de desafio.

Já vou começar a apresentação, que é mais uma recapitulação do que está disponível, e vou deixar a apresentação, Deputados e Senadores, disponível para quem quiser e precisar.

Mas, a título de exemplo, o Estado do Paraná acabou de lançar um programa de Bioclima, que é Biodiversidade e Clima, e a parte de sustentação financeira vai vir por um Pagamento de Serviços Ambientais que nós consideramos que é bem inovador, porque ele tem várias modalidades. Há o Biocrédito, para quem faz unidades de conservação particulares; há o Bio-Redd, para quem mantém a floresta para captura de carbono e para evitar a mitigação de emissões, acima e além das exigências legais; há o Biobônus, para quem quer fazer recuperação de áreas de mata ciliar, de reserva legal em áreas estratégicas, corredores ecológicos; e há um Biocrédito que seria mais voltado ao setor empresarial, que é o mercado de carbono. Portanto, esse tipo de mecanismo mostra que o Pagamento de Serviços Ambientais não é só algo voltado para um setor específico da sociedade, mas há mecanismos que permitem que todos os autores da sociedade façam parte.

Deputado, eu queria também colocar à disposição da Comissão essa publicação do Ministério do Meio Ambiente e de muitos parceiros, da GIZ, KfW, TNC, que está aqui à mesa, o Funbio, sobre as lições aprendidas e desafios de pagamentos por serviços ambientais na Mata Atlântica. Eu me uno às palavras do Saulo de que seria muito importante um investimento semelhante ou até comensurável para a região do Cerrado e também da Mata Atlântica.

Agora vou passar rapidamente para a apresentação que os técnicos do ministério, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas fizeram. Temos aqui à mesa também um colega do ministério Dr. Vicente Andreu, que certamente vai falar mais da parte de água, mas vou dar uma recapitulada do que nós temos disponíveis e colocamos à disposição da comissão, Deputado, para uso nessas legislações que estão à mesa.

Próximo.

Bom, então o conceito do PSA é basicamente o seguinte: um produtor rural na situação a esquerda, naquela área azul, que é uma área não utilizada, pode utilizar parte, que é a situação do meio, em que um bloco é, digamos, convertido para atividades como pastoreio, pastagens ou outras, e tem um delta que é uma área que não está utilizada. Há um incentivo voluntário para que essa área, aquela paisagem seja colocada à disposição para serviços ambientais como dissemos, tanto de característica local – como produção de água –, regional – bioprospecção, banco de espécies –, ou mesmo de características globais – como ocorrência de espécies únicas, que não existem em nenhum outro lugar do mundo. Isso é típico do Brasil, não é? Há muitas áreas como a Serra do Espinhaço; aqui mesmo próximo a Brasília, a gente tem a Chapa-

da dos Veadeiros, um grande conjunto de espécies da flora que só ocorrem lá. Então, um fazendeiro nessa região pode até colocar uma área a disposição como pagamento por serviços ambientais que tem interesse global, universal.

A pergunta é: Como podemos materializar esse sistema de apoio que seja transparente e que faça os investimentos voluntários realmente nas coisas mais importantes?

Próximo.

O mercado falha. Digamos uma situação que infelizmente é relativamente comum em que há um provedor de serviços ambientais. Aí, tipicamente, nós sabemos que muitos dos empreendimentos agrícolas e propriedades particulares que ficam a montante das grandes represas hidrelétricas estão prestando enorme serviço, controlando sedimentos, garantindo a disponibilidade de água para essas hidrelétricas, mas esse proprietário não recebe nada em torno desse serviço ambiental. Então na hora de querer maximizar o benefício econômico, o proprietário pode simplesmente decidir que vai converter aquela vegetação de Cerrado em pastagem e aumentar a taxa de sedimentação nos rios com prejuízo para o reservatório rio abaixo, com prejuízo para todas as partes. Então nós temos essa assimetria, os provedores dos serviços ambientais não recebem e os consumidores de serviços ambientais não pagam.

Dentro da Lei do Snuc, eu acredito que o Presidente da ANA vai também falar mais sobre isso, há uma previsão de que as unidades de conservação que fazem a conservação de recursos hídricos possam ser remuneradas por isso.

Brasília é o melhor exemplo. Vocês sabem que a maior fonte de água do Plano Piloto é a Barragem de Santa Maria, que fica dentro do Parque Nacional de Brasília, e a manutenção do Parque Nacional não é melhorada nem remunerada por esse fato. Isso não quer dizer que o pessoal vai desfazer o Parque Nacional, mas são exemplos de oportunidade de pagamento por serviços ambientais e que essa iniciativa legislativa da Comissão é extremamente bem-vinda para realmente formalizar essas oportunidades.

Próximo.

Essa é uma conceituação...

Vou passar logo para o próximo.

Qual é a base legal? O senhor mesmo colocou na abertura que não existe base legal única, mas existem alguns avanços: a Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, o Snuc a que já fiz referência, para o ambiente, e vários PLs, os quais o senhor colocou.

Próximo *slide*.

Então, aqui nós temos a linha do tempo em que o reconhecimento pela importância de pagamento por serviços ambientais foi especificado, a partir de 1997, com a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos e o Protocolo de Kioto, internacional, que envolveu basicamente os principais países emissores. Em 2003, surgiu a iniciativa do Pró-ambiente MMA, e de 2008 para cá, vários programas inclusive da ANA e, muito importante, os dos governos estaduais.

Próximo.

Não sei se o Vicente vai falar sobre isso ou não.

O SR. VICENTE ANDREU – Não.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Não? Isso aí está dentro do mandato do meu colega de mesa, a Política Nacional de Recursos Hídricos, mas, além de os objetivos contemplarem todos os aspectos, a ideia de pagamento de serviços ambientais, uma série de mecanismos de arrecadação de recursos que permitem então uma fonte de recursos financeiros para serem aplicados na forma de pagamentos por serviços ambientais.

Próximo.

A iniciativa Pró-ambiente do MMA, a partir de 2003, começou já um experimento piloto voltado às comunidades da Amazônia principalmente, de remuneração em função de várias atividades atinentes aos serviços ambientais. O problema é que foi incorporado ao Orçamento Plurianual de 2004 a 2007, mas como não havia base legal esses programas podem entrar e sair de acordo com as conveniências orçamentárias.

Próximo.

Aqui, algumas dessas iniciativas estaduais, mas, como eu coloquei, Deputado, essas iniciativas estaduais não dispensam legislação nacional importante, porque os Estados em si não necessariamente dispõem de todos os recursos financeiros necessários para atingir esses objetivos. Muitos Estados brasileiros, embora importantes por si próprios, como na Amazônia, no Cerrado, na Mata Atlântica, têm contribuição em escala nacional. Então esses programas têm que ser vistos também como dando benefícios, embora executados localmente, de resposta em âmbito nacional. Aqui nós já vemos que os Estados têm mecanismos que poderiam ser facilmente subsidiados e incentivados por meio de *royalties*, pré-sal e outros que seriam iniciativas muito importantes do Governo Federal. A Bolsa Verde, de Minas Gerais.

Próximo.

Vicente, mais uma vez, eu estou aqui pegando uma página da ANA. A Secretaria de Biodiversidade e Florestas pode fazer um *marketing* porque quem paga a conta é o colega da ANA.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI –

Eu já estou bem adiantado, já vou acabar.

Aqui uma situação extrema, vários outros de Minas Gerais, vários exemplos que são bem conhecidos.

Próximo.

Dentro do Espírito Santo também, um programa de produtores de água bastante sofisticado, com um fundo que já tem previsão, mas vocês têm uma pendência dos *royalties* do petróleo do Espírito Santo que todos conhecemos, mas para dar uma ideia de que os mecanismos em âmbito estadual já existem.

Próximo.

Também no Estado de São Paulo, o Mina D'água.

Próxima.

Então, aqui, Deputados e Senadores, nós temos um quadro resumo – cuja letra está minúscula, mas o *Power Point* está disponível para vocês – com uma lista dos instrumentos legais em âmbito nacional que eu já citei, principalmente a Política Nacional de Recursos Hídricos, um PL atinente a esta Comissão de Mudanças Climáticas, de certificação de emissões, um sem número de iniciativas estaduais e municipais.

Próximo.

Quanto aos interesses voluntários, eu não vou repetir a colocação que o Saulo já fez, mas, basicamente, os interesses voluntários são os motores desse sistema, e não forçar os provedores a pagar.

Próximo.

Aqui é um exemplo marinho.

Aqui, claramente, é o papel da Comissão e do Legislativo fornecer as leis específicas que permitem a disponibilização de fundos e os objetivos de forma a clarificar quais os benefícios ambientais que seriam o objeto de pagamento por serviços.

O Próximo.

Bom, esse eu já o mostrei antes.

Próximo.

Espírito Santo, Minas Gerais...

Aqui temos a perspectiva do futuro. O PL que está aqui na Mesa do Congresso, que estabelece uma política de IPCA e também um fundo. Então, aqui são os conceitos, os serviços previstos, de provisão, suporte regulação e culturais. Então, já é uma visão bastante ampla e sofisticada de serviços ambientais.

Próximo.

Aqui o PL já avançou bastante na definição do que seria esse pagamento, quem pode ser o pagador e a qualificação daqueles provedores que se habilitariam a receber.

Próximo.

Eu fiz referência rapidamente ao Snuc – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – que já tem previsão de cobrança da água, documentada e provida

por unidade de conservação, que seja utilizada para abastecimento e geração de energia elétrica.

A nossa Secretaria está desenvolvendo... Nós contratamos um estudo que visa saber como isso pode ser materializado, mas igualmente importante como isso pode ser internalizado nas práticas atuais das concessões elétricas para que não se crie enorme problema para o concessionário, que tem tarifas negociadas com o Poder Público, etc. Então não basta dizer que as empresas elétricas precisam pagar; tem de ver se isso, de fato, legalmente é possível dentro dos contratos que as empresas já têm com o Poder Público e dentro das concessões e como isso poderia ser feito de forma transparente.

Bem, era isso que tínhamos que falar. Desculpem-me por qualquer atraso.

Estou à disposição para os esclarecimentos necessários.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Quero agradecer as palavras do Dr. Roberto Cavalcanti; cumprimentar o Deputado Luiz Noé, o Deputado Ricardo Trípoli, do PSB, do Rio Grande do Sul, e do PSDB, de São Paulo, respectivamente.

Passo a palavra ao Dr. Albano Araújo para proferir sua palestra.

Como o Dr. Vicente chegou um pouquinho atrasado, vamos deixá-lo esquentar um pouquinho para entrar no clima do debate. (*Risos.*)

O SR. ALBANO ARAÚJO – Sr. Presidente, eu queria falar depois do Vicente, mas vamos lá. Ele já ia abrir um espaço...

O SR. VICENTE ANDREU – É legítima defesa.

O SR. ALBANO ARAÚJO – Legítima defesa – ele ia falar por último.

Inicialmente, queria agradecer o convite em nome da TNC.

A TNC tem um histórico de envolvimento em questões de pagamento por serviço ambiental. Ela existe há sessenta anos sempre com esse foco na questão da conservação ambiental.

Aqui, no Brasil, estamos há quase vinte anos. Em 2005 trabalhamos com o primeiro projeto de pagamento por licença ambiental mais específico, em parceria com a ANA, que foi o produtor de água em Extrema.

Basicamente, o que vou falar aqui é da experiência prática de implementar um projeto desse. Acho que a teoria já foi muito bem explorada.

Então, seria mais no sentido de dar uma contribuição a respeito do tipo de resultado que se consegue e quais são as dificuldades e as vantagens que a gente tem.

Bom, quando o Produtor de Água foi concebido, em 2001, na ANA – na época, eu trabalhava lá e o Vicente ainda não –, eu estava acompanhando esse processo. Era uma coisa inovadora. As pessoas achavam estranho você pagar alguém porque ele tem uma mata, tem água e ali tem abelhas, que polinizam. Então, era um pouco difícil, tanto que esse projeto foi concebido na ANA, dentro de uma superintendência que trabalhava com conservação de solo. A ideia era a de que, conservando o solo nas propriedades rurais – as pequenas eram os focos –, você garantiria água com mais qualidade, com menos sedimento, evitaria assoreamento e essa água poderia ser usada por outros setores.

Depois eu quero até abrir um parêntese com relação às hidrelétricas. Acho que vale a pena discutir isso. O setor hidrelétrico não essa vantagem na questão dos reservatórios, principalmente dos grandes reservatórios, porque eles são calculados para suportar a carga de sedimento adicional que pode vir.

Seguindo, em 2005 surgiu a oportunidade de apoiar o projeto do Produtor de Água em Extrema. Foi o primeiro projeto. A TNC o apoiou, juntamente com a ANA, com o Comitê de Bacias do PCJ, o Instituto Estadual de Florestas e outras instituições. Na época nós usamos recursos de uma parceria que a TNC tem com a Caterpillar. Foi o primeiro passo para colocar uma experiência no chão. Dentro da metodologia que a TNC usa para seus projetos é fundamental colocar os projetos no chão, o que a gente chama de conceito. A gente tem que ver se a coisa funciona realmente e ver o que está bom e o que não está bom naquele projeto. É claro que muitas dessas ideias, quando estão no papel, assim como as leis, os projetos, parecem muito boas, mas quando a gente vai implementá-las acontecem fatos que a gente não esperava, às vezes positivos, às vezes negativos.

A experiência de Extrema ocorreu numa área pequena – começamos a trabalhar numa área de 1.200 hectares na bacia do Ribeirão das Posses – e trouxe alguns resultados bem positivos, inclusive alguns que a gente não esperava. Primeiro, com o pagamento pelo serviço ambiental, financeiro, com dinheiro, o engajamento dos produtores rurais foi muito mais fácil. Costuma-se dizer que a parte mais sensível do ser humano é o bolso. Então, a ideia de colocar despesa de conservação para o produtor rural, sem que ele tenha os ganhos com isso, sempre foi difícil, principalmente se lembrarmos a história do Brasil, de que muitas dessas áreas degradadas pelos produtores rurais quando foram degradadas tinham até o apoio governamental, o apoio oficial para serem desmatadas. Então, o apoio

financeiro que é dado pelo pagamento por serviço ambiental ajuda muito no engajamento.

Também foi fundamental o apoio da Prefeitura de Extrema, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, que ajudou a dar formalidade àquele processo e a garantir aos produtores rurais que eles receberiam aqueles valores. Extrema fez a primeira lei municipal de pagamento de serviço ambiental, que hoje é usada como exemplo em vários outros projetos.

Nós começamos o trabalho, começamos a parte de conservação, e um os resultados muito interessantes que nós observamos e que não estava no plano inicial do projeto, foi o ganho de autoestima das pessoas envolvidas nesse projeto. O produtor rural, que muitas vezes é visto como aquele que degrada, como aquele que desmatou, aquele que destruiu os rios, de repente se vê como protetor das árvores, ele se vê como um protetor do meio ambiente. É quase unanimidade entre as pessoas que participam do projeto recebendo os pagamentos que há essa grande autoestima, que é importante. Esse é um ponto importante a ser considerado nesse tipo de projeto.

Outra coisa que observamos e com que aprendemos foi a valoração do serviço ambiental. Quanto a gente deve pagar pelo serviço ambiental? A minha opinião sobre isso, que, em parte, é compartilhada pelo pessoal da ANA que trabalha nesse projeto, é que a discussão é muito científica, teórica; existem teses e mais teses sobre valoração ambiental que chegam, por exemplo, a avaliar quanto vale uma abelha, baseado na flor que ela polinizou e que se transformou numa fruta.

Então é muito interessante você entender os meandros econômicos desse processo, mas na prática, a valoração do serviço ambiental, quando você vai colocar o projeto no chão, não se materializa como um ganho real dentro do processo por um motivo muito simples: o agricultor tem uma realidade, na bacia em que ele vive, tendo em vista os produtos que ele tem ali. Ele sabe quanto ele ganha por hectare. Então, vamos usar um valor hipotético, lá em Extrema, por exemplo, em torno de R\$150 por hectare é o que você consegue retirar com a produção leiteira. Se você chegar a esse produtor rural e disser a ele: Eu vou retirar um hectare seu aqui, vou recuperá-lo e vou te pagar R\$100 por hectare/ano, ele não vai gostar da sua proposta. Ele vai verificar que está tendo um prejuízo. E vamos dizer que esse valor de R\$100, você chegou depois de uma grande tese de doutorado, que mostrou para você qual é o valor do serviço ambiental daquele hectare.

Então, você tem um mínimo, que é o custo de oportunidade da terra. O valor, a percepção de valor que o agricultor tem daquela área define como ele

aceita entrar num programa de pagamento por serviço ambiental.

Por outro lado, a gente tem um valor máximo, que é o quanto você tem condição de pagar. E aí é que eu acho assim muito importante ressaltar a criação desse Fundo de Pagamento por Serviço Ambiental, porque o valor máximo, ele, claro, depende da disponibilidade de recurso. Os projetos que temos feito até hoje, cada um deles – e hoje são cerca de 17, sendo que alguns deles estavam listados ali na apresentação –, a gente cria uma estrutura local, que define uma quantidade de recursos, e a gente define quanto a gente consegue pagar. Então, nós fazemos um jogo entre custo de oportunidade e recurso disponível.

Aqui no Pípiripau, por exemplo, nós já temos na parceria com a Caesb, é ela que está bancando uma parte do pagamento, os pagamentos vão ficar em torno de R\$160 a R\$240 por hectare/ano.

O fato de você não ter um recurso de um fundo federal e depender dos parceiros locais tem trazido para gente uma questão fundamental. A gente não consegue fazer projeto de pagamento por serviço ambiental em que você não tenha os parceiros e em que não tenha o interesse econômico na água.

Então, por exemplo, quando se fala de uma área de interesse de biodiversidade exclusivamente, quem vai pagar? Quem são os parceiros que vão entrar no projeto? Aqui, em Brasília, o Projeto Pípiripau tem 14 parceiros. Há bacias que a gente não consegue um, não consegue um parceiro para entrar, porque não há o interesse econômico.

Então, a criação do fundo, com recursos que seriam regulamentados posteriormente, no daria uma grande oportunidade de implementar programas de pagamento por serviço ambiental em áreas de relevante interesse ecológico, de relevante interesse social, mas onde só a estrutura local de parcerias não permite. Isso também nós livraria de uma sina que estamos tendo nos pagamentos de serviços ambientais no Brasil, que é basicamente só conseguir implementar os projetos onde existe conflito pelo uso da água, que é o caso do Pípiripau, que é o caso do PCJ, do Guandu. Só onde existe o conflito, as pessoas se organizam e se dispõem a pagar pela conservação do recurso.

Então, eu vejo um grande mérito nessa lei. Nós, inclusive, da TNC ajudamos, ela deu contribuições na elaboração do PL, principalmente nesse aspecto de criar o Fundo e de viabilizar que esse Fundo possa atender projetos em diversos locais do País, em diversos contextos sociais, econômicos e ambientais. Nós hoje estamos muito restritos a contextos muito específicos em que a gente consegue criar a estrutura do pagamento por serviço ambiental.

Outro ponto na questão da valoração e de como pagar que eu acho que é relevante é dizer que pagamento por serviço ambiental não precisa ser dinheiro.

Eu já fiz “n” palestras sobre este tema em diversos lugares, e, como sempre, há gente que é a favor e há gente que é contra. Muitas pessoas questionam o pagamento financeiro, por exemplo, pela preservação de uma APP ou reserva legal que, teoricamente, já teria que ser preservada. Primeiro, elas esquecem que, sendo ela preservada por lei ou não, ela provê um serviço ambiental. E nós estamos pagando pelo serviço ambiental.

Mas uma questão importante que talvez a gente possa considerar como uma contribuição neste processo são os pagamentos que não sejam financeiros. Por exemplo, um crédito maior para os agricultores que entrem no processo, juros menores, prazos mais longos.

No caso de Extrema, nós temos um exemplo interessante. Existe uma empresa de laticínios que compra o leite dos produtores rurais da bacia e ela paga 10% a mais para todo produtor rural que entra no projeto, que lá se chama Conservador das Águas. Então, esses produtores têm um incentivo que é financeiro, mas que não é pelo pagamento direto. Ou seja, eles têm vantagens.

Então, dentro da linha de que os mecanismos de comando e controle, de que você pune quem comete equívocos, quem não respeita a lei, essa visão de que você paga pelos serviços ambientais exatamente complemente esse processo, recompensando quem faz o que é bom, e não precisa ser especificamente com pagamento em dinheiro, mas com uma vantagem inclusive de apoio técnico, que ajudaria a manter a sustentabilidade desse processo.

Nós temos que pensar também – é um ponto que precisa ficar muito claro – que todos os projetos de pagamento por serviço ambiental no Brasil, pelo menos os que eu conheço, têm prazo definido para terminar, ou seja, eles não têm uma fonte de recurso que permaneçam no tempo. Ou seja, o agricultor está hoje deixando de produzir numa determinada área e ele tem a garantia de pagamento por certo tempo. No longo prazo, a gente não tem uma política clara, definida, que também poderia vir, deve vir desse projeto de lei de maneira que você possa dar garantias ao produtor rural, de que ele vai receber isso enquanto mantiver a prestação do serviço.

Uma última colocação é sobre essa questão do tamanho das propriedades rurais. Eu respeito a ideia de que os grandes proprietários possam receber pagamentos por serviços ambientais, mas, dentro da linha de que pagamento por serviço ambiental não é subsídio, é um valor que remunera o serviço ambiental,

mas que não tem o objetivo de que o agricultor pare a sua atividade produtiva e econômica, mas que ele seja incentivado a fazer de forma mais sustentável.

Eu acredito que a prioridade tem que ser o pequeno produtor rural. E assim tem sido feito nos projetos que estão em andamento, até porque pagar a um pequeno produtor R\$160,00 por hectare/ano, para ele é um valor interessante. Se você falar isso com um grande agricultor, um sojicultor, ele provavelmente vai achar engraçado você oferecer esse valor e vai dizer quanto ele ganha por hectare plantando soja.

Então, se você vai inserir grandes agricultores, você teria que verificar o que é viável para eles em termos de pagamento por serviço ambiental.

Eu acho que da forma como o projeto é pensado, no sentido de remunerar o serviço ambiental e garantir a atividade econômica, ele não é concebido para atender os grandes produtores rurais, que para os quais existem outros mecanismos. Acho que é importante – e aqui vou fazer apenas uma consideração, um *feedback*, que poderia dizer, negativo da implementação de alguns projetos de pagamento por serviço ambiental – a divulgação de que você hoje está pagando pela conservação que, inclusive, começou num programa do Globo Rural, a que muita gente assistiu, está fazendo com que muitos produtores rurais não aceitem entrar em projetos de conservação se não tiverem pagamento por serviço ambiental.

E o pagamento por serviço ambiental não é a única forma de incentivar a conservação.

Então, a gente também tem que ter isso em mente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Obrigado ao Albano Araújo.

Vou passar aqui para a última intervenção dos palestrantes, Dr. Vicente Andreu, Presidente da Agência Nacional de Águas.

O SR. VICENTE ANDREU – Senhoras e senhores, boa tarde. Cumprimento o Deputado Márcio Macêdo, Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Estivemos juntos recentemente em Marselha, no VI Fórum Mundial da Água, juntamente com o Senador Sérgio Souza, que também é o Senador Relator, que esteve conosco lá em Marselha. Cumprimento os Deputados presentes Luiz Noé, Alfredo Sirkis, Dr. Ricardo Tripoli, como também os meus colegas aqui na Mesa, o Paulo, o Roberto, o Albano.

E vou fazer uma brincadeira: nós dois precisamos estabelecer o pagamento de serviços capilares. Quem tem cabelos assim tem que pagar para aqueles... Porque nós aqui estamos meio deficientes nessa área do serviço capilar. (*Risos*.)

Eu queria primeiro justificar, Márcio, o meu atraso. Tem até certo simbolismo. Hoje, estamos tendo um dia bastante corrido, tratando de alguns temas, e queria dar uma dimensão, por exemplo, sobre a questão climática, recursos hídricos. O Brasil está vivendo, pelo menos, três grandes fenômenos ou dois grandes fenômenos, e um terceiro que é muito interessante. No dia de hoje, nós estamos enfrentando uma das maiores secas do semiárido na história moderna que o País está atravessando. Hoje foi declarada, no sul da Bahia, situação de emergência por excesso de chuva, no Município de Cabralia. E, no outro extremo, temos todos os problemas que estão sendo noticiados em relação à cheia do rio Negro e as suas consequências principalmente sobre a cidade de Manaus e seus afluentes. Então, essa é uma caracterização de um país com esse nível de complexidade.

A discussão também que, evidentemente, neste caso sobre pagamento de serviços ambientais não está posta, mas se essas condições são condições naturais ou se essas condições têm algum tipo de influência ou aceleração em função da participação antrópica.

Tivemos também uma reunião, eu queria fazer menção, com a Ministra Izabella Teixeira para tratar do Código Florestal e de alguns aspectos relativos à água, na proposta aprovada pela Câmara dos Deputados.

Mas eu queria fazer aqui um registro de que o art. 1º aprovado pela Câmara dos Deputados, em termos de água, é emblemático ao dizer que o Código Florestal trata da preservação da vegetação e da regulamentação, além da produção e tudo mais, de áreas de preservação permanente. O Código Florestal não tem como seu objetivo expresso a proteção dos recursos hídricos no Brasil, o que é, sem dúvida nenhuma, também uma questão, do nosso ponto de vista, muito lamentável de que o debate a respeito do Código Florestal, no que tange à temática da água, tenha ficado subordinado principalmente às questões vinculadas à produção rural, ao desmatamento. E não, muitas vezes, como é essencial, ainda mais no aspecto sobre as mudanças climáticas e já o reconhecido papel da variabilidade climática ou da mudança, o papel da água como veículo principal, de que o Código Florestal não tem explicitamente – Código Florestal aprovado na Câmara – o princípio no art. 1º de proteção dos recursos hídricos brasileiros apenas da vegetação, como se fosse possível dissociar.

Fico bastante facilitado porque, não só em nível dos exemplos, mas dos conceitos, aos companheiros da Mesa – os nossos colegas já desenvolveram algumas questões –, eu queria aproveitar aqui para tratar do pagamento de serviços ambientais num sentido que

também já foi mencionado. Mas eu queria enfatizar que é a garantia da regularidade.

Se você não criar as condições para que a entrada em programas dessa natureza, principalmente quando visa recuperação de áreas, se não garantir a regularidade no pagamento, pode estar gerando no passo seguinte uma enorme frustração naqueles que você convida a entrar num programa, que tem uma expectativa de receita em função da adesão a esse programa e que, logo após, eles podem vir a ser frustrados. Isso é muito mais relevante ainda, também como foi mencionado, porque, sem dúvida, os pagamentos dos serviços ambientais, além das questões já mencionadas, têm a possibilidade de ser um elo, um canal, uma ponte entre a proteção e a utilização da renda da propriedade privada.

Então, esse condão do pagamento para os serviços ambientais é fundamental. Nesse aspecto queria desenvolver com vocês, mesmo com o risco de ser um pouco folclórico – depois vou falar muito rapidamente focado dentro do espírito do pagamento para os serviços ambientais do produtor de água –, uma oportunidade que, do nosso ponto de vista, é crítica para o País nesse momento, que é o vencimento das concessões do setor elétrico.

Muitas vezes, quando falamos no pagamento para os serviços ambientais, dá-se a impressão de que o pagamento vai onerar ou vai custar mais à sociedade. É evidente que em algumas situações a criação desses fundos vai exigir recursos novos, mas nesse caso, em particular, temos a grande oportunidade, uma oportunidade ímpar em relação ao mundo, de, no vencimento das concessões do setor elétrico, aproveitar parte desses recursos justamente para destinação do pagamento para os serviços ambientais. Eu queria aqui dar alguns exemplos sobre isso. Os vencimentos das concessões do setor elétrico será 20% da geração, 80% da transmissão, 40% da distribuição no Brasil, principalmente a partir de 2015 – final de 2014 e 2015.

As discussões têm sido focadas principalmente na geração. E vou tratar da geração, muito embora esses aspectos pudessem ser tratados também no âmbito da distribuição e da transmissão. Na geração temos dois aspectos fundamentais. O primeiro é com relação se o vencimento das concessões terá uma nova licitação, uma prorrogação das concessões. Eu queria separar essa questão e dizer que essa é uma questão de âmbito político, claro, da sociedade, mas que não influencia o raciocínio que quero tratar aqui.

O segundo aspecto é que com o vencimento das concessões você vai ter, em função da amortização do investimento, você vai ter a possibilidade de uma apropriação, que eu estou chamando uma apropria-

ção social, do valor da amortização. Ou seja, se você antes tem uma tarifa hipoteticamente de 100, e um valor qualquer, 40, 50% desse valor corresponde à amortização, em tese, naquele percentual de 20% você tem a chance de trazer a tarifa para 60, porque 40 é a amortização. Então, esses 40 são apropriação social do valor do vencimento das concessões.

Portanto, temos aqui uma situação onde o raciocínio predominante inclusive é o raciocínio que esses 40% devam vir exclusivamente para a amortização das tarifas para redução das tarifas no Brasil. Sem dúvida que a questão tarifária é relevante, sem dúvida que a redução das tarifas é relevante, mas eu queria fazer, principalmente com os Deputados, Senador, aqui presentes, um raciocínio que é absolutamente correto do ponto de vista da realidade.

Qual a possibilidade de redução da tarifa apontada? O estudo que mais impacto causou na sociedade, um estudo da Fiesp que diz que a tarifa de geração no Brasil poderá ser reduzida em até 80%. Eu não acredito nesses números, os números serão bem menores que 80%, mas vamos fazer esse raciocínio com 80%. Então, 80% poderão ser reduzidos no vencimento das concessões. Pois bem, quanto de geração vai vencer a concessão? Vai vencer a concessão em 20%. Então, se aplicarmos 20% sobre 80%, a conclusão inevitável é de que a redução da tarifa na geração será de no máximo 16% no Brasil, se todos os 80% valerem.

Se ainda pegarmos que o custo da tarifa final ela é, na geração, cerca de 30% do custo da tarifa final que a pessoa paga, porque ela paga a cadeia toda do serviço elétrico, então se supusermos que 30% são a geração, temos que 30% de 16% nós estamos dizendo que nós teremos no máximo, no máximo 5,4% de redução nas tarifas de energia elétrica no Brasil. Significa que alguém que paga 100%, se isso for distribuído de forma uniforme, alguém que paga R\$100,00 de tarifa de energia elétrica vai pagar R\$95,00; alguém que paga R\$50,00 de tarifa de energia elétrica vai pagar R\$47,50, R\$48,00 de tarifa de energia elétrica.

Então, do ponto de vista tarifário, o impacto individual desse vencimento das concessões, parece-me que não é tão significativo como o estudo da Fiesp fez acreditar a população, de que seria reduzido em 80%.

Porém, contraditoriamente, ao mesmo tempo, o valor do vencimento montante do valor em nível nacional pode ter valores entre R\$3 bilhões e R\$6 bilhões de reais ao ano. Então, vejam, nos temos o vencimento da concessão do setor elétrico, que vai ter uma redução tarifária da ordem de 5% no máximo; do outro lado, você está tratando de montantes de R\$3 bilhões a R\$6 bilhões de reais ao ano, que é uma apropriação social que a sociedade deve decidir sobre isso.

Sem dúvida que uma parte pode ser destinada a políticas públicas de acesso à energia elétrica, reduzindo tarifa, sem dúvida que parte pode ser reduzida à política industrial, incentivando setores que precisam ser incentivados, sem dúvida que isso pode ser destinado à expansão do programa Luz para Todos, principalmente na área rural, onde ainda um aparte da população brasileira não tem energia, mas nós estamos defendendo de que uma parcela vinculada a essa redução da tarifa de forma a criar, sem ônus para a sociedade, sem ônus para a sociedade, com a perspectiva de que no mínimo nos próximos trinta anos você criar um fluxo regular para pagamentos por serviços ambientais.

Em que tipo de pagamento de serviços ambientais? Poderia ser qualquer um, mas nós, particularmente, estamos apresentando uma proposta vinculada ao esquema, ao sistema que vocês já viram aqui do sistema do produtor de água, ou seja, se o proprietário rural mantiver a sua propriedade em condições adequadas, ambientais, ele passa a receber um valor.

O Albano aqui mencionou que são cerca de R\$150,00 ao ano, que é o custo de oportunidade do pagamento e o que o proprietário recebe.

Eu queria fazer com vocês um outro raciocínio que é o seguinte: se nós pegarmos um hectare, portanto, 100 metros... Perdão, 10 mil metros quadrados de área, e transpusermos que esse hectare que está todinho vinculado às margens das APPs, uma APP hídrica, você tem 30 metros de cada lado – nós continuamos defendendo 30 metros, no mínimo, no Código Florestal –, você tem 10 mil metros quadrados divididos por 60 metros, 30 de cada lado; você tem que um hectare corresponde a praticamente 167 metros lineares de rio.

Então, um hectare de APP hídrica são 167 metros lineares de rio. Se você está pagando R\$150,00, por ano, ao proprietário rural, e se você trouxer essa propriedade rural para a margem do rio, um hectare, significa que você vai pagar cerca de R\$150,00 por 167 metros de rio. Ou seja, com R\$1,00 por ano, você protege um metro de rio no Brasil.

E aí nós estamos apresentando a proposta de que, nesse montante de R\$6 bilhões ao ano, de apropriação social, se nós destinarmos o valor de R\$100 milhões ao ano, nós conseguiremos proteger, imaginem, 100 mil quilômetros de margem de rio no Brasil! Isso está diante da nossa possibilidade, sem oneração nenhuma, sem que a sociedade pague esse valor.

Cem mil quilômetros de margem de rio é muito ou é pouco?

Nós podemos dizer que, em certa medida, é pouco, porque o Brasil tem mais de 1 milhão e 600 mil quilômetros lineares de margem de rio. Então, 100 mil

em 1 milhão e 600 é muito. Mas se a gente canalizar esses 100 mil para aqueles locais que são críticos, nós teríamos, sem dúvida nenhuma, o maior programa de pagamentos serviços ambientais e teríamos o maior programa ambiental provavelmente. Não conheço, mas dizem que a China está inovando muito sobre isso; as escalas chinesas são enormes. Mas nós teríamos condições de ter o maior programa de proteção ambiental, o que nos possibilitaria, inclusive, nesse aspecto, sair daquela lógica, que muitas vezes se usa também na questão de água, de que a água é gestão local com impacto regional. Não. Na medida em que você tem uma proteção ambiental, você passa a ter um impacto global positivo também na proteção das águas.

Nesse sentido, como falei, é uma oportunidade que nós consideramos assim muito presente. Infelizmente, esse debate não tem sido aprofundado, no âmbito da sociedade. A decisão política da redução de tarifa parece que é absoluta, uma unanimidade, ou uma fatalidade, como disse o Presidente François Hollande, que austeridade não é uma fatalidade. Então, a redução da tarifa não é uma fatalidade, nem que seja a melhor opção pela sociedade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VICENTE ANDREU – Eu vi que a campanha já tocou. Isso significa que devo encerrar.

Mas eu queria trazer uma segunda ideia no âmbito da proteção das unidades de conservação, que o meu colega Roberto Cavalcanti colocou, e queria mencionar também uma chance de ouro que o Brasil tem em relação a um outro valor que é pago pelo setor elétrico, que são os 6% pela compensação dos recursos hídricos, que se destina a pagar os Estados e Municípios pelo fato de que, ao ter algum impacto, ou alagamento, ou impacto de deixar de utilizar essa sua área, o Município ou Estado recebe um valor proporcional.

Bom, eu queria trazer à discussão – e a gente tem feito isso – que tecnicamente o território indígena não é território do Estado nem é território do Município. Na Constituição, o território indígena, as áreas indígenas são territórios da União. Portanto, o que acaba acontecendo? O dinheiro, esses 6%, é repassado ao Estado ou Município, e são valores permanentes, enquanto que o impacto sobre áreas indígenas acaba sendo discutido apenas pontualmente no momento da compensação do empreendimento, quando, na verdade, nós poderíamos ter também avaliado esses valores; nós poderíamos ter um fluxo permanente para a proteção das áreas indígenas com reflexo também no sentido de pagamento para os serviços ambientais. Esses valores são elevadíssimos.

Conversando, antigamente, com o ex-presidente da Funai, ele dizia que alguma coisa, como 200 mil reais ao ano, fazia uma grande diferença para as comunidades indígenas.

Bom, em algumas usinas, é evidente que aqui é uma questão selecionada, se a aplicação desse valor, ao invés de ser pago para o Estado ou para o Município fosse pago para a área indígena, nós teríamos valores superiores a R\$2 milhões, por ano, o que mudaria a realidade dessas comunidades, inclusive no sentido de um pagamento por serviços ambientais destinado a essas comunidades.

Tecnicamente também – aí já é mais difícil porque a outra está na Constituição – as unidades de conservação, de proteção integral, elas também... O Estado ou o Município não têm aquela área como parte integrante do seu território. Ela é uma responsabilidade, ou do Estado ou da União, em função de que ele decretou a unidade de conservação como um território sobre o qual ele vai fazer gestão. Não está na Constituição, mas esse é o entendimento.

Pois bem, nós também estamos defendendo, junto com essa proposta que eu mencionei dos cem mil quilômetros, que parte dos 6% hoje pagos aos Estados e Municípios, por território que não é deles, seja destinado como fluxo regular, além do pagamento da água, Roberto, para as unidades de conservação no Brasil, criando um fluxo que mantivesse as unidades de conservação em funcionamento. Por quê? Porque tecnicamente o Estado ou o Município está recebendo um valor que não é correspondente ao território dele. O território é na verdade da União ou do Estado, não naquele sentido.

Então nós acreditamos, é evidente que tem aí um potencial de conflito federativo porque, supondo que nós não vamos aumentar os 6%, significa que você vai rediscutir o valor recebido pelo Estado e pelo Município, ou para a área indígena, ou para a unidade de conservação, mas eu queria chamar aqui à discussão, particularmente no Senado, Senador Sérgio Souza, que essa questão hoje não está perfeitamente aplicada, na medida em que a unidade de conservação e principalmente a terra indígena, pela Constituição brasileira, não é território do Estado, tampouco do Município. E, no entanto, eles acabam recebendo um valor significativo por essa indenização.

São valores elevadíssimos – e encerro com isso –, os 6% correspondem a cerca de R\$1.200 bilhões, por ano, e aí uma parcela desses valores que fosse aplicada, correspondente a área para a unidade de conservação e a área indígena, poderia também criar aí, no conceito de pagamento de serviços ambientais, para essas unidades, também uma proposta dura-

doura, permanente, que levasse a essa compreensão diferenciada de que, se é justa a renda derivada da propriedade, também é justa e necessária a proteção ambiental daquelas áreas críticas.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Quero agradecer ao Dr. Vicente Andreu e vou abrir a palavra para o debate aos Senadores e Deputados e às Senadoras e Deputadas aqui presentes.

Já estão inscritos o Senador Sérgio Souza e a Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, Deputado Márcio Macêdo, caro frequentador assíduo das comissões no Congresso Nacional, no Senado, Vicente Andreu, Presidente da ANA, no que diz respeito ao pacto federativo, eu tenho dito que este é o ano das discussões do pacto federativo.

Em ano eleitoral pouco se produz no Congresso Nacional, mas eu entendo que são oportunidades. Este é o ano em que o prazo para a votação do FPE ele finda no dia 31 de dezembro. Este é o ano de voltarmos a Lei dos *Royalties*, a Câmara está avançada. Parece-me que ontem chegou uma apresentação do relatório e deve voltar ainda ao Senado Federal. E começo por aí, nos *royalties*.

O meu Estado tem *royalties* numa região interessante, de alta produtividade, que é a região oeste do Paraná; tem *royalties* por conta da Usina de Itaipu, *royalties* do alagamento daquela região.

Lógico, nós sabemos que o alagamento de uma região, chega um dado momento em que ele deixa de trazer riqueza àquele Estado e àqueles Municípios, porque houve um conceito de que o ICMS da geração da energia elétrica é no destino e não na origem. E o conceito do ICMS da geração se dá tão somente, o ICMS, na sede onde está instalada a casa de máquinas. Então, todos os Municípios atingidos pelo alagamento do Lago de Itaipu futuramente deixarão de ter qualquer tipo de renda por conta da não-utilização dessas áreas.

No entanto, todos foram muito bem gratificados nesses anos todos pelos *royalties*. Deputado Sirkis, chega a ter um Município no meu Estado em que todas as estradas rurais são asfaltadas. Todas. Carreadores, que ligam a propriedade, à sede da propriedade rural do cidadão, são asfaltados. Imagina quando terminar os *royalties*! Esse Município não vai ter nem mesmo os recursos necessários para a manutenção dessa estrada. Então essas são as preocupações que devemos ter.

E aí o pagamento dos serviços ambientais também pode vir dos *royalties*. E entendo que os serviços ambientais, Albano Araújo, têm que ser em duas situações. Você tem que ter o pagamento de serviços

ambientais para o público no geral, e aí incluindo Município, Estado, União e incluindo também a população daquele Município...

Nós temos, no Paraná, a Lei do ICMS Ecológico, Senadora Vanessa Grazziotin, que é uma lei já bastante antiga e cujos recursos, um percentual, salvo engano, de 5% de todo o ICMS do Estado, Deputado Trípoli, ele vai ao fundo e esse fundo é distribuído de acordo com a preservação ambiental proposta por um Município. E o Município acaba recebendo, mas esses recursos devem ser aplicados naquela unidade de conservação, devem ser aplicados em favor daquela comunidade, como preservação e também como serviços ambientais e tem essa outra proposta de serviços ambientais que é onde o cidadão deve receber um valor pecuniário por aquilo que ele está fazendo em favor da natureza, inclusive ter isso como atividade de renda.

Eu, como Relator desta Comissão, fiz aqui algumas anotações. Algumas perguntas são gerais e outras eu vou dirigir aos palestrantes.

A legislação ambiental brasileira é considerada uma das mais avançadas do mundo, contudo ela está centrada fundamentalmente em instrumentos de comando e controle, mostrando-se profundamente carente de meios de implementação. O pagamento de serviços ambientais, por outro lado, constitui importante mecanismo de incentivo econômico à preservação do meio ambiente. Essa abordagem, no entanto, traz consigo a incômoda necessidade de atribuir valor econômico à natureza. Pergunto, e está dirigida ao Roberto Cavalcanti: O que deve ser feito para que os instrumentos de comando e controle sejam efetivamente implementados pelos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental?

Pergunto, ainda, ao Roberto: Em que medida são eficientes os instrumentos econômicos de incentivo à preservação ambiental?

E ainda ao Roberto: Que outros instrumentos econômicos podem ser criados para estimular a preservação do meio ambiente?

Pergunto ao Saulo Rodrigues: Como atribuir, Saulo, valor à natureza? V. S^a, como sendo da academia, nos traz o conhecimento da ciência, como atribuir valor à natureza, de modo a conciliar os interesses das grandes empresas, das comunidades tradicionais e o imperativo da preservação ambiental para as futuras gerações?

E ainda ao Saulo: O que pode ser aprimorado na legislação brasileira para ampliar a eficácia e a eficiência dos instrumentos econômicos e de comando e controle na preservação do meio ambiente?

A um segundo ponto de questionamento eu faço a seguinte avaliação.

Uma das dificuldades apresentadas para a implementação dos sistemas de pagamentos de serviços ambientais, o PSA, concerne à fonte de financiamento destinado a este fim.

A todos os palestrantes, uma pergunta geral, que seria: Quais as sugestões para equacionar este problema?

Ao Albano Araújo eu dirijo a seguinte pergunta: O ICMS ecológico ou ICMS verde instituído pelos Estados seria uma das soluções?

Ao Ministério do Meio Ambiente, aqui representado pelo Roberto Cavalcanti, a seguinte pergunta: Há experiências estaduais e municipais bem sucedidas quanto ao repasse desses recursos financeiros para o PSA, recursos financeiros advindos de ICMS Ecológicos e outros instrumentos adotados por Municípios no incentivo à preservação do meio ambiente e ao pagamento de serviços ambientais?

Ao Vicente Andreu: Quais seriam outras fontes de financiamentos sugeridas pelos senhores todos, mas aqui concentrada na questão do setor elétrico? Já até parcialmente respondido.

Porque, vejam só, os *royalties*... Nós teremos agora o setor elétrico, as novas concessões, o custo... Nós devemos considerar que dentro dessa fatura de energia elétrica, Senadora Vanessa, está o custo da implantação de todo o aparato para gerar a energia transmitida e também a distribuição. Está dentro dessa fatura de hoje, porque está se pagando Itaipu, ainda nós estamos pagando Itaipu, uma usina que foi construída na década de 70, uma parte do faturamento daquela hidroelétrica está sendo paga e somente a partir de 2022 ou 2023, uma coisa assim – não me lembro à data correta –, é que teremos terminado o pagamento do custo da construção e aí teremos uma energia mais barata.

Então, o resultado disso tudo não poderiam ser revestido em pagamentos de serviços ambientais, sejam eles públicos ou privados, pelo menos na sustentabilidade daquela região no incentivo à preservação do meio ambiente em regiões ribeirinhas?

Eu tenho um estudo – estou avançando nessa meta – de produzir um projeto de lei para que os produtos dos *royalties* não venham ir direto para as prefeituras, possam ir direto, mas passem a ser um recurso vinculado. Esses Municípios e Estados, esses recursos devem ser destinados a item específico ao desenvolvimento, à tecnologia e à preservação do meio ambiente, à sustentabilidade. Eles têm que produzir mecanismos para que no futuro esta região seja autossuficiente sem esses *royalties* que um dia haverão de findar.

E uma terceira observação seria a seguinte: ainda há controvérsias quanto à inclusão dos mecanismos

de pagamentos de serviços ambientais das áreas de preservação permanentes, da APPs, tanto de topo de morro ou hídricas e de reserva legal, em especial desta última, a reserva legal.

Uma vez, dentro de certos limites, a reserva legal pode ser explorada economicamente pelo proprietário do imóvel rural?

Aí pergunto, é uma pergunta geral: Qual a avaliação dos senhores, sobre a utilização, sobre o pagamento de serviços ambientais em APPs e em reserva legal?

O programa de serviços ambientais deverá incluir também sobre a APP em reserva legal, inclusive das grandes propriedades, ou ficar restrito a vedação e conservação além do exigido na lei?

Eu propus uma emenda no Código Florestal, quando tramitava aqui no Senado Federal, para – e foi acatada – que nós pudéssemos privilegiar aquele que preserva o meio ambiente além da sua obrigação. Qual é a obrigação? É aquela que está na lei. Por exemplo, aqui colocada pelo Vicente Andreu, de 30 metros de matas ciliares para rios até 10 metros.

Então, está é a obrigação do cidadão. Mas e aquele cidadão que preservou além dos 30 metros? E aquele cidadão, por exemplo, que deixou uma mata ciliar apenas de 30 metros; no entanto, vem uma legislação que desobriga a recomposição além dos 15 metros?

Então, o cidadão, na propriedade imediatamente vizinha, que plantava até a barranca do rio e usufruía economicamente desta propriedade, agora ele tem obrigação de recompor apenas 15 metros, quer dizer, ele vai continuar usufruindo economicamente dos outros 15 metros enquanto que o seu vizinho que preservou na estrita margem da lei os 30 metros, não terá nenhum benefício advindo desta área.

Sugeri que o cidadão que preservasse além da sua obrigação que fosse beneficiado por um pagamento por serviços ambientais. Percebo que a grande questão dos serviços ambientais seria de onde vêm os recursos e para onde vão, porque o máximo que podemos chegar é à conclusão de que como água, Vicente Andreu... Imaginemos que no Planeta tenha uma mesma quantidade de água sempre, que pode ser uma água usada corretamente, pode estar hoje aqui, amanhã no mar, em outras regiões, mas sempre a mesma quantidade. Imaginemos que temos uma mesma quantidade de recursos sempre e temos que tirar daqui os 6% sugeridos pelo Vicente Andreu do fundo das reservas indígenas, mas tem que tirar do cofre dos Estados, dos Municípios, porque lá eles estão utilizando esses recursos para uma finalidade, dizendo que parte do seu território é improdutivo, de certa forma. Então, tem que migrar.

De onde é que vamos tirar os recursos? Essa é uma questão, porque sem termos claramente a fonte de recursos nós não teremos, com certeza, pagamento de serviços ambientais e aí a natureza sempre vai ficar carente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Eu queria combinar com os palestrantes que irei passar a palavra aos Parlamentares aqui presentes, Senadores e Deputados e, sem seguida, os senhores responderão as perguntas e farão as conclusões finais.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, que é Vice-Presidente desta Comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Muito obrigada, Deputado Márcio, nosso querido Presidente; Senador Sérgio, quero cumprimentar os convidados de hoje. Lamento não poder participar, mas aqui é assim mesmo. Quero dizer que esse eu reputo como um dos principais temas no âmbito de discussões de questões ambientais, mudanças climáticas.

Ontem, um canal de televisão apresentou um programa, que não assisti, mas vi a propaganda, e vi vários comentários hoje mostrando os dois extremos do Brasil: o Nordeste, vivendo uma seca extraordinária, e a gente na iminência de viver a maior cheia da nossa história, ultrapassando os índices, não de 1907, não de 1953, mas de 2009, porque em 2009 ultrapassamos 1953 e 1907 no meu Estado. E hoje tudo indica que deveremos ultrapassar a linha dos 30 metros de subida dos rios, fazendo com que centenas de famílias estejam, no meu Estado, não desabrigadas, mas sendo obrigadas a viverem praticamente no teto de suas casas, porque diferentemente das manifestações em outras regiões, porque chove em um dia, fica alagado dois ou três dias e depois a água baixa. Nós ficamos dois meses, o povo fica dois meses debaixo d'água, vivendo literalmente com as casas completamente atingidas pela água.

Essa manifestação é cada vez mais frequente e precisamos de uma explicação científica, que ainda não temos, mas o fato é que está cada vez mais frequente. Estamos alternando uma cheia recorde com uma estiagem recorde e isso é grave. Estou dizendo aqui que cientificamente nenhum cientista explicou que isso acontece na Amazônia por conta das mudanças climáticas, mas tudo indica que esse elemento é o grande componente.

Então, precisamos tratar aqui de medidas que devam ser tomadas para não permitir que isso continue no avançado, continue ocorrendo com maior intensidade. O que fazer? Então obviamente diminuir o impacto do homem sobre a natureza, sem dúvida nenhuma. Como fazemos isso? Apenas reservando áreas protegidas?

Isso é impossível, isso seria um delírio para um país que tem quase 200 milhões de pessoas, para uma Amazônia que tem 25 milhões de habitantes, vai dizer que vai bloquear a área? Isso é impossível.

Então, sabendo da existência dos seres humanos no território nacional e na Amazônia, que medidas adotar? Vejo que as medidas mais eficientes até agora têm sido as medidas sociais do desenvolvimento sustentável, que dão alternativa para que as pessoas consigam a sua sobrevivência, desenvolvam-se socialmente, impactando menos o meio ambiente. Então, isso é fundamental.

Não adianta nada o Ibama fazer no meio ambiente todas as ações se não entender, na região Amazônica, que tem que dar alternativa para o povo. Essa é a medida mais eficiente.

O Amazonas, que é o Estado mais protegido, 98%, não é porque não tem BR, porque temos a 319. A 319 está deteriorada agora, mas na década de 70 era transitável plenamente e está lá intacta. Por que não temos a pressão na floresta no Estado do Amazonas que tem o Pará, que tem a Transamazônica, várias BRs, Rondônia e Acre, que agora estão concluindo suas estradas? Por que a pressão é menor? Porque temos uma alternativa econômica chamada Zona Franca de Manaus.

Acho que o pagamento de serviço ambiental serão as zonas francas de todos os Estados, principalmente daqueles que preservam grandes áreas. Roraima tem mais de 50%; o Amazonas, se somar tudo, vamos chegar a mais de 50% também de áreas protegidas, sejam terras indígenas demarcadas, reservas estaduais, reservas federais e municipais.

Então, quero dizer que sigo aqui o meu Presidente e o Relator, que fez muitas perguntas e quero fazer, se ele me permitir, de todas as perguntas dele as minhas também.

Entretanto, Sr. Presidente, precisamos dar um salto. A Rio+20 será realizada no Brasil e precisamos fazer com que alguns projetos, determinando prioridades, e senhor levantou – não estava aqui, mas fui informada – os projetos que tramitam. Enfim, precisamos resgatar, do meu ponto de vista, como prioridade, o projeto de lei da ex-Senadora Marina Silva, ex-Ministra do Meio Ambiente que trata do FPE verde. Estamos discutindo um novo pacto federativo e dentro do novo pacto federativo tem que entrar essa questão ambiental, tem que entrar os pagamentos aos mais diferentes entes, pelos serviços ambientais prestados. E, no mais, pedir a colaboração de vocês para que nos ajudem, vocês que são do Poder Público, de agências, entidades não-governamentais, academias que tanto nos ajudam, porque precisamos fazer um

grande movimento. A Presidenta Dilma deve vetar não o Código, mas parte do Código; ela está buscando a fórmula para devolver o que aqui foi aprovado, devolver à lei que foi aprovada no Senado – esse é o mote da Presidenta. Isso, graças ao grande movimento que vem sendo construído no Brasil.

Quero cumprimentar o Presidente Márcio por esta belíssima audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)
– Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Gostaria de passar a palavra ao Deputado Ricardinho Trípoli e, em seguida, ao Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. RICARDO TRÍPOLI (PSDB – SP) – Sr. Presidente Márcio Macêdo, Relator Senador Sérgio Souza, inicialmente quero cumprimentar todos os palestrantes nessa reflexão que estamos fazendo aqui na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, num período extremamente importante para o Brasil que deve participar, nos próximos dias, da chamada Rio+20 que, com certeza, será uma avaliação do que foi a Eco 92 e qual é a projeção que o Brasil pretende, nesse grande encontro que é patrocinado pela Organização das Nações Unidas.

Serei breve. Há duas questões que me saltam. Uma delas, eu dirigiria ao Dr. Roberto Cavalcanti: Quando nós falamos em pagamento de serviços ambientais eu me recordo que nos Estados foram criados vários fundos para recepcionar os passivos ambientais, os crimes ambientais. O Ministério Público sempre solicita as condenações, ou provenientes de condenações, ou proveniente de TACs, que são os Termos de Ajustamento de Conduta, que, muitas vezes, geram recursos enormes.

No nosso Estado, São Paulo, eu sei que tem um valor razoável sendo depositado nos bancos, mais que ainda não se definiu uma regulamentação para a aplicação desse fundo. Seria importante que isso ocorresse o mais breve possível, porque nós poderíamos ou de forma local ou de forma global aplicar esses recursos que são extremamente importantes.

O Senador Sérgio citou o ICMS Ecológico. Eu tive a oportunidade de apresentar um projeto, na verdade não é um projeto, mas uma emenda ao Projeto de Lei do Governo, em 91, na Assembleia Legislativa de São Paulo, que criou o ICMS Ecológico. É um recurso destinado aos Municípios que tenham área de preservação permanente. Eu me inspirei muito na questão do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, que eu diria é mais paupérrima no que diz respeito à população, por outro lado, mais rica e abundante em termos de biomas, de florestas, de espécies naquela região. Foi o que fez com que as cidades, por não terem, como disse a Senadora Vanessa Grazziotin, uma

zona franca para poder dar sustentação aos povos da região, fez com que os Municípios tivessem uma vez, uma vez e meia, ampliado o valor de seus recursos, de seus orçamentos. Com isso, deu condições de poder realizar a manutenção de boa parte dessas florestas e da água que ali existe.

Então se existe alguma informação da Secretaria da Biodiversidade qual é a aplicação? Qual é o montante existente hoje no Brasil desses passivos ambientais? Eu imagino que não seja pouco. E se já tem destino correto, uma regulamentação em nível nacional, para que possa repassar aos Estados e os Estados aplicarem esses recursos, advindos de multas, de implicações, de recuperações, enfim, que ocorram.

Outra questão que me traz a esse debate eu dirigiria ao Diretor Vicente, que é Diretor da ANA. Normalmente quando se fala de recursos advindos da água, segundo informações cientistas, imagino que sejam informações corretas, de que o Brasil detém cerca de 12% de água doce do Planeta. É muito comum debatermos a questão das águas de superfície e às vezes a gente acaba se esquecendo as chamadas águas subterrâneas, os aquíferos. O Brasil detém um dos maiores aquíferos do mundo, o Guarani. Queria saber se existe alguma, não digo legislação, mas um mecanismo de cobrança pelo uso dessa água dos aquíferos, por que se eles tiverem muito próximos, aflorando, vamos dizer assim, em diversas regiões podem sofrer impacto de contaminação, de produtos jogados muitas vezes nas plantações ou em outro tipo de produto nocivo. Com isso, pode contaminar essa água, que está hoje embutida no nosso solo e que pode e deve ser utilizada. E aí, sim, eu acho que deveria ter uma cobrança pelo uso dessa água.

São essas duas questões, Sr. Presidente, que aqui levanto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)
– Com a palavra o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, eu entendo que estamos aqui tratando de um assunto de forma quase pioneira, o Congresso Nacional, um assunto em relação ao qual existem muitas incertezas, no momento, e de difícil aplicabilidade. Foi colocado aqui que não existe legislação. Também não existe claramente uma fonte de recursos para isso. Aqui foram levantadas algumas sugestões que eu considero importantes. Eu até acrescentaria outro aspecto: não existe, digamos, um enquadramento internacional para isso ainda, tanto que, na nossa Subcomissão Rio+20, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nós, na contramão do *draft zero*, tentamos realmente fazer uma coisa muito simples, singela. Sugerimos ao

Governo brasileiro que, na questão da economia verde, concentrasse o fogo em quatro pontos.

O primeiro deles, justamente, é a atribuição de um valor econômico a serviços prestados por ecossistemas; o segundo ponto é a revisão do conceito do PIB como grande indicador de desenvolvimento; o terceiro um *new deal* verde, um grande investimento público em energias limpas, recomposição do meio ambiente, etc.; e, finalmente o quarto ponto, que é uma recomendação aos países para alterarem os seus critérios de tributação, tanto em termos de cobrança de impostos quanto em termos de subsídios, para, de fato, incorporar o conceito da busca de uma economia de baixo carbono, passar a taxar a intensidade de carbono, abrindo mão tanto de tributação quanto de subsídios que sejam ambientalmente ou socialmente regressivos.

Então, é claro que se esses quatro pontos forem adotados no âmbito da Rio+20 como princípios norteadores a serem desenvolvidos no futuro, porque certamente essa conferência não teria oportunidade de desenvolvê-los – é o início do debate –, mas ela pode consagrá-los como princípio. Isso representaria um passo muito significativo para quem, como nós aqui, em nível nacional, está tentando encontrar um nicho, um local, um espaço para começar a implementar o pagamento por serviços ambientais.

Então, o que eu vejo a se fazer, em primeiro lugar, nesse período que nos separa da Rio+20, é uma pressão em cima do nosso Governo, e dos outros governos também, no sentido de que realmente adotem pelo menos esses quatro princípios, porque todos os quatro servem ao propósito aqui anunciado.

É importante que haja um critério geral de atribuição de valor ambiental a serviços prestados por ecossistemas. Como isso é uma coisa inteiramente nova, você não tem muito onde se basear. Como é que você vai definir exatamente o valor desse serviço? Comparado com o quê?

No momento em que isso é consagrado em termos internacionais e passa a ser princípios norteadores, facilita. É claro que nem todos os serviços ambientais prestados por todos os ecossistemas, em todo momento, têm o mesmo valor. Você precisa ter certo critério. Por exemplo, estamos discutindo aqui, claramente, a vegetação, a mata ciliar, à margem dos rios em relação a toda a extensão que foi mencionada pelo Andreu e ao fato de ele dizer que há cem mil que são prioritários.

De fato, nós temos uma extensão gigantesca de rios em nosso País, quais seriam aqueles em que o serviço prestado teria de ter um valor de mercado mais alto? E minha opinião, os mais vulneráveis, aqueles que estão em rios que estão sendo ameaçados de

desaparição por parte do próprio processo do aquecimento global onde essa vegetação está fragilizada, necessitando ser defendida, necessitando ser recomposta, etc., etc. Então, tem de haver um mecanismo que passe a atribuir um valor econômico maior a serviços ambientais prestados naquela circunstância e daí sucessivamente. Com isso, passa a haver um critério que não é abstrato em relação ao serviço ambiental num ecossistema em qualquer circunstância; é um serviço ambiental prestado por um ecossistema em determinada circunstância de grande vulnerabilidade ou de raridade e assim sucessivamente.

Eu acho que isso tudo deveria ter sido um dos grandes temas de discussão do Código Florestal. O fato de isso não ter sido discutido, sobretudo na Câmara, durante todo esse tempo imenso de tramitação do Código Florestal, é a maior prova de como foi pobre essa discussão, que em nenhum momento conseguiu incorporar coisas que seriam uma convergência entre as forças que se digladiavam naquele momento, porque acho que há uma convergência entre ambientalistas e produtores rurais essa questão de que os serviços ambientais prestados por matas ciliares, sobretudo em áreas de grande vulnerabilidade, deveriam ter um valor econômico atribuído, deveria ser remunerado, poderíamos sair à busca de fontes para isso e perdeu-se oportunidade de fazer essa discussão, empobrecendo ao extremo o que foi toda a discussão em relação ao Código Florestal.

Então, para finalizar, perguntaria para todos vocês a mesma pergunta: Qual seria o caminho, fora essa questão que mencionei que é mais de natureza internacional, em termos brasileiros, qual seria o caminho mais eficiente para que nós tivéssemos de fato uma base legislativa para isso? E quais seriam os pontos absolutamente indispensáveis que essa legislação deveria conter/

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)
– Agradeço a participação do Deputado Alfredo Sirkis.

Gostaria de solicitar à Mesa que fossem precisos no tempo e concisos, pelo adiantado da hora e porque estamos prestes a começar a sessão ordinária. Queria fazer o caminho inverso das primeiras intervenções, começando da direita para esquerda.

Com a palavra o Presidente da ANA, Vicente Andreu, que encerrou o primeiro bloco e, em seguida, Albano Araújo.

O SR. VICENTE ANDREU – Bem, como já falamos um pouco sobre financiamento, quero tratar algumas questões gerais. Gostaria de lembrar, Senador Sérgio Souza, sobre a questão da vinculação de fundos e outras possibilidades. Gostaria de dizer que, muito embora a compensação paga pelo setor elétri-

co tenha uma dupla finalidade, que é indenização e o uso da água e os Estados criaram fundos estaduais de recursos hídricos, queria apenas ressaltar que pouquíssimos Estados colocam dinheiro do setor elétrico nos fundos estaduais de recursos hídricos.

Temos o exemplo de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, em parte, do Brasil inteiro. Então, quanto a essa questão de ter que carimbar alguns recursos, nós somos completamente favoráveis.

A questão também de se na legislação quem não tem APP vai para 15 e quem tem APP fica com 30, se o cara de zero vai para 15 ou se o de 30 que vai para 15.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – 30 para 15 não pode?

O SR. VICENTE ANDREU – Não pode, mas como a discussão sobre a fiscalização é sempre um movimento muito difícil, essa questão dessa possibilidade de quem não tem nada vai para 15 pode levar a um movimento de quem tem 30 ir para 15 também.

Em nossa opinião, temos defendido isso no âmbito do Código, estamos defendendo os 30 metros. Quero dizer que, até para efeito de recursos hídricos, a progressividade, quer dizer, aquela coisa de 30, 50, 100, 200, 500, para recursos hídricos não tem impacto relevante. Impacto relevante é manter no mínimo os 30. A progressividade tem aspecto de natureza ambiental, fluxo gênico, biodiversidade, criação de corredores. A ampliação não está vinculada a uma maior garantia da qualidade da água ou quantidade de água na progressividade.

Então, nós estamos batendo para que sejam 30 metros. Aí, criar uma regra de 30 metros e, depois, se estabelecer uma discussão sobre as excepcionalidades e não se criar uma excepcionalidade que, ao final, pode ser infelizmente a regra que vai ser mantida.

Quero dizer que isso é tão grave que os programas de serviços ambientais, produtores de água, eu vou mencionar aqui por uma questão apenas ética, numa região que estava em pleno vapor, com produtores rurais motivados para ingressar no produtor de água resolveram esperar a redução do Código Florestal, porque de repente não teriam que recompor nada e vão ficar com uma margem menor.

Quero mencionar que até o reflexo do resultado do Código Florestal tem uma implicação direta sobre a motivação ou não para políticas dessa natureza.

A Senadora falou sobre a Amazônia. Nós estamos monitorando, realmente é uma situação que, no particular, pela riqueza da Amazônia, são só alguns dados. Mas, hoje, na verdade, a inundação, o problema principal de Manaus, é oriunda da bacia do rio Negro. O Solimões está com um comportamento... O rio Ama-

zonas, em sua entrada no Brasil, já começou a reduzir o fluxo, está caindo em relação ao limite histórico...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Demora uns 20 dias.

O SR. VICENTE ANDREU – São 20 dias para chegar, mas ainda está chegando uma grande onda em Manaus. Isso só não é pior porque o rio Madeira está com uma vazão absolutamente dentro da média; então isso não está agravando a situação. Mas, sem dúvida nenhuma, isso demonstra que os limites geográficos, inclusive nacionais, se não valem para dentro da Nação, para os Estados, quando se trata de um bioma, quando a gente vai falar disso em nível internacional é fundamental para a segurança brasileira a gente ter parcerias com os países vizinhos, no sentido de ter essas informações muito mais ágeis.

O Deputado Ricardo Trípoli falou sobre águas subterrâneas e superficiais. Queria, em primeiro lugar, que a cobrança pelo uso da água – e o Deputado conhece bem porque o Estado de São Paulo foi um dos pioneiros – mudasse de nome. Na verdade, quando a gente fala em cobrança tem sempre um sentido negativo. É a participação em um condomínio, que é o Comitê de Bacia Hidrográfica, pela utilização de um recurso do próprio. É até como se fosse uma taxa de condomínio e não cobrança. Quando se fala em cobrança parece que a gente está sendo cobrado por alguma coisa. Nesse particular, o dinheiro volta todinho para a bacia hidrográfica. Então, ele é cobrado na bacia, mas volta para a bacia. Então, ele não tem o aspecto de uma cobrança no sentido de que alguém fica com o dinheiro, mas sim de uma taxa que os próprios condomínios vão decidir onde aplicar. Para as águas subterrâneas, em função da dupla dominialidade no Brasil, isso acaba ficando no âmbito dos Estados. Então, não tenho informação de nenhuma cobrança de águas subterrâneas. Muitas vezes se cobra pela emissão dos documentos relativos ao acesso. Então, por exemplo, a expedição de uma outorga para águas subterrâneas custa tanto: é o pagamento do emolumento. Mas a água, em si, continua de graça para grande parte da região brasileira.

O Deputado Sirkis também fez menção aos vários aspectos. Só queria fazer uma brincadeira, Sirkis. Mudou, mas eu tinha chamado o *zero draft* de *zero trash*, porque no caso da água era simplesmente lamentável. O novo, agora, aumentou. Eram três parágrafos. O novo, agora, aumentou a quantidade de parágrafos, mas a qualidade em relação à água tem um nível de ousadia baixíssimo, proposta nova baixíssima. Infelizmente, o documento que vai ser discutido não tem nenhuma ousadia. Estamos apostando um pouco nos diálogos setoriais, particularmente no da água, para poder ter alguma influência. Mas, em linhas gerais, apresentei

meus argumentos principais, até para dar oportunidade aos companheiros aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Quero agradecer ao Presidente da ANA, Vicente Andreu, pela sua precisão no tema.

Gostaria que o Dr. Albano também seguisse a mesma linha. Muito obrigado.

O SR. ALBANO ARAÚJO – Bom, eu tinha uma pergunta específica sobre esse ICMS ecológico. Bom, o *site* é icmsecológico.org.br é uma iniciativa da TNC. Então, apoiamos integralmente a ideia. Acho que como solução, não existe uma solução única nem mágica, a gente sabe disso. Precisamos de uma série de soluções. Aqui foram citadas várias. Cada uma delas daria para a gente fazer uma sessão dessas de três ou quatro horas de discussão.

E foi citado, várias vezes, o setor hidrelétrico. Eu, que pela minha função na TNC, interajo muito com eles, sugiro que depois se faça uma reunião. Vocês vão ouvir alguns argumentos interessantes. Entre eles o de que os grandes reservatórios não têm problemas de sedimentação, de assoreamento. Outro fato inegável é o de que o desmatamento das bacias não prejudica a geração de energia, pode até aumentar, porque você aumenta o escoamento superficial. Então, a visão do setor elétrico sobre essas questões é diferente. Às vezes é muito bom até a gente ouvir esses contraditórios e discutir isso. Eu, que já tive intensos debates com eles nessa linha, por trabalhar também com a questão de vazões ambientais, que é um serviço ambiental, acho importante a gente discutir isso.

O Andreu falou que os Comitês de Bacia arrecadam e os recursos vão para a bacia. Existe uma questão com relação à compensação pelo uso dos recursos hídricos pelas hidrelétricas que não é cobrança. Então, ela não vai para a bacia, mas para os Municípios. Há um ponto, também, que seria uma possibilidade de solução para alimentar os fundos com recursos para pagamentos de licença ambiental, e sei que é muito polêmico, mas as hidroelétricas consomem água, acho que elas deveriam pagar pelo consumo também. Então, a ideia de que toda a água que entra no reservatório sai não é correta. Uma boa parte dessa água evapora, principalmente no Brasil, onde existem grandes reservatórios na Região Nordeste, que é semi-árida; também na Região Norte, que é em áreas quentes. Então, assim um número cabalístico para vocês saberem, o Reservatório de Sobradinho, que é um dos maiores do mundo, no pico, quando ele está mais cheio e na parte do ano em que ele evapora mais, ele chega a evaporar 600 m³ por segundo, sendo que a transposição do São Francisco é de 26 m³ por segundo. Ou

seja, o reservatório consome mais água, porque são 20 transposições, porque é um momento de pico.

Então, seria interessante ver essa questão de que o setor elétrico pagasse pelo consumo da água, porque aí seria cobrança, iria para o Comitê de Bacia, o dinheiro vai para a Bacia, como o Andreu comentou.

Um ponto aqui também interessante, para fechar um pouco o raciocínio, que tem a ver com essa questão do PIB e o nosso PIB mede o uso do recurso na economia, mas não está dizendo que é um uso bom. Por exemplo, a cidade de São Paulo tem um aumento de PIB, recentemente, associado ao número de acidente de moto. Não é?

Então, é um indicador... Os indicadores são limitados, sabemos disso, mas é um indicador que talvez esteja limitado demais para a realidade do séc. XXI e da nossa visão de sustentabilidade, e da nova visão que este mundo tem.

Então, um outro exemplo clássico é assim: Por que um produto orgânico é mais caro que um produto não orgânico? Se ele é mais sustentável, ele gera mais emprego e renda? Qual é o problema que nós temos na nossa economia que nós somos capazes de pagar mais barato por um produto que gera mais danos e nos negamos a pagar mais caro, ou temos que pagar mais caro por um produto que é ecologicamente mais correto?

Então, eu vejo que a incorporação de custos ambientais seria um fomento aos processos... Todos os processos de sustentabilidade, entre eles o pagamento por serviço ambiental; ou seja, o produtor que produz com mais sustentabilidade tem um produto que tivesse uma aceitação melhor no mercado, que não tivesse restrição de preço, isso também ajudaria, seria uma forma de recompensá-lo. Não é? E aqui, só fazendo um parêntese por essa questão de APP e reserva legal, de se pagar serviço ambiental, ou não, eu volto a frisar o seguinte: o pagamento pelo serviço ambiental é pelo serviço ambiental, se a área é definida por lei como APP ou reserva legal, eu garanto que as árvores que estão lá não sabem disso. E elas continuam ajudando a infiltrar água, elas continuam ajudando a prestar todos os serviços ambientais, estejam elas em APP ou reserva legal; ou seja, o serviço ambiental é prestado e a ideia é que você a ele remunere.

Quanto à questão da adicionalidade é um conceito que precisa ter cuidado, porque o serviço ambiental em água não pode ser comparado ao carbono. Então, a floresta em pé presta o máximo de serviço ambiental em água, enquanto no carbono, no caso de sequestro, esse serviço máximo ocorre quando você está recuperando a área. Então, para a água, as florestas em pé

são extremamente importantes e prestam o máximo do serviço ambiental possível.

Bom, eu acho que é isso. OK?

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Quero agradecer ao Dr. Albano Araújo pela suas considerações e participações nesse debate de hoje.

Agora, passo a palavra ao Dr. Roberto Cavalcanti, que vai responder às perguntas e fazer suas considerações finais.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI – Muito obrigado, Deputado.

Eu coligi aqui uma lista de perguntas, grande parte vindo de um bloco inicial de Senadores. Então eu queria só fazer uma lista de perguntas que me foram colocadas para ver se eu poderei responder a todas:

Qual é a efetividade dos instrumentos de fiscalização? Se os incentivos econômicos seriam interessantes ou melhores? E quais outros instrumentos também para o cumprimento da legislação ambiental? Pois me foi solicitado também fazer um comentário sobre o ICMS Ecológico. Eu só conheço muito por alto de três Estados: São Paulo, Paraná e Goiás. Posso comentar sobre isso. Se a reserva legal merece valor, uso econômico ou não? Depois a Senadora Vanessa me fez umas perguntas sobre a questão de mudanças climáticas, uso econômico da floresta, a questão das enchentes e a iniciativa da ex-senadora Marina sobre o fundo. Depois o Deputado Trípoli perguntou: Qual o valor do Fundo de Multas? Eu tenho esse número, um dos; e o Deputado Sirkis perguntou sobre: Qual seria o caminho mais eficiente para construir uma base sobre serviços ambientais?

Deixe-me responder rapidamente.

A questão de instrumentos de fiscalização, a grande frustração é que eles são vistos ou como insuficientes ou aplicados de forma inconsistente. Então, todo esse debate se deve transferir-se a fiscalização para os Estados ou não, isso é, digamos, uma visualização de que a União Federal não tem instrumentos suficientes. Mas, então, os que são contrários a uma transferência maior para os Estados levantam a questão da consistência da aplicação da legislação e uma premissa de que não haveria consistência. Mas o fato é que, hoje, realmente, há casos flagrantes de insuficiência e inconsistência da aplicação da legislação. Alguém é multado por não adesão à reserva legal e o vizinho, por algum motivo, o fiscal não chega lá, etc.

Então a situação atual do Código Florestal, as críticas que foram motivadas são em grande parte associadas a isto: que há um histórico de aplicação insuficiente e inconstante da legislação ambiental.

Há mecanismos possíveis, Senador, para resolver as duas coisas. Eu acho que, na esfera tributária,

a gente vê várias iniciativas que buscam resolver isso, nota fiscal paulista, carioca, etc., todos são mecanismos de melhorar a arrecadação e dar uma consistência maior na arrecadação.

A fiscalização ambiental poderia se beneficiar, sim, de um aumento na sua fiscalização, mas acho que o que é mais preocupante é a atual inconsistência, porque muitas das multas são arbitradas de forma individual pelo fiscal que está lá, ou não; as empresas que são multadas recorrem com sucesso, alegando que não há base para dar um número. Outro dia, conheci socialmente, eu estava em uma reunião, e uma das pessoas se identificou como advogado de uma das empresas petrolíferas que está contestando multas no Rio de Janeiro. Ele disse: “Nós estamos tentando fazer uma engenharia reversa e ver qual é o número, mas estamos fazendo um levantamento no mundo todo de quanto são as multas por despejo de óleo”.

Mas é para dar uma ideia, mais ou menos, de como é que está essa questão da fiscalização, não é Deputado? Porque hoje há um questionamento sobre a consistência na valoração e na aplicação de multas de teor ambiental. Mas o próprio reconhecimento disso e os próprios grupos que estão sendo multados estão ajudando a construir uma melhor base científica e técnica para fazer essa precificação.

A resposta a essa primeira pergunta é: há mecanismos, sim. A base científica é importantíssima, porque, com a base científica, você pode estabelecer o que havia, antes e depois. É muito do que se diz, por exemplo, da indústria de óleo e gás é de que o Governo deveria estabelecer uma linha de base do que existe hoje para, na existência de desastres, você poder saber o que havia antes para, depois, atribuir um valor pela compensação. Isso é possível e há pesquisas científicas que permitiram incluir sistemas de monitoramento.

Toda a questão de monitoramento da cobertura vegetal, da cobertura da Amazônia, visa isso em última instância. Toda a questão da ANA ter um sistema complexo e sofisticado de monitoramento da vazão dos rios, de modo que você pode, ao longo do tempo, fazer uma correlação entre mudanças da cobertura florestal, mudanças da vazão e vice-versa. Então, há perspectivas para isso.

Os incentivos econômicos funcionam, sim. Há uma série deles que já foram discutidos aqui. Quais são os outros instrumentos possíveis? Bom, tendo trabalhado muitos anos no terceiro setor, eu acho que há a questão da auto-organização de comunidades e grupos que permitem a construção de instrumentos. Então, muitos países, por exemplo, dão isenção de impostos para grupos locais. Qual o raciocínio dessa isenção de impostos? É de que determinadas funções

que as comunidades estão disponíveis para fazer, elas podem se auto-organizar e fazer. Então, esses instrumentos são importantes, sim; inicialmente, de renúncia fiscal, mas, em médio prazo, de capacitação e de desenvolvimento comunitário.

Funcionou em muitos países do mundo. Fui à Indonésia, em Banda Aceh, quando teve aquele horrível tsunami. Chegamos lá e tinha um cemitério onde 45 mil pessoas tinham sido enterradas no mesmo cemitério. Era assim uma escala incomparável com o que se vê no Brasil. O que o pessoal estava fazendo? Estava replantando os manguezais, porque, com o resultado do tsunami, eles viram que onde havia manguezais o impacto tinha sido muito menor sobre as comunidades costeiras do que nas áreas onde os manguezais tinham sido removidos.

Então, quando se discute aqui no Brasil a importância dos manguezais, podíamos – não é, Deputado? – enviar um grupo de parlamentares e membros da sociedade a Banda Aceh, na Indonésia, para ver a relação entre os manguezais e a segurança da população humana.

Então, esses outros instrumentos são possíveis, sim.

Com relação ao ICMS Ecológico, varia de Estado para Estado. Antes de eu assumir esse cargo, no ano passado, Goiás introduziu o ICMS Ecológico. Essa pergunta é importante. Para o Estado de Goiás, onde se põe o ICMS Ecológico? Quem você vai incentivar? Tem a turma da Chapada dos Veadeiros, que está conservando a caixa d'água de Goiás. Agora, tem o pessoal ali, em Caldas Novas, Parque Estadual de Caldas, áreas de pessoas que estão fazendo reservas voluntariamente e que poderiam estar vendendo suas propriedades para condomínios e outras áreas turísticas. Será que Caldas Novas não merece o ICMS Ecológico também? E o pessoal na beira das barragens do rio Corumbá, que está, também, dando apoio à manutenção dos reservatórios?

A alocação de recursos, um recurso finito de ICMS Ecológico, varia muito de Estado para Estado e baseado nas prioridades dos Estados. Então, acho que o ICMS Ecológico, idealmente, deve ser aplicado ao longo do tempo e ao longo de programas com começo, meio e fim. A Senadora levantou essa questão.

A reserva legal, obviamente, sim, Senador, pode e deve ser usada como benefício econômico, porque o objetivo da reserva legal não é impedir o uso econômico, é estabelecer que aquela área tenha contribuição ambiental e, quando a gente diz contribuição ambiental, se traduz, a meu ver, em três coisas: manutenção de cobertura florestal, segundo, manutenção de espécies nativas, evita a perda de espécie e funções ecológicas.

Agora, conhecemos “n” formas de usos econômicos, desde turístico até plantações consorciadas e outros tipos, que cumprem essas três funções e, ao mesmo tempo, permitem uso econômico.

No Brasil, de fato, muitas atividades econômicas mais rentáveis são atividades que envolvem a substituição da vegetação nativa e usos não florestais. Mas o paradoxo é que nós somos um dos poucos países do mundo que é dominado por paisagens florestais. A América do Sul é o único continente que não tem grandes desertos ou estepes e, portanto, o desafio para o Brasil é desenvolver usos econômicos florestais. Com relação às mudanças climáticas que a Senadora levantou, realmente, na Amazônia, a gente vê que, em diversos regimes de clima, você tem cobertura florestal.

Quando fui trabalhar em Carajás, o clima de Carajás é igual ao clima do cerrado, só que lá tem uma estação seca prolongada, mas tem floresta o ano todo. Isso é uma característica de coberturas florestais. Também, descendo o rio Parauapebas, eu vi troncos enormes a dezenas de metros da calha do rio. Uma situação não muito diferente do que a gente vê no Estado do Rio, mas só que lá, como não mora ninguém, quando dá essas enchentes violentas do rio, sobe e desce.

Então, todos os rios brasileiros têm esse problema de enchentes. Agora, há rios onde mora muita gente na beira e outros em que moram menos. Esses que têm pouca população humana apresentam essas questões.

Há muitas formas como os países lidam com isso. Nos Estados Unidos, onde morei uma época, tinha placas enormes dizendo “área de inundação”. O que era isso? Quem morava dentro daquela área podia morar, mas o governo não dava seguro reposição de catástrofes, porque a pessoa estava morando em uma área que era designada e conhecida como uma área de inundação. As seguradoras particulares também não cobriam. E para as pessoas serem informadas havia esse sistema. Isso mostra o capital dos Estados Unidos. Você desce lá e vê nas ruas “*flood zone*”, “*flood zone*”.

Não pode ser feita uma mudança assim da noite para o dia, mas ao longo de 10, 15 anos, você pode ter um programa que, gradualmente, faça um incentivo e, ao mesmo tempo, tenha isso.

E a manutenção da cobertura florestal é fundamental realmente para mitigar mudanças climáticas. Nós não vamos poder fazer muito se a temperatura da terra subir nos próximos 20, 30 anos, porque o que já tem de CO₂ meio que predefiniu esse aumento. Mas nós podemos mudar, sim, o clima entre 0 e 20 metros de altura, que é onde nós moramos. E a cobertura vegetal é fundamental para isso, para a manutenção da água.

Trabalhei lá em Roraima, a temperatura do ar era de 40º graus, às vezes, mas dentro da floresta você tinha água corrente, etc. Ou seja, é possível a gente fazer uma adaptação, Deputado, para mudanças climáticas, desde que a gente tenha um programa ativo de manutenção de cobertura florestal.

A China tentou isso – e posso depois falar sobre a China, acho que não tenho tempo. Fui Vice-Presidente do Programa da China, de uma ONG, durante um tempo, fui seis vezes lá num ano só, eu conheço mais ou menos lá e o que eles fizeram de certo e errado. Uma das coisas que eles fizeram foi o seguinte: eles mandaram uma delegação aqui que a gente acompanhou e, no final, eles disseram: O Brasil está a mil anos à frente da China em termos de estratégia de conservação. Pelo menos, de proteção florestal. Foi essa conclusão que esse grupo nos deu.

Com relação ao fundo de multas eu não conheço todos, mas tem um fundo que é a Câmara Técnica de Compensações Ambientais, que está dentro do MMA, que pega compensações de todo o País, essa Câmara está com saldo de quase um bilhão – 700 milhões foi o último número que eu vi e que ainda não foi aplicado. Sobre essa Câmara, Sr. Deputado – e o Legislativo está mais do que convidado para enviar representantes para a Câmara a fim de tomarem conhecimento de como o Ministério está começando a alocar os recursos e os desembolsos para essa Câmara. Ela é presidida pelo nosso Secretário Executivo, Francisco Gaetani. Esse é um dos fundos, têm outros.

O Deputado Sirkis perguntou: Qual o caminho mais eficiente para uma base legislativa?

Bom, eu acho, como a Senadora colocou e vários painelistas aqui já falaram, que a criação de um fundo federal seria um avanço muito grande, porque de fato a gente vê que os Estados, os Municípios já estão avançando conceitualmente, como o senhor colocou, já identificaram as prioridades. E esse tipo de investimento eu acredito muito na questão do de baixo para cima. Se você tem os grupos locais dos Estados que estão respondendo diretas demandas e que podem detectar as particularidades geográficas, ecológicas e locais das prioridades de investimentos e serviços ambientais, o Albano colocou isso muito bem também, eu acho que o Governo Federal deveria dar uma chance a essas unidades para propor soluções.

Apresentei aqui o bioclima que o Governo do Paraná já colocou. Então seria muito interessante um fundo desses.

E se o Governo Federal detectar que há realmente prioridades globais, que não são atendidas por iniciativas estaduais e municipais, aí eu acho que é o caso também de ter uma ação. Óbvio, eu acho isso os

grandes biomas, a gente tem que garantir a integridade dos grandes biomas, da Amazônia, do Cerrado, da Mata Atlântica e seu conjunto; a questão Marinha, alguma coisa da Antártida também, porque o Brasil é signatário do tratado e se obrigou a trabalhar para a conservação e, particularmente, o Atlântico Sul. O Brasil, a grande diversidade do Atlântico Sul está na costa brasileira. O maior recife de coral do Atlântico Sul é o de Abrolhos, que está no Brasil. A gente não pode abrir mão.

Tem novos estudos mostrando a cadeia dos fitoplânctons em relação às mudanças climáticas, sobre por que a produtividade é maior nos hemisférios polares do que nas áreas tropicais. Então tem muita ciência que está aí... E o Brasil tem uma oportunidade muito grande de ser um ator central na questão do Atlântico Sul, porque a maior parte dos países, a Argentina está trancada em disputas territoriais com a Inglaterra não é? E o Brasil está bem posicionado para ter uma posição importante na questão Marinha do Atlântico Sul.

Então eu veria assim, na esfera federal da questão ambiental, olhar realmente os grandes biomas, estratégias nesse nível.

Desculpa se eu falei demais.

Estou à disposição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Quero agradecer ao Dr. Roberto Cavalcanti pela sua explanação.

Quero passar a palavra ao Professor Saulo Rodrigues, para suas considerações finais.

O SR. SAULO RODRIGUES – Muito obrigado, Deputado Márcio Macêdo.

Eu gostaria muito de responder, ou considerar as perguntas ponto a ponto que foram colocadas, todas extremamente instigantes e provocativas. Entretanto, o nosso tempo exíguo vai exigir outra abordagem de mim. Vou tentar considerar as o perguntas que foram feitas tanto pelo Senador Sérgio Souza, como pela Senadora Vanessa Grazziotin; os Deputados também que colocaram as suas questões, de uma forma a contemplar as diversas questões que foram colocadas.

Sobre a valoração da natureza, o desafio de valorar a natureza, de farto, isso para a academia já vem sendo um desafio que já vem sendo enfrentado pelas mais diversas correntes de pensamento, dentro dessa questão economia/meio ambiente.

É muito difícil a gente reduzir a um valor monetário bens que são de uso comum, bens e materiais, valor de existência das espécies de menor utilidade para a humanidade, tudo isso é muito difícil ser reduzido a uma base monetária. E, portanto, cabem muito questionamentos sobre isso. Entretanto, existem alternativas que a gente pode utilizar para atribuir valor

a bens da natureza que não são monetários. A partir dos serviços prestados por esses bens, nós podemos fazer comparações com outros serviços prestados por outros produtos e que são menos impactantes em termos de consumo, intensidade; consumo de energia, intensidade de consumo de materiais; intensidade de impactos ambientais relacionados à sua produção. E tudo isso pode, perfeitamente, ser incorporado à esfera econômica; isso tem acontecido gradualmente, não só no Brasil e, principalmente, em outros países.

Então eu acredito que para se aprimorar a legislação relacionada à questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável no Brasil é preciso que a gente traga, e a solução é muito simples, para esse debate a participação efetiva do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, das políticas industriais brasileiras, a política de energia do Brasil; todos os setores que são os promotores dos grandes impactos socioambientais precisam promover uma formulação de uma política de desenvolvimento sustentável no País que seja, de fato, transversal e integrada. Dessa forma nós precisaríamos estar sempre dependendo do Ministério do Meio Ambiente, ou do Ministério do Desenvolvimento Social, para corrigir as distorções que são promovidas na origem, na formulação de políticas de desenvolvimento que podem, perfeitamente, ser mais sustentáveis.

A Rio+20 está aí e nós temos a oportunidade de mostrar ao mundo que o Brasil está comprometido com o projeto do paradigma da sustentabilidade como o grande paradigma do século XXI. Isso vai envolver competitividade de empresas, isso vai envolver decisões estratégicas que nós vamos tomar e que vão nos beneficiar num futuro muito próximo. Isso já é uma realidade de diversos setores da economia e deve aumentar ao longo das próximas décadas, com certeza.

Então, eu acredito que a questão do aprimoramento dos instrumentos de gestão ambiental ele depende de uma maior transversalidade na sua elaboração e na sua aplicação.

Portanto, há que se ter uma decisão política que envolva a incorporação de valores e materiais, valores socioambientais nas políticas de desenvolvimento. E isso a Rio+20 é uma grande oportunidade para o Brasil mostrar que está comprometido com esse projeto.

O Deputado Sirkis perguntou: Qual seria então qual o caminho mais eficiente para uma reformulação desse desafio de tornar o nosso desenvolvimento mais sustentável?

Eu acredito que os objetivos do desenvolvimento sustentável, que é um dos temas da pauta da Rio+20,

é uma oportunidade para que a gente comece a “parametrizar” os nossos desafios de energia, o desafio da biodiversidade, o desafio do clima, embora existam incertezas, como a Senadora aponta, em relação ao conhecimento sobre esse complexo sistema climático, de fato elas existem, essas incertezas. No entanto, existem diversos princípios já consagrados no Direito tanto ambiental, como no Direito internacional, que nos ajudam a superar as dificuldades que algumas dessas incertezas trazem, como o princípio da precaução, o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada. São princípios absolutamente essenciais para que a gente os traga para uma política não apenas no âmbito nacional, mas no âmbito também internacional, para colocar verdadeira responsabilidade sobre os desastres climáticos sobre aqueles que, historicamente, mais contribuíram para as emissões. Então é importante conservar a floresta, ela tem um papel importante no equilíbrio do clima, sim, é verdade. No entanto, 75% de todas as emissões de gás do efeito estufa advêm do uso de energia do setor industrial, setor de transporte, etc.

Então a conservação de floresta tem um papel importante, porém, é necessário que a gente atribua verdadeira responsabilidade sobre os fenômenos climáticos, transferindo os custos necessários para as medidas de mitigação e de adaptação às mudanças dos climas para os maiores responsáveis por esse fenômeno, que são os países da OCDE, os países do Hemisfério Norte. Eles precisam ter essa responsabilidade e é um princípio consagrado na Convenção Quadro das Nações Unidas, sobre as mudanças do clima, inclusive como uma grande contribuição da Missão Brasileira que negociou a nossa participação nessa convenção.

Então, esse princípio tem que estar muito presente para guiar, inclusive, as nossas políticas em âmbito nacional. Não apenas a conservação da Amazônia e do Cerrado é importante, mas os planos setoriais que vão guiar as medidas de mitigação das emissões brasileiras têm que estar devidamente contempladas.

Esta seria a consideração que eu faria sobre perguntas tão ricas. E o nosso tempo não nos permite explorá-las de uma forma mais alongada, mas, desde já, eu agradeço Deputado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Quero, para finalizar, agradecer imensamente a presença dos senhores e das senhoras. E quero dizer aos palestrantes que, com certeza, este debate será um capítulo importante do Relatório desta Comissão.

Queria agradecer e parabenizar a intervenção dos Parlamentares que aqui estiveram, na tarde de hoje, como a Senadora Vanessa Grazziotin, o Deputado Alfredo Sirkis, o Deputado Ricardo Trópoli e o Senador Sérgio.

Se for da concordância de todos aqui, eu anotei duas questões que acho importantes para tirar como encaminhamento desta audiência de hoje. Uma é que a Mesa desta Comissão, se for da concordância de todos os Parlamentares, vai enviar ofício, comunicação aos Presidentes da Câmara e do Senado, solicitando a tramitação, em regime de urgência, dos Projetos nºs 5.417, de 2009, e 792, de 2007, com seus apensados na Câmara. E aqui, no Senado, o projeto da ex-ministra Marina Silva, para que tramitação aconteça em regime de urgência e que ele possa ser votado até a Rio+20.

E que possamos também, vamos solicitar audiência com os dois Presidentes das Casas, para poder, em viva voz, colocar a posição desta Comissão.

Um outro encaminhamento, que eu anotei aqui, é uma sugestão da Senadora Vanessa Grazziotin e uma sugestão minha acerca dos projetos da Câmara.

Também desejo informar, se for da concordância de todos, que esta Comissão possa mandar um comunicado, um informe de indicação, para o Ministério do Meio Ambiente abrir janelas de financiamentos, de acesso a fontes de financiamentos para que os Estados possam promover programas de pagamento por serviços ambientais nos moldes que o Governo do Paraná está fazendo, que eu considere aqui muito significativo, através do Biocrédito, do PSA, do Biocrédito Mais, do Biobônus e do Biocrédito CO2.

Se for de concordância de todos os Parlamentares aqui presentes, nós tomamos isso como deliberação, e vamos encaminhar para essas duas comunicações.

No mais, quero agradecer imensamente a presença de todos: assessores, jornalistas...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Pela ordem, tem a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente desta Casa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Muito obrigada.

Sr. Presidente, eu participo aqui desta Comissão e acho que o Deputado Trópoli também, desde o momento em que ela foi criada – não tem tanto tempo assim, mas nós somos os fundadores, os sócio-fundadores aqui desta Comissão. E o que a gente percebe, até pelas regras determinadas na resolução que aprovou

a Comissão, é que temos certa dificuldade de continuação do trabalho.

Então eu elaborei, juntamente com a equipe de Consultores aqui do Senado, um projeto de resolução que propõe algumas modificações. Uma delas seria o mandato de dois anos ao invés de um, porque um ano perde-se totalmente a capacidade de condução dos trabalhos. Eu não apresentei o projeto, nem quero apresentar; mas eu quero colocar para V. Exª, a fim de que V. Exª possa enviar para, pelo menos, alguns Parlamentares e a gente votar na Comissão e fazer dessa ideia – que pode ser modificada, podem aparecer outras ideias – um projeto da nossa Comissão, para, aí sim, ingressar no Congresso Nacional, que é onde tem que ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Quero dizer à Senadora Vanessa Grazziotin que essa é uma iniciativa muito importante. Eu também estava avaliando e discutindo com a assessoria que nós precisávamos fazer algumas reformulações nesta Comissão, tanto no ambiente do Senado, quanto no ambiente da Câmara, sobretudo, porque o Senado ainda tem uma ação de apoio estrutural mais significativo, que a Câmara não tem.

Então, vou acatar a proposta de V. Exª...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) –

Encaminho a V. Exª para que possa dar o destino que bem entender; encaminhar aos colegas...

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Encaminhar aos colegas, abrir um tempo para sugestões e fazer uma reunião desta aqui, específica para debater isto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Quero lhe parabenizar por essa iniciativa, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– E quero finalizar a reunião, agradecendo a todos os presentes aqui, assessores, assessoras, imprensa que está fazendo a cobertura desta audiência pública, a todos os palestrantes, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, e dizer que considero que esse foi um grande debate, que com certeza vai enriquecer o relatório desta Comissão, neste ano.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 51 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e nove minutos do dia dezesseis de maio do ano de dois mil e doze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do **Deputado Márcio Macêdo**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Sérgio Souza, Jayme Campos e Wellington Dias, e dos Deputados André Zacharow, Luiz Noé, Alfredo Sirkis, Adrian e Ricardo Tripoli, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta destinada à realização de **Audiência Pública** cujo tema trata da “Preparação da Rio+20”, em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão em dez de abril passado, com a presença dos seguintes convidados: Embaixador André Corrêa do Lago, Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores; e Dra. Karen Suassuna, Diretora de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Relator da Comissão, Senador Sérgio Souza, e os Deputados Alfredo Sirkis, Luiz Noé e Ricardo Tripoli. Às quinze horas e cinco minutos, o Deputado Márcio Macêdo passa a Presidência ao Senador Sérgio Souza. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

– Deputado **Márcio Macêdo**, Presidente da CMMC.

CMMC (6ª Reunião) 16/05/2012

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Boa tarde, senhoras e senhores presentes. Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, criada no âmbito do Congresso Nacional, mediante a Resolução nº 04, de 2008.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião.

Os senhores parlamentares que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

A pauta desta reunião destina-se à audiência pública para tratar do tema Preparação da Rio+20, em conformidade com a aprovação do Plano de Trabalho da Comissão, em 10 de abril passado.

Convidamos os ilustres palestrantes, o Embaixador André Corrêa do Lago, diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores; Drª Karen Suassuna, diretora de mudanças climáticas do Ministério do Meio Ambiente. Queria cumprimentar o relator desta Comissão, o Senador Sérgio Souza, o Deputado Alfredo Sirkis, todas as senhoras e os senhores aqui presentes, técnicos, servidores desta Casa, todos que nos ouvem e nos assistem neste momento.

Em virtude do adiantado da hora, quero iniciar esta audiência na tarde de hoje, com o nobre Embaixador André Corrêa do Lago.

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO – Boa tarde, Deputado, boa tarde, Senador, boa tarde a todos aqui presentes. Antes de mais nada, é com enorme satisfação que venho a esta Comissão Mista para tratar da Rio+20. Esta é uma comissão mista sobre mudança do clima. Acho que a presença do Deputado Sirkis, que está sempre acompanhando essas negociações, vai levantar esta questão da relação entre a Rio+20 e mudança do clima.

Gostaria de fazer uma apresentação breve sobre a relevância da Rio+20 e, depois, responder, talvez, às perguntas.

Muitas pessoas estão caracterizando a Rio+20 como uma oportunidade única em uma geração, ou seja, é uma conferência que só acontece a cada 10 ou 20 anos. Portanto, é uma oportunidade excepcional de se procurar avançar a agenda internacional em uma área de desenvolvimento sustentável, que, como sabemos, tem um impacto muito grande sobre o meio ambiente, sobre a dimensão social e sobre a dimensão econômica.

Lago, essa oportunidade para nós, brasileiros, é duplamente relevante. Primeiro, pelo nosso papel cada vez mais importante no mundo e a expectativa que há no mundo com relação ao papel do Brasil, mas a outra dimensão, evidentemente, é o fato de essa conferência estar ocorrendo no Brasil e, portanto, também é esperada do País uma grande liderança.

Gostaria de explicar que, do ponto de vista técnico, o Brasil só assume a presidência da Conferência no término da última reunião do comitê preparatório. Essa última reunião ocorrerá, no Rio de Janeiro, no dia 15. Então, tecnicamente, o Brasil só assume a presidência após esta data.

Ao mesmo tempo, há enorme desejo de liderança brasileira e, do ponto de vista técnico, a liderança brasileira não pode ser formal, mas obviamente está acontecendo de maneira informal e por meio das articulações que estão sendo feitas. Então, essa expectativa com relação ao Brasil é muito grande, e a expectativa, em um caso como o de uma grande conferência como essa, está ligada não só à ação do país na negociação, mas principalmente às ações do país com relação a essa agenda que está sendo discutida. É a atitude do país na negociação e o que o país realmente está fazendo internamente. Isto é que torna a vida dos diplomatas brasileiros bastante mais fácil do que em outros países, é que o Brasil tem uma grande coerência entre seu discurso e sua ação. Isso é muito positivo, porque esse tipo de conferência evidencia uma sociedade extremamente dinâmica, extremamente diversa e que pode contribuir de maneira surpreendente nessa agenda.

Portanto, é uma conferência que só ocorre raramente, muito diferente da conferência de mudança do clima. Esta Comissão Mista cuida da mudança do clima, que é tratada internacional por meio de uma convenção, assinada no Rio de Janeiro, em 1992, que tem, ao longo do ano, uma série de reuniões e, ao final de cada ano, uma grande conferência das partes do clima. A última foi a de Durban.

Contrariamente ao tema de mudança do clima, um tema que tem uma agenda constante, a Rio+20 é uma conferência excepcional, no significado dicionário do termo, porque é muito rara. Por que ela representa essa oportunidade tão excepcional? É uma oportunidade excepcional porque é uma conferência que está no nível mais alto possível, de chefe de estado de governo. Já temos uma manifestação de número muito significativo de chefes de estado de governo, portanto a presença deles permite imaginar que essa conferência poderá tomar decisões ambiciosas.

Na realidade, a conferência tem de ter um impacto muito grande em três dimensões: na dimensão multilateral, ou seja, na dimensão das Nações Unidas, que é quem organiza a conferência, as decisões sobre como a comunidade internacional vai levar adiante essa questão do paradigma do desenvolvimento sustentável.

Mas há uma fortíssima dimensão nacional, de que maneira esse esforço vai se refletir nos países individualmente, de que maneira os países também vão se esforçar para o fortalecimento do paradigma do desenvolvimento sustentável.

E a terceira dimensão, que é absolutamente chave, é a participação da sociedade civil no sentido de que o desenvolvimento sustentável só poderá realmente ser o paradigma efetivo do desenvolvimento futuro, se

a sociedade civil tiver o interesse, o entusiasmo e as ações para que isso possa acontecer. O desenvolvimento sustentável não pode ser imposto por governos. O desenvolvimento sustentável tem que contar com a participação das populações, da sociedade civil de um modo geral, e tem que contar, igualmente, com a estrutura multilateral para assegurar o equilíbrio entre os diversos países. Como sabemos, muitos países têm condições muito limitadas de poder escolher uma forma mais avançada de desenvolvimento.

Afinal, o que é esse desenvolvimento sustentável sobre o qual falamos? E muitas pessoas dizem: isso é uma expressão muito pouco clara, todo mundo usa de maneira muito variada. Na realidade, há um acordo, desde o Rio de Janeiro, reiterado em Johannesburgo, em 2002, do que significa para as nações do mundo o desenvolvimento sustentável. Portanto, é essa busca de equilíbrio entre econômico, social e ambiental que foi acordado pelos países, mas não foi implementado ainda de maneira plena.

E, se a Rio 92 vai ser lembrada como a oportunidade na qual houve um acordo em torno desse conceito, esperamos que a Rio+20 seja a oportunidade a partir da qual esse conceito se torne um paradigma efetivo para o desenvolvimento mundial.

E qual é o principal motivo para isso? É que se, no Rio de Janeiro, havia certa dimensão idealista com relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, hoje em dia o desenvolvimento sustentável se torna uma resposta prática basicamente a duas coisas que mudaram o mundo desde 1992.

A primeira é a mudança do clima, ou seja, o principal motivo de apoiarmos e sustentarmos o desenvolvimento sustentável é o fato de que temos a ameaça da mudança do clima.

O segundo, que é o motivo positivo de impulso, é o fato de que, nos últimos anos, uma série de países em desenvolvimento comprovou que a erradicação da pobreza era uma possibilidade não distante e idealista e sim uma possibilidade muito próxima.

Então, o fato de, nos últimos anos, países como Brasil, China, Índia e Indonésia terem retirado centenas de milhares de pessoas da pobreza significa que estamos caminhando para um planeta onde teremos cada vez mais consumidores. Há uma previsão de que devemos chegar a nove ou dez bilhões de pessoas até 2050 e, a partir desse momento, a população mundial cairá. Mas o fato é que, com essa série de esforços bem-sucedidos de retirada das pessoas da pobreza, o que estamos fazendo, na realidade, é colocando essas pessoas como consumidoras. Isso significa que temos, desde agora, se possível desde o Rio de Janeiro, de adaptar a economia, o social e o ambiental a esta rea-

lidade de que seremos nove a dez bilhões de pessoas consumindo até 2050.

Na estrutura atual, sabemos que os nossos padrões de produção e consumo são insustentáveis. Não será possível dar a nove ou dez bilhões de pessoas acesso às necessidades básicas com o modelo que temos hoje. Portanto, esperamos que a Rio+20 seja o início da conscientização de que temos de mudar os padrões sustentáveis de produção e consumo.

Agora, nisso tudo, o que é uma negociação internacional? É muito confortável explicar uma negociação das Nações Unidas como esta aqui no Parlamento, porque, na realidade, é um exercício parlamentar como aquele que os senhores estão tão habituados a fazer. O que deve ser feito na discussão desse texto, na discussão do que virá após a Rio+20 é assegurar que as opções de desenvolvimento do Brasil estejam contempladas, ou seja, que não haja limitações ao modelo de desenvolvimento que estamos buscando. É claro que são mais de 190 países buscando isso, o que, evidentemente, torna a negociação muito difícil.

Mas a realidade é que o Brasil já apresentou respostas que o mundo inteiro acolheu com muito interesse a vários dos grandes desafios do desenvolvimento sustentável nos próximos anos. Esse misto entre as nossas contribuições para ajudar nisso e o nosso esforço de impedir que linhas sejam escolhidas e que talvez não sejam a opção que o Brasil queira optar, esse equilíbrio entre o que queremos e o que queremos evitar é a base dessa negociação que está acontecendo.

O documento que deve ser aprovado no Rio de Janeiro não só tem uma dimensão declaratória importante, mas provavelmente lançará uma série de processos. São esses processos que teremos de acompanhar com muita atenção, para assegurar que contribuam para o desenvolvimento sustentável do mundo.

Tenho certeza de que essa agenda do desenvolvimento sustentável favorece o Brasil, o país em desenvolvimento de grandes dimensões que, provavelmente, mais tem a ganhar com essa agenda, pelos avanços extraordinários, nos últimos anos, tanto na área econômica quanto nas áreas social e ambiental.

Portanto, a Rio+20 é uma oportunidade muito grande para o Brasil, porque o fortalecimento do paradigma do desenvolvimento sustentável deverá trazer muito mais oportunidades do que possíveis dificuldades para o Brasil no futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Agradeço ao Embaixador André Corrêa.

Passo a palavra para a Karen Suassuna, que aqui representa o Ministério do Meio Ambiente.

A SRª KAREN SUASSUNA – Primeiramente, boa tarde a todos, boa tarde ao Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Deixe-me pedir ajuda aos universitários para marcar o tempo.

A SRª KAREN SUASSUNA – Então, boa tarde ao Deputado Márcio Macêdo, ao Senador Sérgio Souza, ao Embaixador Corrêa Lago e a todos aqui presentes, infelizmente a Ministra não pôde vir e solicitou que eu fizesse uma apresentação sobre os caminhos e pontos importantes complementares ao que o Embaixador bem colocou aqui, com relação ao que o Brasil tem feito, ao ânimo e ao humor que o Brasil leva para essas negociações da Rio+20.

Como o Embaixador já falou, os dois principais eixos da discussão da Rio+20 este ano são a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e as estruturas institucionais para o desenvolvimento sustentável e como se incorporam.

Com relação a esse trabalho, o que o Brasil tem feito será demonstrado de diversas formas na convenção, principalmente no que diz respeito ao contexto de economia verde. O Brasil defende que o contexto e a decisão sobre a economia verde devem ser inclusivos, têm que ter um foco na erradicação da pobreza e no uso racional dos recursos naturais.

Como temos aplicado esses contextos dentro do próprio Brasil? Nós, aqui, além das políticas que se relacionam com o tema dessa convenção, fomos um país que implementou um marco regulatório importante para a mudança do clima. O marco regulatório prevê a adoção de medidas centradas no desenvolvimento sustentável, centradas na produção dos recursos naturais do País e de um desenvolvimento mais justo. O marco regulatório contempla a implementação de mecanismos financeiros que promovam, dentro do próprio País, a implementação desse tipo de economia.

O Governo Federal tem trabalhado em conjunto para erradicação da pobreza, produzindo não só a assistência, mas a inclusão produtiva desses que hoje não têm acesso à inclusão produtiva. Exemplos desses programas são a implementação do Fundo Clima, a implementação da política nacional de mudança do clima, o programa Bolsa Verde, o programa Brasil sem Miséria, que trabalham a conjunção dessas políticas para que permitamos, ao mesmo tempo, o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

Também temos trabalhado de forma muito intensa na discussão que se refere à modificação dos padrões de consumo. No ano passado, o Ministério lançou o Programa Nacional para Produção Sustentável, que visa participar juntamente com o setor privado de ela-

oração de programas para que a indústria brasileira produza de forma não agressiva.

No contexto do Brasil maior, há várias câmaras de sustentabilidade para cada um dos diferentes setores, trabalhando a sustentabilidade de forma transversal, trabalhando a diminuição da pegada ecológica dos produtos na cadeia produtiva, para se alcançar não só uma sustentabilidade na forma de produção voltada à diminuição de emissões, à pegada de carbono, mas há todo um contexto, e permitindo que os cidadãos brasileiros que passam a ter acesso, que saem de uma situação em que não tinham acesso a diversos bens, produzam e tenham acesso a bens que são ambientalmente mais sustentáveis.

O Governo brasileiro também defende a adoção de novas métricas para mensuração do progresso de desenvolvimento em relação às métricas que hoje estão para esse dimensionamento. Hoje, dimensiona-se o crescimento por meio do PIB e dos índices de desenvolvimento humano, que não contemplam, de forma adequada, a sustentabilidade ambiental dentro desse pacote, no tripé. Então, para o Governo e para o Ministério, é muito importante que se abram os processos de discussão e que possamos, ao longo dos próximos anos, desenvolver esses indicadores, de forma que consigam ter esse apoio no tripé econômico, social e ambiental.

Pelo lado da arquitetura internacional, o Governo apóia não só o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, como também a criação de um conselho ou fórum de desenvolvimento sustentável, como forma de trabalhar as questões transversais às convenções e organizar de forma elaborada.

Não sei se os senhores querem que eu dê um breve repasse sobre o calendário ou se essas informações... Está bem. Com relação ao calendário, à programação, o Ministério do Meio Ambiente deverá promover, na semana que antecede o início da Rio+20, preparada para acontecer entre os dias 13 e 22 de junho, a Semana Internacional do Meio Ambiente. Então, o Ministério, com alguns órgãos, está elaborando a agenda para eventos nesta Semana do Meio Ambiente. Um evento que está sendo discutido é a elaboração de uma audiência de alto nível do fórum brasileiro de mudanças do clima, com painéis para gerar reflexão sobre o que acontece no Brasil e qual a visão de longo prazo. A data ainda será marcada, ou dia 5, ou dia 6. Estamos precisando fechar local no Rio de Janeiro.

De 13 a 15 de junho, acontecem as reuniões do comitê preparatório. É a última das várias reuniões preparatórias conduzidas pelo secretariado na Rio+20. Ela deverá finalizar a discussão do documento que será apreciado pelos participantes, pelos chefes de

Estado. Trata-se de uma reunião exclusiva para governos, organismos intergovernamentais e as ONGs já registradas junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

Na semana do dia 16 a 19, dar-se-ão os diálogos para o desenvolvimento sustentável. São dez propostas feitas pelo Governo brasileiro que têm o objetivo de engajar a sociedade e grandes personalidades na discussão desses temas.

Do dia 20 a 22, acontece o segmento de alto nível, cuja participação dos chefes de Estado está prevista.

Acho que poderia listar os ciclos de debates. Tem um material extenso. É melhor falar aqui ou encaminhar para a Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – É importante que você fale e, depois, disponibilize o material a fim de que possamos mandar para todos os membros da Comissão para que fiquem informados e se preparem para participar desse processo.

A SRª KAREN SUASSUNA – Ok. Na Semana Nacional do Meio Ambiente ocorrerão vários eventos, entre eles a plenária do Conama, especial, comemorativa da Semana Nacional do Meio Ambiente, no auditório do Ibama, aqui em Brasília; o debate Mulheres e Sustentabilidade, evento nacional da rede de mulheres rumo à Rio+20, no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro; o lançamento da campanha Passaporte Verde, com o Ministério do Turismo, no Rio de Janeiro também, no dia 2; no dia 3, a Corrida Verde rumo à Rio+20, uma parceria da Assefe com CSJT, na Esplanada dos Ministérios, aqui em Brasília; no dia 4, a celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente, com uma série de eventos acontecendo no Rio de Janeiro; no dia 5, uma cerimônia do Dia Mundial do Meio Ambiente, no Palácio do Planalto, em Brasília, onde serão anunciadas as medidas e iniciativas da área ambiental para sustentabilidade; no dia 6, um debate com o setor privado e uma parceria do CEBDS, que acontece também no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro.

No ciclo de debates que o Ministério está organizando no Jardim Botânico, no dia 11, será um dia de discussão sobre unidades de conservação e florestas; no dia 12, produção e consumo sustentável, resíduos sólidos e reciclagem; no dia 13, juventude e empreendedorismo verde; no dia 14, químicos e finanças sustentáveis; no dia 15, certificação ambiental.

É isso, fico por aqui. Encaminho o restante para a Comissão por *e-mail*, com os detalhes dos eventos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Agradeço à Karen a participação.

Estão abertas as inscrições para a intervenção dos Parlamentares. O Deputado Alfredo Sirkis se inscreveu; em seguida, nosso Relator, Senador Sérgio Souza.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Inicialmente, algumas observações sobre a Conferência Rio+20 propriamente dita.

Ouvimos aqui o Embaixador André Corrêa do Lago, a Karen, diretora de mudanças climáticas no Ministério do Meio Ambiente, e volto a expressar algumas preocupações que tenho exposto ao longo do tempo em relação aos temas que são discutidos e também em relação ao papel que o Brasil pode jogar nesse processo.

É importante notar que a Rio 92 consagrou um final de ciclo. Ela foi extremamente produtiva: foi aprovada a Convenção do Clima, a Convenção da Biodiversidade, a Convenção da Desertificação e Agenda 21. Mas esses temas vinham sendo discutidos pelo sistema das Nações Unidas ao longo de vários anos.

A Rio+20 optou, em primeiro lugar, por não fazer um balanço das decisões da Rio 92, o que teria sido recomendado de ser feito, já que é uma conferência que se refere a uma outra explicitamente e seria importante, no início da Rio+20, termos um balanço em relação a esses grandes temas e grandes textos que foram aprovados há vinte anos na Rio 92.

Por outro lado, a Rio+20 optou por discutir dois temas que são novos. Então, ninguém imagine que vamos chegar a grandes conclusões a respeito de economia verde nem de governança internacional, porque são temas que apenas o Sistema das Nações Unidas, com toda sua dificuldade de 193 países, está começando a discutir.

Ainda assim existe uma possibilidade, pelo menos no tema de economia verde, de ele ser bem-sucedido, caso, pelo menos, alguns princípios fundamentais importantes sejam consagrados para posterior desenvolvimento.

Vou voltar a isso. Com relação ao tema da governança, o momento não é muito bom, porque vivemos, por um lado, em relação ao sistema de governança supranacional mais avançado que existe no Planeta neste momento, que é o da União Europeia, da Zona do Euro, e tudo por razões óbvias a uma crise, não sendo nada estimulante. Por outro lado, temos o processo das eleições dos Estados Unidos, em que um dos partidos, o Republicano, faz periodicamente campanhas de extrema agressividade contra a Organização das Nações Unidas, que considera uma conspiração para assumir o poder dentro dos Estados Unidos, e são extremamente hostis a qualquer articulação supranacional.

Temos dois interlocutores fundamentais nesse processo: de um lado, a União Européia; do outro lado,

os Estados Unidos. Se falarmos com eles de governança internacional, neste momento, será o mesmo de falarmos de corda em casa de enforcado.

Ainda assim sou um dos defensores da ideia de uma organização mundial do meio ambiente e da sustentabilidade, com poderes análogos à Organização Mundial de Comércio. Mas vejo que, neste momento, não há massa crítica para que isso aconteça. Até pouco tempo atrás, estávamos trabalhando com a hipótese de o PNUMA virar uma agência e de a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU virar um conselho.

Acho, de fato, um progresso modestíssimo, mas algum progresso. O André me sinalizou que nem a questão da agência vai acontecer, quer dizer que o PNUMA continuará programa e não será promovido a agência. Vejo que, realmente, em termos de governança, está mal amparada a Rio+20.

Em termos de economia verde, há um campo de avanço, mas tem-se de tomar certas precauções. Em primeiro lugar, jogar na lata do lixo esta retórica ridícula de pessoas que não conseguem entrar na discussão do século XXI e ficam voltando constantemente para o século XX, para ter algum terreno onde consigam, mais ou menos, situar-se na discussão. Mas realmente dizer que a economia verde é a nova face do neoliberalismo e que ela não contesta a essência do sistema capitalista é uma bobagem, não sei que outro nome dar. A rigor, todos os países, com uma única exceção, são economias de mercado, onde o Estado tem mais ou menos interferência, mas são, essencialmente, economias de mercado. A China hoje é uma economia de mercado. Cuba está caminhando para ser uma economia de mercado. O único país tecnicamente socialista do Planeta é a Coreia do Norte. Então, se de fato a discussão é entre a economia verde e a Coreia do Norte, acho que fica uma discussão muito pobre.

Por outro lado, é claro que o conceito de economia verde é muito vago. Ele pode ser mal utilizado. Ele pode ser utilizado por determinados países que querem sacar vantagens na sua relação comercial, criando sofisticadas barreiras protecionistas em nome da economia verde. Pode acontecer. Mas essa não é a essência da questão. A essência da questão é que a economia global, planetária precisa urgentemente de um novo rumo e de incorporar a sustentabilidade ambiental. Senão, de fato, o Planeta caminhará para catástrofes cada vez piores, a começar pelo clima, que é extremamente alarmante, e pela perda da biodiversidade e de uma série de outras manifestações da crise ambiental.

Por outro lado, é muito difícil discutir economia verde de uma forma objetiva, quando se está tratando um documento de base de negociação com mais de

200 páginas. A imprensa que se tem é que todo mundo quis colocar alguma coisa no texto para marcar a sua presença, não que o tema fosse importante, daqui a pouco até direitos dos animais vamos encontrar no texto, com todo respeito pelo assunto, mas não faz parte do tema da Rio+20. Virou um documento de obesidade mórbida, um negócio balofo, cheio de coisas, quando, na verdade, o grande mérito seria a busca da simplicidade.

A proposta da Subcomissão Rio+20, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em relação à economia verde, eram quatro singelos pontos.

Em primeiro lugar, o que de certa forma a Karen disse aqui, mas precisa ser colocado com mais contundência, que não é a criação de eventuais indicadores paralelos, um indicador mascote, um PIB verde mais forte, não; é contestar o próprio PIB enquanto grande métrica do desenvolvimento econômico do Planeta. O PIB tem que ser contestado, tem que haver uma nova métrica que leve em consideração aspectos qualitativos tanto de natureza social quanto de natureza ambiental, porque o PIB é um indicador absurdo. A quantidade de acidentes de trânsito fatais, por exemplo, é computada para cima no PIB. O desmatamento é computado para cima no PIB.

O nosso querido colega, Deputado Eduardo Azevedo, dá um exemplo muito bom. Ele se refere à Ilha Espanhola, onde tem a República Dominicana e o Haiti. De um lado, a República Dominicana florestada e, de outro, o Haiti completamente desmatado. E é o país mais pobre do continente. Mas o que acontecia no momento em que o Haiti desmatava? O PIB deles estava muito acima do PIB da República Dominicana, que não desmatava. Por essas e outras que o PIB tem de ser contestado. É claro que não poderá ser substituído na própria Conferência, porque é um tema tecnicamente complexo. Mas pelo menos tem de ser aprovado o princípio de que o PIB não serve mais.

A segunda questão é atribuir valor econômico aos serviços prestados por ecossistemas. É uma questão, até para o Brasil, absolutamente fundamental, porque os nossos ecossistemas – a Amazônia, o Pantanal – prestam serviços inestimáveis do ponto de vista do meio ambiente global, e isso não é valorado, não tem um valor econômico consagrado.

O terceiro ponto é a necessidade de se mexer nos sistemas tributários nacionais. Uma recomendação da Conferência para que impostos regressivos, do ponto de vista ambiental e social, de vários países, sejam trocados por impostos em cima da intensidade de carbono. Essa é a única forma de começarmos a

induzir a economia no sentido de uma economia de baixo carbono.

Finalmente, um ponto que é extremamente significativo também, talvez o mais importante de todos, neste momento e nesta conjuntura econômica do mundo, é a ideia de um grande investimento público dos governos e dos bancos multilaterais na pesquisa de inovação de tecnologias limpas e na instalação dessas tecnologias de energias limpas, nas questões do reflorestamento, do saneamento, da mudança de infraestrutura de transportes global.

Com isso, de fato, ao mesmo tempo em que se atacam os grandes gargalos, inclusive com relação ao clima, está-se gerando uma dinâmica econômica capaz de tirar o mundo da crise.

Se conseguirmos, para finalizar, já vi certa inquietação, Embaixador André Corrêa do Lago, consagrar esses quatro pontos juntamente com a ideia de objetivos ou metas de desenvolvimento sustentável, penso que a Rio+20 poderá ser considerada um sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Quero agradecer ao Deputado Alfredo Sirkis as palavras.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza, Relator na Comissão, e passo a conclusão dos trabalhos para sua coordenação, agradecendo aos palestrantes, ao Embaixador André Corrêa e à Diretora de Mudanças Climáticas, Karen Suassuna, do Ministério do Meio Ambiente. Tenho que cumprir uma agenda em um debate sobre clima em Porto Alegre e terei de me ausentar neste momento. Passo a conclusão dos trabalhos para o nosso Relator, Senador Sérgio Souza. Muito obrigado a todos e uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Márcio Macêdo. Agradeço a deferência do Embaixador Corrêa do Lago e da Karen Suassuna, em favor desta Comissão, Deputado Sirkis, que tenta ainda avançar nos debates sobre mudanças climáticas.

Pouco se fala sobre mudanças climáticas hoje, no dia a dia. Não vemos mais uma atenção voltada para essa questão. Parece-me que caiu um pouco no esquecimento no momento em que veio a crise de 2008 e uma sucessão de crises que chegaram até o ano de 2011 e ainda no ano de 2012, mais próxima e mais centrada no continente europeu, no momento em que a necessidade momentânea passa a ser a prioridade e mudanças climáticas ainda parecem algo utópico para muitos e para a sociedade como um todo, porque não é perceptível. Talvez uma geração não sinta de forma direta ou não perceba de forma direta, mas as mudanças climáticas estão afligindo nosso Planeta diariamente. Não é diferente hoje. Eu ouvi, pela

manhã, na Subcomissão da Água, que presido aqui no Senado, alguns especialistas dizendo que a chuva ou a enchente da Amazônia, anunciada hoje pela manhã, nos telejornais, é maior do que a de 2009. E a de 2009 foi maior do que a de 1953. Então, vejamos, demorou de 1953 a 2009 para termos uma quebra de recordes em alagamentos e, agora, em apenas dois anos. A seca no Sul, nos Estados do Paraná, de Santa Catarina e, principalmente, do Rio Grande do Sul, trouxe uma redução considerável na produção de alimentos no ano de 2011. Este ano aparentemente será um pouco melhor, na Região Sul, sob o ponto de vista das mudanças climáticas. Agora acontece um evento também quebrando recordes no Nordeste, principalmente em regiões da Bahia.

Então, mudanças climáticas têm que ser a pauta do dia a dia, de todos os governos, de todos os poderes e da sociedade. Não podemos só lembrar mudanças climáticas no momento das catástrofes, como a ocorrida nas regiões serranas do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, ou nesses eventos da Amazônia, da seca do Nordeste, assim por diante.

Faço algumas questões, como Relator desta Comissão, aos Srs. Expositores. A primeira delas é dirigida diretamente ao Embaixador André Corrêa do Lago. Parece-me que o parâmetro definido ou, pelo menos, de certa forma, esperado como resultado da Rio+20 será o número de chefes de Estado. Acho que esse parâmetro é questionável, não deveria ser assim. Na sequência, farei outra pergunta dentro desse raciocínio. Mas temos quantos confirmados? Não podemos exigir a presença do Presidente dos Estados Unidos? Por que não podemos? Devemos? O Brasil está fazendo um esforço? Que tamanho é o esforço que o Brasil está fazendo? É um ano de eleição nos Estados Unidos e essa seria a posição dele em relação ao clima. Isso seria ruim? Mas essa não é a convenção da sustentabilidade? Ficam essas perguntas.

No que diz respeito ao impacto sobre o Planeta de nove a dez bilhões de seres humanos. Confesso que estou vendo o número dez bilhões pela primeira vez. Ouvi muito nove bilhões no marco temporal que foi dado, que é 2050. Este ano de 2050 é um marco temporal para uma série de indicadores, mas populacional, nove bilhões. Nove bilhões são 30% a mais do que temos hoje. Em 2012, chegamos a sete bilhões de pessoas. Com 30%, teremos 9,1 bilhões. Trinta por cento mais de população sobre um planeta que tem bilhões de anos, e o ser humano está aqui há milhões de anos. Olhe o impacto que já teve esses sete bilhões, e em pouco mais de 30 anos, 38 anos. Quais são as ações necessárias para que realmente tenhamos a sustentabilidade? Acho que foi de forma muito

inteligente escolhido como tema central da Rio+20. Sustentabilidade abrange todos os demais tentáculos dessa sobrevivência da vida no Planeta e do equilíbrio.

Dr^a Karen, falam-se nos pilares da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Perfeito. Qual tem maior importância? Os dois têm que trabalhar, de certa forma, unificados. Mas se tem um evento, em 2012, voltado a descobrir os mecanismos necessários para buscarmos essa sustentabilidade, do ponto de vista econômico, vamos pensar somente em alimentos. Ou vamos centrar nosso pensamento em alimentos e energia, dois itens necessários à vida do homem. Sem alimento e sem energia não sobreviveremos. Como vamos produzir isso para 30% a mais de habitantes sobre o Planeta daqui a 38 anos? É uma estimativa. Qual a importância das mudanças climáticas nesse fator? Qual a importância das mudanças climáticas no fator da ocupação do solo por esses cerca de dois bilhões a mais? Como vamos fazer a gestão desses recursos necessários? Por fim, acho que da Rio+20 sairão algumas ideias sobre isso.

Para fechar minhas indagações, sabemos que estão implícitas as mudanças climáticas nas agendas da Rio+20 – estão implícitas em todas elas, todos os pontos – e, de forma indireta, estará lá presente esta Comissão de Mudanças Climáticas em uma audiência pública que vamos promover no Rio de Janeiro, durante a Rio+20. Estamos definindo a data, mas provavelmente será no dia 19 de junho. Estará lá o fórum de mudanças climáticas, segundo a Dr^a Karen, no dia 5 ou no dia 6. Estarão lá também atores que pensam sobre a Rio+20, que é a Rio Climate Challenge, que, durante uma semana, promoverá eventos paralelos discutindo mudanças climáticas. Mas no ponto da agenda da Rio+20, que tem a palavra sustentabilidade como o eixo central dessa convenção das partes que é, de longe, a mais importante de todos os membros das Nações Unidas, qual é a importância do ponto de vista da sustentabilidade da Rio+20? Vejo que não haverá sustentabilidade se não cuidarmos desses três pilares e se não resgatarmos a percepção da importância das mudanças climáticas para tudo isso. Depois das sucessivas crises mundiais mais recentes, nos últimos quatro anos, deu-se uma importância maior ao capitalismo e ao desenvolvimento intrafronteiras de cada um de seus países, a sustentabilidade da economia, do PIB, como referido pelo Deputado Sirkis, e esqueceu-se do contexto global. Como isso vai se dar?

Para finalizar, quais são as ações necessárias para implementação das ações identificadas na Rio+20? Os processos são lentos, muito lentos. Se pegarmos a primeira conferência, a Eco 92, até hoje muitos países não foram signatários. Vamos para os

eventos de COP-MOP e vemos que a maioria ou grande parte dos países não são signatários dos acordos, e alguns até mesmo não foram agora signatários da prorrogação do Protocolo de Kyoto. E países de tamanha importância na emissão de gases de efeito estufa.

Mas vamos ter uma agenda construída na Rio+20. Vamos sair dali com uma direção. E a implementação – e aí o Ministério do Meio Ambiente talvez possa nos responder – dessas ações todas que dependerão de uma ação do Governo, do Poder Executivo, do Poder Legislativo, de forma direta, em quanto tempo se dará? Não é só no Brasil, é do Planeta como um todo, porque estamos falando de um impacto de 30% a mais de população em apenas 38 anos. Imaginemos que os outros 70% vêm de uma existência do ser humano sobre o Planeta. Então, é algo que temos de acelerar. Se não tivermos uma celeridade necessária, não estaremos prontos. Não em 2050, mas em 2020, em 2025.

Eu vi um dado hoje pela manhã de que o Planeta, em 2050, vai utilizar 78% a mais de água nos BRICS e 58% de água mundialmente. O Brasil vai utilizar qualquer coisa em torno de 50% a mais de água até 2025, do ponto de vista de produção de alimentos, do crescimento demográfico e assim por diante.

Eram essas as minhas indagações.

Passo ao Deputado Noé se pretende... Não? Então passo a palavra ao Embaixador André Corrêa do Lago para responder as indagações colocadas aqui pelos Srs. Parlamentares e também para as suas considerações.

V. S^a tem a palavra.

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO – Muiíssimo obrigado, Senador.

Primeiro, vou fazer uns comentários sobre a intervenção do Deputado Sirkis, que acompanha esse tema há muito tempo e é grande conhecedor do tema, portanto, sabe da ambição da Rio+20. Uma coisa é nós termos ambição como país e indivíduos; outra coisa é termos ambição daquilo que é possível, porque a coisa mais importante numa conferência internacional é evidentemente se chegar a um acordo. Afinal, um documento muito bom que não é aprovado, não é bom.

Então eu concordo plenamente com o Deputado Sirkis, que a Rio 92 foi um final de ciclo e a Rio+20 vai ser um começo de ciclo. Eu acho, Deputado, que o mais importante que temos que obter na Rio+20, várias coisas se encaixam naquilo que V. Ex^a disse, é uma série de coisas que vão permitir que o desenvolvimento sustentável realmente se torne um paradigma prático.

Quanto à sustentabilidade, como senhor comentou, Senador, uma coisa é a gente falar de sustentabilidade de maneira geral, outra coisa é a gente tratar a sustentabilidade levando em consideração a dimensão

econômica, que é absolutamente essencial. Se o Brasil hoje já é um país com opções, portanto, um país que pode escolher certos rumos em algumas áreas, infelizmente a maioria dos países em desenvolvimento ainda não chegou a esse ponto, está mais ou menos como nós em certos períodos da nossa economia. O Brasil hoje mudou de patamar, o Brasil hoje tem várias opções e, ao ter várias opções, evidentemente o país tem que fazer escolhas. Aí comento uma coisa que o Senador disse, que é absolutamente chave, é de que maneira os ministérios vão internalizar essas escolhas, de que maneira o Parlamento vai escolher esses rumos, da mesma maneira, por exemplo, que a gente fez com relação à mudança do clima com a nossa legislação.

Então, Deputado, a questão dos resultados, dos indicadores, do valor econômico ao ecossistemas, mexer no sistema tributário e essa ideia do *new deal* verde, com a qual pessoalmente eu tenho enorme simpatia, tudo isso deve estar embutido nesse pacote que incluem os objetivos do desenvolvimento sustentável, que está sendo chamado de Sustainable Development Goals, que eu acho que vai ser a coisa simbólica mais forte que vai sair do Rio, é uma decisão de todos os países, um consenso de que temos que desenvolver o Sustainable Development Goals. Esses objetivos de desenvolvimento sustentável, para ser efetivos, vão ser importantes os indicadores, como o senhor mencionou, e vai ter que ser essencial essa definição da economia verde. Eu acho que vai provocar essa discussão de sistemas tributários, mas também outras, como compras governamentais e outros temas que vão ser todos, de certa forma, levados por isso.

Portanto eu gostaria de dizer que eu acredito em um pacote de mais ou menos quatro coisas. Os objetivos definiriam, digamos, as referências muito claras, essa estrutura, esse conselho de desenvolvimento sustentável asseguraria que todo o sistema da ONU, inclusive Banco Mundial, FMI, OMC, que não são organizações da ONU, mas que estão no sistema da ONU, que todo o sistema da ONU contribuísse para que o paradigma de desenvolvimento sustentável fosse adiante. Eu acho que tem que ter uma influência sobre os programas de governo dos países individuais, alguns estão chamando isso de estratégia do desenvolvimento sustentável, o que seja. O importante, Senador, é que o pilar econômico é o mais resistente ao desenvolvimento sustentável. A área ambiental vem carregando o desenvolvimento sustentável como paradigma há vinte anos com grande bravura. A área social, em países como o Brasil, também abraçou esse conceito, esse paradigma, mas a área econômica, apesar de alguns governos locais, algumas empresas, alguns

setores terem adotado isso, a área econômica ainda tem uma resistência. Ainda há uma ideia de que adicionar a dimensão ambiental cria certas dificuldades econômicas. Então nós podemos superar isso a partir do Rio de Janeiro. Isso justamente vai permitir isto que o Deputado chama de *new deal* verde, que é tocar em pontos absolutamente chaves do desenvolvimento – saneamento, transporte, energia – numa direção que permita que essa população imensa que está vindo por aí possa ser contemplada.

A realidade, Senador, aí eu tenho uma má notícia para o senhor, é muito mais do que 30%, porque não é só o aumento da população. Se continuarem China, Índia, Brasil, Indonésia, todos esses países a tirarem as pessoas da pobreza, as pessoas estarão consumindo muito mais. Na realidade, a necessidade de alimentos, por exemplo, é um desafio muito grande. Se todo mundo agora quiser carne, é um desafio gigantesco. Mas eu acho que o maior desafio é a energia. Só há uma maneira de se desenvolver: com energia. Nós vamos ter necessidade de fazer com que toda essa população chegue a ter energia.

Agora esse número de nove a dez, que eu estou dando, o número oficial é em torno de nove, mas há agora certa discussão no sentido de que talvez chegue a dez. Mas a boa notícia, tenho duas boas notícias, uma é que desce a partir disso e a outra, ...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – (*Intervenção fora do microfone.*) Fica estagnado, no primeiro momento, e aí começa a descer.

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO –... e aí começa a descer, exatamente. Para o senhor ter ideia, eu estava lendo que o Japão, que hoje tem cento e trinta e poucos milhões de habitantes, vai ter 87 milhões de habitantes em 2060. Vai perder um terço da população, aliás, as intenções deles em diminuição de emissões não corresponde a isso, mas não vem ao caso.

A outra boa notícia é que, em 1973, nas primeiras grandes estimativas de população se achava que a população só ia diminuir quando atingisse 14 bi. Só ia descer a partir de 14. Nós agora já estamos entre nove e dez, então, há inclusive uma possibilidade de que esse número eventualmente se mexa.

Agora o senhor tocou em um ponto que eu acho que é absolutamente chave: essa questão de, no meio dessa crise, o interesse pela dimensão ambiental e pela questão da mudança do clima diminuir. Isso é extraordinariamente claro na Europa. Quem na Europa está preocupado com o meio ambiente da Grécia no meio desse desastre? Ninguém nem menciona o assunto. Então o que acaba acontecendo? Acaba demonstrando e explicando que realmente, quando o senhor disse qual é o mais importante desses três

pilares, infelizmente não sei se é humano, se tem alguma outra explicação, mas o fato é que o econômico acaba sempre aparecendo em primeiro. No momento em que há uma megacrise na Europa, as pessoas só estão falando nisso.

Então qual é a grande relevância da Rio+20? Que a Rio+20 está tratando do longo prazo. Nós não estamos, como em uma reunião do G20, que vai acontecer logo, no México, tratando da sobrevivência daqueles governos por mais um ano, por mais dois anos. Nós estamos falando de décadas. Portanto a Rio+20 tem esta possibilidade de fazer sonhar, de as pessoas realmente imaginarem um futuro melhor, e eu acho que isso é chave.

Outro ponto que o senhor levantou e que eu acho também essencial é esta coisa de que a convenção do clima é a negociação mais importante. A convenção do clima se tornou particularmente importante pela sua dimensão econômica. Os países, ao virem, porque ela está baseada na lógica da convenção do buraco de ozônio, que foi uma coisa que se solucionou de maneira extraordinária através de um acordo internacional – para o senhor ideia, entre a descoberta do buraco de ozônio e a situação de reduzirem 95% todas as emissões dos gases que provocam o buraco de ozônio, ou seja, entre descobrir o problema, corrigir o problema em 95% foram menos de 20 anos, graças a uma convenção das Nações Unidas... O que aconteceu? O valor de investimento para isso era possível. Quando se decidiu fazer a mesma coisa sobre mudança do clima, descobriu-se que mudança do clima é, antes de mais nada, energia, envolve investimentos em todos os setores da economia com impacto monstruoso sobre a economia. Portanto, nunca houve, nunca existiram recursos necessários para que se pudesse fazer realmente o que era necessário fazer e se tornou uma negociação em que os países defendem os seus interesses econômicos.

Portanto, Senador, agradeço muito esta oportunidade. Os senhores estão colocando a dimensão, a relevância da Rio+20 e também a responsabilidade que nós vamos ter, como brasileiros, depois da Rio+20 de assegurarmos que o Brasil adote essa agenda e, mais do que isso, se transforme em um dos líderes na vanguarda de levar adiante essa agenda no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Embaixador André Corrêa do Lago.

Passo a palavra à Dr^a Karen Suassuna para responder os questionamentos e também fazer as suas considerações finais.

A SR^a KAREN SUASSUNA – Difícil responder os questionamentos sem duplicar as palavras do Embaixador. Então como não é preciso ficar falando aqui

duas vezes a mesma coisa, um ponto que é possível abordar e que o senhor bem colocou como um dos maiores desafios, é a discussão sobre a produção de alimento.

Em um contexto em que nós temos não só um aumento de população, mas um acesso maior de populações que não tinham acesso a esses alimentos – vez que energia o Embaixador abordou bastante –, a questão da produção de alimentos é essencial, porque a agricultura, e talvez seja por conta do meu histórico, sendo engenheira agrônoma eu gosto muito desse tema, particularmente, esta discussão, a produção de alimentos, não envolve só e apenas a produção do alimento final. Ela envolve a disponibilidade de recursos hídricos, a sustentabilidade ambiental, local onde essa produção é feita, envolve mão de obra, família. No Brasil, temos um contexto de agricultores familiares enorme. Nós temos um ministério especificamente para lidar com a agricultura familiar. A agricultura familiar aqui produz algo em torno de 70%, 80% dos alimentos que a gente consome na nossa mesa todos os dias.

O clima para a agricultura é um desafio, porque ela é diretamente afetada. Mudança de temperatura, mudança de precipitação muda onde você pode produzir o que e como. As secas no Rio Grande do Sul, que a gente tem visto acontecer de forma sequencial, levam a perdas anuais de R\$1 bilhão. Alguns dos dados de dois ou três anos atrás eram nesse contexto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – No Paraná, R\$5 bilhões foram o prejuízo no ano passado.

A SRª KAREN SUASSUNA – Da seca?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Da seca.

A SRª KAREN SUASSUNA – Acho que um passo importante, e aí acho que é um desafio da própria mudança do clima,... É impossível pensar na mudança do clima a partir da mudança do clima, porque ele é um conjunto de complexidades e, por ser um tema complexo, exige estratégias complexas de solução, que não se dão a partir de uma pura e simples tomada de decisão.

O Governo brasileiro fez um esforço a um ano atrás, aliás tem feito esforços absolutamente importante, é o único país, dá para dizer, o único país dessa dimensão continental que tem planos e uma organização, uma estratégia para lidar com a redução do desmatamento, quer dizer, ampliar as áreas de agricultura, ampliar a produção agrícola sem levar em consideração a conversão dos ambientes e dos ecossistemas, entendendo que nós precisamos dos ecossistemas, como o Deputado Sirkis bem colocou, para conseguir ter um certo equilíbrio no próprio clima

e no próprio ecossistema. Ainda estamos fazendo um progresso grande. Este ano foram as menores taxas de conversão da Amazônia. Temos a meta de chegar a mais ou menos 3,5 hectares por ano no ano de 2020. Estamos em 6,2 para a Amazônia. Viemos baixando regularmente as taxas de conversão para a região do Cerrado. Isso implica em trabalhar a produção de alimentos e o que vem da floresta de uma outra forma necessariamente sustentável.

O Governo brasileiro desenvolveu o Plano de Agricultura de Baixo Carbono e estamos em um momento crucial desse plano, que é – a conferência aponta – a mudança no padrão de financiamento. A gente colocou R\$3,2 bilhões disponíveis para o financiamento da agricultura de baixo carbono. Desembolsamos, até mais ou menos o mês passado, algo em torno de R\$700 milhões. É passo, comparado a 3.2. Qual é o desafio? Não é só crédito. É preciso equacionar coisas para que a gente consiga trazer o financiamento e a sustentabilidade para o setor produtivo. Não é um desafio que a gente tenha a fórmula pronta.

Esse debate precisa equacionar uma visão de futuro, uma visão que às vezes é muito difícil de perceber, de ciclo de 20, 30, 40 anos. Se a gente pensar que, dependendo do cenário, se aumentar mais de 2,5, for a 3,5, nós não vamos mais plantar café na região da serra onde se planta café hoje, em São Paulo, Paraná e Minas Gerais, isso é... Alguém já pensou naquela região sem a plantação do café? O que aconteceria economicamente naquela região sem a plantação de café? É tudo muito novo. Chegar a essas soluções não é algo que está pronto dentro de um papel que já foi testado e que você simplesmente pega e usa. É utilizar a melhor das estratégias em vários pedaços, em vários conceitos.

O Brasil tem outro papel na área de energia, porque somos diferenciados na área energética. Da mesma forma que somos diferentes e diferenciados na parte de mudança do uso do solo e todo esse esforço que a gente vem fazendo para efetivamente mudar este paradigma de que para desenvolver é preciso desmatar, nós somos diferenciados nas discussões de energia. Precisamos dar mais saltos. Temos um programa que é único, que é o programa de utilização de biocombustíveis na matriz energética de transportes, em nenhum lugar do Planeta se usa a quantidade de biocombustíveis que se usa no Brasil, se usa o etanol, o biodiesel, mas, para daqui a 50 anos, é suficiente? Como é que a gente caminha? Essa é a tentativa que, ao longo dos últimos anos, mais intensidade desde a aprovação por esta Casa da Política Nacional sobre Mudança do Clima, que a sociedade brasileira e o Governo brasileiro têm tentado equacionar economia com

desenvolvimento e com inclusão social. Eu diria que a gente começou a dar os primeiros passos. Não é algo que se faz em um ano, dois ou três. É uma caminhada. E é uma caminhada que não é para mim; é para mim, para o meu filho, para o nosso neto, vai longe. Mas as instituições não têm muito esse costume, então é um desafio também internalizar e adequar para que a gente consiga efetuar essas transições.

É muito difícil dizer qual é o pilar mais importante. Talvez seja mais fácil dizer quais os pilares menos cobertos ou menos internalizados. Difícil dizer qual é o mais importante, porque não pode ter o mais importante. Tem que ser o desenvolvimento a partir do que você tem conservando aquilo que se tem. O desenvolvimento só... Nem nós, talvez só as gerações futuras vão colher o preço de nós não pensarmos nessa equação agora.

Outro ponto que ilustra essa discussão, além da parte agrícola, é a de disponibilidade de recursos hídricos. São temas ambientais. Recursos hídricos e mudança do clima são coisas altamente interligadas. Parou de chover, choveu menos ou choveu mais, diferentes usos poderão ser adotados para os recursos em questão.

Eu queria aproveitar para falar brevemente dos diálogos para o desenvolvimento sustentável que acontecem na semana anterior aos chefes de Estado. São dez temas, eu não falei sobre os temas, mas o primeiro deles é Segurança Alimentar e Nutricional; Desenvolvimento Sustentável para o Combate à Pobreza; Desenvolvimento Sustentável como Resposta às Crises Econômicas e Financeiras; Economia do Desenvolvimento Sustentável, incluindo Padrões de Produção e Consumo; Cidades Sustentáveis e Inovação; Desemprego, Trabalho Decente e Migrações; Energia Sustentável para Todos; Água, Oceanos e Florestas. Foram convidados dez painelistas, um âncora, ligado à mídia nacional e internacional, e os diálogos contarão com um público de aproximadamente duas mil pessoas. Todos eles serão transmitidos pela Internet, ao vivo.

Com essas palavras, eu encerro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigada, Dr^a Karen. Só uma reflexão.

A senhora falou em R\$1 bilhão no Rio Grande do Sul ou um pouco mais do que isso. No Paraná, segundo o dado trazido pela Ocepar (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná), o prejuízo da safra 2011-2012, ela é bienal, foi de R\$5 bilhões. Cinco bilhões só no Paraná. O Paraná é uma potência no agronegócio, mas tem 2,3% do território nacional. Imagine quanto o Brasil não perdeu nos últimos anos com o efeito mudanças climáticas! Esse efeito em cascata – menor

produção gera menos emprego, gera menos renda, gera menos impostos – causa prejuízo a todos, para governos, para o setor privado, para o povo brasileiro de forma direta e indireta. Então é preciso investir hoje em tecnologia e inovação, investir em debates sobre mudanças climáticas. Não tenho dúvida de que qualquer real investido nisso serão milhares e milhares de reais economizados no futuro.

Sobre a migração das culturas, Dr^a Karen, nós tivemos aqui, no ano passado, uma audiência pública, o Deputado Sirkis lembra disso, em que um estudioso disse que pode ser que daqui a alguns milhares de anos, talvez, na região dos trópicos não se plantará mais e as regiões agricultáveis serão Noruega, Islândia. Imagine você que o sul do Chile, a Patagônia serão as regiões onde se vão produzir o café talvez.

Então há uma mudança perceptível e uma ação do Congresso Nacional que se preocupa com o tema a ponto de ter criado, há quatro anos, em 2008, se não me engano, uma comissão permanente para tratar do assunto. Isso é de fundamental importância. Mas eu percebo que há um desinteresse geral, inclusive dos membros deste Parlamento, porque as ações do dia a dia do Congresso Nacional parecem ser mais importantes, e não o são. Elas são tão importantes quanto ou talvez até menos, dependendo...

Eu dedico boa parte do meu tempo aqui no Congresso Nacional, no Senado Federal às questões ambientais. Sou membro titular da Comissão de Meio Ambiente, sou da Subcomissão da Água, sou da comissão externa que vai à Rio+20, sou da Comissão de Mudanças Climáticas e outras subcomissões também ligadas ao tema, mas a minha origem vem daí? Não, não vem. Eu sou advogado, tive a influência da academia, por ter feito um ano de geografia, o que pauta muito as minhas ações dentro do Congresso Nacional, a minha percepção da importância do Planeta. O Planeta é vivo, qualquer ação terá necessariamente uma reação no futuro.

Então, com essas palavras, eu declaro encerrada... Passo antes a palavra, pela ordem, ao Deputado Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Eu só queria só aproveitar para fazer o registro aqui de algumas atividades. Amanhã, às 9h30, lá na Câmara dos Deputados, com a presença inclusive do Embaixador André Corrêa do Lago, vamos ter, na Subcomissão Rio+20 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional uma discussão justamente sobre o tópico Economia Verde. Então gostaria de convidar a todos os presentes, as assessorias, todos para, amanhã, às 9h30, numa das comissões, é fácil descobrir

qual vai ser, para a reunião da Subcomissão Rio+20 sobre Economia Verde.

Por outro lado, durante a Rio+20, teremos o Rio Clima, que é uma iniciativa das quatro Subcomissões e desta Comissão aqui, com o apoio do Governo do Estado de Pernambuco, com o apoio da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e de diferentes organizações não governamentais. É uma iniciativa que se abre no dia 13; no dia 14, será a cerimônia internacional e vai até o dia 17 com trabalhos em plenário e também grupos sobre os temas Mitigação, Adaptação e Financiamento de Baixo Carbono.

Esses trabalhos em grupo resultam naquilo que se fala em construção de cenários. Esses cenários passarão por um crivo de um grupo de políticos internacionais, que vão se reunir no dia 18, para um acordo simulado do clima, ou seja, para um cenário que seria uma simulação de um acordo bem-sucedido sobre mudanças climáticas que simplesmente atendessem às necessidades de se conter a concentração de gás de efeito estufa na atmosfera em 450 partes por milhão (ppm) e o aumento da temperatura média no Planeta, neste século, ficar abaixo dos dois graus. Esse é um objetivo alcançável, porém difícil.

Se nós formos considerar a chamada curva *business as usual*, negócios como de costume, ou seja, ninguém vai fazer de fato muita coisa, nós vamos chegar ao final do século ainda no horizonte, no escopo de vida dos nossos netos, com aumentos de temperatura que podem ir até cinco, seis graus. O que é um cataclismo! Da era industrial até agora, o aumento foi de menos de um grau e nós já notamos todos esses problemas que foram aqui mencionados. Imaginem os senhores, no horizonte de vida dos nossos netos, um aumento de cinco, seis graus, que resulta no colapso total da agricultura em uma série de regiões! Fomes, guerras por causa da água, aumento brutal do nível dos oceanos com inundação de grande parte daquilo que hoje são as cidades litorâneas, desertificação, escassez de água. Isso tudo são questões que nós estamos falando mas não para daqui a alguns milhares de ano. Nenhum de nós provavelmente estará aqui no ano de 2050, mas os nossos netos estarão até o final do século, nossos bisnetos estarão até o final do século. Então é uma questão de um mínimo de responsabilidade.

Nós sabemos que é possível conter o aquecimento médio do Planeta em dois graus se nós conseguirmos fazer com que as emissões no ano de 2020 não ultrapassem 44 gigatoneladas de gás de efeito estufa emitidos por ano. Hoje, pela projeção *business as usual*, a famosa curva Ball, nós estamos encaminhados para 56. Então teria que haver, daqui até o ano

de 2020, uma redução de, no mínimo, 10 gigatoneladas/ano de emissões para que nos anos seguintes, depois de 2020, possa haver a agregação de esforços de corte absoluto de emissões de gás de efeito estufa bastante acentuados a ponto de conseguir chegar, no ano de 2050, com uma redução entre 50% e 80% das emissões. Isso asseguraria, de fato, um controle desse processo. E isso, de fato, é difícil, mas não impossível.

Há diversos estudos, entre eles o do Pnuma, que mostra exatamente onde isso poderia ser reduzido nos vários setores até 2020 e depois a seguir. O problema é que, como dizia Keynes, a longo prazo estaremos mortos, vivemos em uma sociedade extremamente imediatista, a questão climática é uma questão complicada, tem certezas científicas, sim, embora não sejam as incertezas científicas que os negacionistas pretendem, mas existem, sim, incertezas científicas, então é mais fácil empurrar para baixo do tapete. Isso é da vida, isso é humano. Quando há um problema muito complicado, muito complexo, você se pega em alguma coisa para fingir que o problema não existe.

Semana retrasada, um cidadão que se diz professor da USP foi no programa do Jô Soares, passou meia hora sendo ouvido no programa do Jô Soares, e falou algumas das mais inimagináveis besteiras que se pode falar, tipo que não existe o aquecimento global, isso não é nem o que os negacionistas mais sofisticados colocam; que isso tudo é uma conspiração não se sabe muito bem de quem, se da direita, se da esquerda para poder ter o que fazer; que os cientistas da Guerra Fria estão buscando trabalho etc. e tal. Um discurso desse tipo que já teve 300 mil visitas no YouTube, e o Jô Soares deu meia hora para o sujeito. Um discurso muito parecido com aquele discurso de um certo momento, quando a indústria do tabaco escalou os seus supostos médicos e especialistas para ir nos programas de televisão em preto e branco dos anos 50 para dizer que absolutamente não havia nenhuma correlação entre fumar cigarro e o câncer do pulmão ou então, mais recentemente, quando pessoas negam a existência do Holocausto nazista.

São situações até complicadas de entrar numa polêmica com essas pessoas, porque, na verdade, você até está levantando a bola delas, está lhes atribuindo uma condição científica que elas não têm. Da mesma forma, seria absurdo um renomado médico discutir com um pilantra pago pelas empresas de tabaco para dizer que não, que fumar cigarro não tem nada a ver com o câncer do pulmão ou alguém hoje discutir com um desses negacionistas se, de fato, houve o Holocausto nazista, na Segunda Guerra Mundial, se, de fato, seis milhões de judeus foram ou não assassinados nos campos de concentração. É o mesmo tipo de discus-

são sobre mudanças climáticas. É uma coisa tão absurda, no entanto, nos Estados Unidos, quase metade da opinião pública descrê das mudanças climáticas no Brasil. No Brasil, segundo pesquisas de opinião pública, aproximadamente 75% da população afirmaram que sabem que é um problema sério a ser enfrentado.

Então eu acho que a Rio+20, como eu falei, é uma oportunidade. Todos esses eventos somam para o sucesso da conferência oficial e vamos torcer que tudo corra bem, que todo mundo encontre o seu lugar nos hotéis, que as pessoas paguem um pouco mais barato e não sejam extorquidos, o que atenta inclusive contra a imagem do Rio de Janeiro como cidade produtora de eventos, e que a conferência oficial consiga, de fato, chegar a alguns pontos singelos que representem um avanço.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Sirkis.

Deputado Noé, para as suas considerações.

O SR. LUIZ NOÉ (PSB – RS) – Para registrar, Sr. Presidente, convidados, demais colegas, Deputados, Senadores, assessores, que estaremos realizando, na Comissão de Educação, na próxima terça-feira, um seminário para tratar desse tema e com quais práticas, através da educação, podemos contribuir para a cultura da sustentabilidade. Na ocasião, na Comissão de Educação, serei o relator do trabalho “Como a educação pode contribuir para que a gente tenha sustentabilidade e a cultura da preservação”. Nesse momento estaremos ouvindo alguns especialistas, queremos traçar em torno de dez pontos a serem abordados não de boas práticas, mas sim como, através da educação, nós podemos desenvolver, no nosso País, a cultura da sustentabilidade e também dar conhecimento para a nossa comunidade, através da prática educacional tradicional e também das alternativas, desse debate da sustentabilidade. Hoje, como já foi abordado muito bem aqui, há uma disputa muito grande entre a questão do mercado e a sustentabilidade. É possível o desenvolvimento com sustentabilidade, porém temos que trabalhar essa cultura.

Então, a partir das 9h, todos estão convidados a estarem presente na Comissão de Educação; será terça-feira, manhã e tarde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Deputado Luiz Noé, meu conterrâneo do Sul, eu acho que esse é um tema que esta Comissão talvez deva dedicar uma audiência pública exclusiva para tratar do mesmo. Dentro do que o Deputado Sirkis falou, o Embaixador André Corrêa do Lago e também a Dr^a Karen, nós estamos falando que as futuras gerações sofrerão necessariamente os reflexos das nossas ações. Então

essas futuras gerações têm que ser educadas de modo a promoverem as mudanças necessárias para as futuras gerações que virão após os nossos descendentes.

Passo, então, a palavra ao Deputado Tripoli, para as suas considerações finais.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Quero cumprimentar o Senador Sérgio Souza, Relator da Comissão sobre Mudanças Climáticas, o Embaixador André Corrêa do Lago, a Diretora de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Karen Suassuna, os Parlamentares, Senadores, Deputados Federais, que participam desta Comissão.

Eu ainda tenho algumas dúvidas, mas a que mais me preocupa, e tenho certeza de que deve também preocupar boa parte dos Parlamentares, é a questão de como o Brasil vai se apresentar na Rio+20. Eu tive a oportunidade de participar da Eco-92 e, à época, nós tínhamos dois grandes encontros, um no Aterro do Flamengo e outro no Rio Centro, dos governamentais e dos não governamentais, que até foi uma coisa interessante. Pela primeira vez, houve o entrosamento das pautas que foram discutidas e houve, em boa parte das discussões ali apresentadas, o entendimento de que tivéssemos uma agenda única ou, pelo menos, uma agenda muito próxima das governamentais e das não governamentais. Como foi um evento que teve o maior volume de chefes de Estado presentes num evento organizado pela Organização das Nações Unidas, imagino que este será não só uma pequena avaliação daquilo que foi feito naquele período e até hoje, quais foram as conquistas, os problemas, as falhas que ocorreram nesse período – que eu acho que é a primeira questão – como também, em segundo, saber-se como o Brasil deve se apresentar.

Por exemplo, na Subcomissão de Meio Ambiente sou o relator da Rio+20. A grande contribuição que a Câmara Federal deve apresentar é no sentido de apresentar, nos próximos dez dias, o material das reuniões que nós fizemos em cinco Estados brasileiros, discutindo biomas, água, desertificação, sustentabilidade urbana, enfim, vários temas, esse material está sendo compilado pela assessoria, e discutir que tipo de encaminhamento deveremos fazer com esse material, que pode ajudar a subsidiar as posturas anunciadas pelo Brasil. Nós sabemos que é um rito extremamente engessado, e não há como ser diferente, vários países estarão participando e serão poucas as oportunidades – se cada país tiver cinco representantes, já será um volume enorme de pessoas que farão suas exposições –, mas teremos eventos paralelos e, nesses eventos paralelos, sempre surgem ótimas ideias que podem ser absorvidas. Com isso, o Brasil, que está sendo ouvido e visto pelo mundo, pode ter um papel de destaque na

apresentação de algumas propostas. Portanto se eu puder obter essa informação, acho que ajudaria bastante a Comissão a montar a participação efetiva do Parlamento brasileiro em um evento dessa dimensão e dessa importância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Tripoli.

Antes de encerrar, eu havia comentado, no início das minhas questões, se o Embaixador tem o número de chefes de Estados cujas presenças estão confirmadas e se poderia nos fornecer essa informação, pelo menos de forma sinalizada, ou seja, aqueles que manifestaram a vontade de comparecer.

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO – Olha, várias medidas que estão sendo... Por isso que estão aparecendo vários números. Há Estados que já solicitaram reserva de hotel no Rio de Janeiro para chefes de Estado, o que já é uma sinalização. Há também o pedido às Nações Unidas de entrar na lista dos que vão falar e há a lista baseada nos registros formais dos governos, dizendo, por nota, ou seja, documento oficial, de que seus chefes de Estado estarão presentes. Então segundo esse último número que, digamos, é o mais formal de todos, estamos em torno de 102 ou 103 chefes de Estado. A lista para falar, segundo as Nações Unidas, já estaria acima disto, mais de 120, e a lista de reserva de hotéis está entre essas duas. Então eu acho que, no momento, estamos com o número de 102, 103, inclusive o senhor sabe que a Presidenta da República tem falado com alguns chefes de Estado e chefes de Governo que têm manifestado à Presidenta a importância que eles atribuem ao evento e o desejo de vir ao Rio de Janeiro.

Apenas uma palavrinha em relação ao que o Deputado acabou de dizer. Nós estamos totalmente de acordo que uma das coisas que mais marcaram a conferência do Rio de Janeiro, dela ser lembrada com tanta admiração mundialmente foi o fato de ter tido, ao mesmo tempo, uma conferência oficial e uma conferência na qual a sociedade civil teve voz e influência muito grande e, sobretudo, porque abraçou essa agenda para os anos seguintes. A Karen Suassuna acabou de listar uma série de temas que o Brasil propôs para serem tratados numa coisa muito inovadora que o Governo brasileiro criou, que se chamam os diálogos sobre o desenvolvimento sustentável, que vão acontecer durante a conferência. São diálogos sem a participação de governos e de funcionários das Nações Unidas. Justamente queremos o diálogo daqueles que não participam.

E mais do que ter esse diálogo, que a Karen citou que foram chamados grandes especialistas do mudo

inteiro, com enorme preocupação de ter um equilíbrio entre o mundo em desenvolvimento e o mundo desenvolvido, o mais interessante está sendo a preparação disso. Iniciou-se, semana passada, um debate na Internet, promovido pelo Governo brasileiro e as Nações Unidas, e aí houve o desejo do Brasil de dar um passo, levando em consideração a mudança tecnológica entre a Eco-92 e agora. Naquela época, as pessoas tinham que vir, tinham que se manifestar pessoalmente. O que nós estamos fazendo? Estamos perguntando para o mundo inteiro, em uma plataforma de Internet que pode ser traduzida em 40 línguas para que o mundo inteiro possa participar, um debate coordenado por 30 universidades do mundo, 10 do Brasil, 10 do mundo em desenvolvimento, 10 do mundo desenvolvido, com a seguinte pergunta: o que você recomendaria aos chefes de Estado nessas 10 áreas que a Karen citou? Essas opiniões sobre o que deveria ser recomendado aos chefes de Estado que a sociedade civil gostaria estão sendo debatidas pelas universidades, ou seja, um debate informado e, a partir da semana que vem, terá uma votação mundial sobre quais seriam as principais recomendações a serem feitas pelos chefes de Estado. As recomendações mais votadas serão discutidas nos diálogos e, ao final de cada diálogo, serão selecionados três recomendações que serão lidas para os chefes de Estado no período de alto nível.

Então o Brasil está procurando inovar, levando em consideração a tecnologia, a forma de assegurar que a sociedade civil tenha um novo patamar de influência sobre essas negociações e um novo patamar de comunicação com os chefes de Estado e de Governo. Essa é uma contribuição muito ousada, muito inovadora. É claro que ela poderá ser sempre aperfeiçoada, mas já há um tal entusiasmo nas Nações Unidas com isso que, ao que parece, as Nações Unidas vão querer continuar a usar esse sistema para outras negociações no futuro e manter até um sistema de acompanhamento dessas recomendações que estão sendo feitas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Embaixador André Corrêa do Lago, que é Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

Obrigado, Dr^a Karen, que é Diretora de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente.

Obrigado a todos os Srs. e as Sr^{as} Parlamentares que prestigiaram esta audiência pública de hoje sobre os atos preparatórios para a Rio+20, ao tempo em que agradeço a todos aqueles que estiveram aqui presentes.

Uma boa-tarde a todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e cinco minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES COMPOSTA PELA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PELA 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO FEDERAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e três de maio do ano de dois mil e doze, no Plenário número sete, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Márcio Macêdo, Presidente da CMMC, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, com a presença do Senador Fernando Collor, Presidente da CRE, da Senadora Vanessa Grazziotin, dos Senadores Sérgio Souza, Wellington Dias, Eduardo Suplicy e Inácio Arruda, e dos Deputados André Zacharow, Luiz Noé, Alfredo Sirkis e Ricardo Tripoli, membros das Comissões. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião dando início à apreciação da primeira parte da Pauta destinada à realização de Audiência Pública para “debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, em conformidade com aprovação do Requerimento nº 2, de 2012-CMMC e nº 20, de 2012-CRE, por iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, subscrito pelo Senador Sérgio Souza, com a presença dos seguintes convidados: Embaixador Alejandro A. Gordillo, Secretário-Geral da OTCA; Ministro Clemente Baena Soares, Diretor do Departamento da América do Sul II do Ministério das Relações Exteriores e representante da República Federativa do Brasil na OTCA; e Embaixador do Equador no Brasil Horácio Sevilla Borja, Presidente da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica – CCOOR. Após a exposição dos convidados, usam da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Sérgio Souza, os Deputados Alfredo Sirkis e Luiz Noé e, também, o Senhor Presidente, Deputado Márcio Macêdo. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Passa-se à segunda parte da Reunião. A Presidência submete à apreciação os seguintes Requerimentos no âmbito da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas: **Requerimento nº 3, de 2012-CMMC.** “requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sus-

tentável – CMADS e com a Comissão de Finanças e Tributação – CFT, ambas da Câmara dos Deputados, para debater o tema ‘Economia Verde e Tributação’. A iniciativa tem o propósito de promover a discussão de questões relacionadas ao uso de instrumentos tributários na estruturação de incentivos ao desenvolvimento da Economia Verde no Brasil”. **Autoria:** Deputado Márcio Macêdo. **Resultado:** Aprovado. **Requerimento nº 4, de 2012-CMMC.** “requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, com a participação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, destinada a debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, no dia 21 de junho, durante a RIO+20, na cidade do Rio de Janeiro”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **Requerimento nº 5, de 2012-CMMC.** “requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, no dia 19 de junho do corrente, às 16:00 horas, na cidade do Rio de Janeiro, durante a realização da Rio+20, para debater o tema ‘os princípios da Política Nacional de Mudanças Climáticas, nos marcos da sustentabilidade’, com os seguintes convidados: Ministra Isabella Teixeira, do Meio Ambiente; Luiz Pinguelli Rosa, Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas; Deputado Sarney Filho, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. **Autoria:** Deputado Márcio Macêdo. **Resultado:** Aprovado. Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta 19ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, composta pela 7ª Reunião da CMMC e pela 28ª Reunião da CRE, que é dada por aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Deputado **Márcio Macêdo** Senador **Fernando Collor**.

Presidente da CMMC Presidente da CRE

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Boa tarde a todas as Sr^{as} e Srs. presentes, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, a todos os que nos assistem neste momento pela TV Senado ou pela Internet e pela TV Câmara.

Eu queria iniciar esta audiência pública de hoje.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes compostas pela 7ª Reunião da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, criada no âmbito do Congresso Nacional mediante a Resolução nº 4, de 2008; e pela 28ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

A pauta desta reunião destina-se à audiência pública para debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em conformidade com a aprovação do Requerimento nº 2 de 2012, da CMMC, e do Requerimento nº 20 de 2012, por iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, subscrito pelo Senador Sérgio Souza.

Queria registrar que já compõem a Mesa o Embaixador Alejandro Gordillo, Secretário-Geral da OTCA; o Ministro Clemente Baena Soares, Diretor do Departamento da América do Sul II do Ministério das Relações Exteriores e representante da República Federativa do Brasil na OTCA; o Embaixador do Equador no Brasil Horácio Sevilla Borja, Presidente da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica (CCOOR).

Queria iniciar saudando a Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente desta Comissão e o Senador Sérgio Souza, Relator desta Comissão, a quem convido à Mesa.

Queria cumprimentar os palestrantes da tarde de hoje, senhoras e senhores, Deputados e Senadores aqui presentes, aqueles que nos acompanham pela TV Senado e pela Câmara.

Estamos hoje reunidos para uma sessão conjunta da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, para debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Esta iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, que contou também com o apoio do nosso Relator, Senador Sérgio Souza, para ouvir os ilustres representantes da OTCA vem em boa hora. Há 32 anos, os países que abrigam a Bacia Amazônica acordavam importante e bem-sucedido regime internacional e multilateral, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

Iniciava-se ali um processo de coordenação e cooperação que, desde então, permitiu o desenvolvimento de ampla gama de ações de cooperação. Com o sucesso do tratado, em 1978, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela, reconhecendo o caráter transfronteiriço da Amazônia, firmaram o Pacto Amazônico, com objetivo de promo-

ver a integração dos povos que habitam a floresta, seu desenvolvimento sustentável e a proteção de seus imensos recursos naturais.

Sob a influência da 1ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, realizada alguns anos antes, reafirmaram sua soberania sobre suas respectivas porções da Floresta e o caráter estratégico da Amazônia para o equilíbrio ambiental global.

Naquela oportunidade, os países que abrigam a Floresta Amazônica chamaram a atenção do mundo para a relação intrínseca que existe entre a preservação de sua biodiversidade e o combate à pobreza de seus habitantes. Só com a promoção do desenvolvimento sustentável será possível preservar seus recursos e garantir o bem-estar das múltiplas culturas que ali habitam.

Vinte anos mais tarde, em 1998, os países decidiram dar mais um passo neste processo e criaram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com sua Secretaria Permanente aqui em Brasília.

Desde então, o incremento da pesquisa científica e tecnológica, o intercâmbio de informações, a utilização racional dos recursos naturais, a liberdade de navegação, a preservação do patrimônio cultural, os cuidados com a saúde, a criação de centros de pesquisa, o estabelecimento de uma adequada infraestrutura de transportes e comunicações, e o incremento do turismo e do comércio fronteiriço tem marcado a atuação da OTCA.

No momento em que o Congresso Nacional prepara sua participação na Rio+20, reputo da maior importância a iniciativa tomada pelos nobres Pares Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Sergio Souza de convidar os representantes da OTCA para falar um pouco da experiência e dos resultados desta importante organização.

Antes de ouvirmos os nossos ilustres convidados, quero chamar atenção para alguns temas relacionados com a missão da OTCA que considero relevantes para os futuros debates que vão ser promovidos na Comissão Mista, não só com relação à Rio+20, como citei anteriormente, mas também pensando na reunião das Partes do Protocolo de Nagoya à Convenção da Biodiversidade, que acontecerá no mês de outubro próximo, na Índia e na COP 18 do Protocolo de Kyoto à Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas, que acontecerá no final do ano, em Doha, no Qatar.

Em relação à Rio+20, considero de fundamental importância que as delegações dos países que compõem a OTCA se articulem para uma intervenção mais efetiva frente aos debates em torno dos problemas que

afetam a floresta tropical, seus rios maravilhosos e sua gigantesca biodiversidade.

Esta articulação não deve envolver apenas os parlamentares que lá participarão, ainda que devamos tomar iniciativas imediatas neste sentido. Como Presidente desta Comissão penso que podemos e devemos iniciar tratativas com a Secretaria da OTCA no sentido de construirmos uma agenda com vistas a Rio+20 que envolva os parlamentares dos países que compõem o Pacto, buscando o diálogo permanente com os governos e as organizações da sociedade civil.

Na próxima semana, estaremos de volta aqui para debater a agenda da Rio+20 e não veja como falar da economia verde e governança sem levar em conta o papel que a Amazônia, como grande espaço ambiental, continuará desempenhando nas próximas décadas.

Fica a minha sugestão e disposição de colaborar com essa articulação. Logo que passar a Rio+20, teremos que nos debruçar sobre a questão da biodiversidade. Este Congresso precisa aprovar a adesão do Brasil ao Protocolo de Nagoya e nossa legislação sobre o uso da biodiversidade carece de uma urgente reformulação.

Estou defendendo junto à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados a imediata instalação de uma comissão especial para discutir e agilizar a tramitação dos muitos projetos que tramitam em ambas as Casas Legislativas, em especial os projetos da ex-Senadora Marina Silva e do ex-Deputado Jaques Wagner, hoje Governador da Bahia. Essa Comissão não poderá ficar à margem desse debate. Pelo contrário, defendo que sejamos protagonistas.

Quando olhamos para a imensa riqueza da biodiversidade dos biomas brasileiros, em especial da Amazônia, temos a impressão de estarmos diante de um novo pré-sal, nos termos do potencial de riqueza que pode gerar se soubermos explorar de forma sustentável, assim como do potencial de ameaça que pode representar para o meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável, se não formos criteriosos e cuidadosos na sua exploração.

Assim penso que seria de enorme valia para esta Comissão se pudéssemos fazer o debate sobre a diversidade biológica mantendo o diálogo permanente com os nossos vizinhos, no que a OTCA pode cumprir um papel importante.

Finalmente, voltaremos a nos debruçar mais para o final do ano sobre o tema que é a razão da existência desta Comissão Mista: a mudança climática. As negociações em torno da Plataforma de Durban já estão acontecendo desde o dia 14 último em Bonn e esperamos aprovar no final do ano um novo acordo

em torno das emissões de gás de efeito estufa que tenha força legal.

Temos esperança de que sejamos capazes de gerar uma versão revigorada do Protocolo de Kyoto, que abrigue todos, ricos e pobres, a cumprir regras para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e adotar medidas de adaptação às mudanças climáticas.

Como é chamada popularmente “pulmão do planeta”, a Amazônia é um trunfo que temos, não só o Brasil, mas também nossos vizinhos, que compartilham conosco essa dádiva, para obrigar os países mais desenvolvidos em torno de medidas efetivas de controle de suas emissões antrópicas.

Penso que o debate em torno da redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD) é outro ponto de articulação com a OTCA, que devemos explorar com a vista a uma intervenção mais efetiva no cenário regional e global.

Quero agradecer à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Sérgio Souza por essa iniciativa e colocar a Presidência desta Comissão à inteira disposição da OTCA no encaminhamento dos resultados deste que eu espero seja o primeiro de muitos encontros com os nossos vizinhos e amigos da Amazônia.

Muito obrigado.

Gostaria de passar a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin e, sem seguida, ao Senador Sérgio Souza e, depois, aos nossos palestrantes.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Boa tarde a todos os presentes, nossos convidados.

Antes de falar pouquíssimas palavras, gostaria de ceder o lugar que eu estou aqui ao nosso Relator... não, o nosso Presidente já está; é importante que V. Ex^a venha para cá, Senador Sérgio Souza, e eu falo dali.

Então, eu falo e, depois, o senhor vem aqui.

Primeiro, quero assinar embaixo do pronunciamento do nosso Presidente, Deputado Márcio Macedo, que expressa o que é a nossa preocupação em relação à convenção sobre biodiversidade e ao que nós teremos no final do ano.

Essa nossa iniciativa de trazer para cá não só no âmbito da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, mas também da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal é uma sinalização que nós estamos dando ao papel que tem a OTCA, que, como acordo de cooperação, existe, salvo engano, desde 1978 e, como organização, a partir de 1998. Não é isso? Vinte anos depois, entendeu-se que, para que esse acordo pudesse ser viabilizado, criou-se uma organização composta de todos os membros cuja secretaria geral é ocupada através de um rodízio entre todos os partidos. Hoje, nós temos, salvo engano, o Embaixador

Gordillo na presidência e, depois, será o Suriname, a partir do mês de julho próximo, ou seja, daqui a um mês teremos mudança na direção.

Mas todos os países participam. A sede da OTCA fica aqui em Brasília e o nosso objetivo é formar essa parceria com essa importante organização para que a gente possa contribuir naquilo que for possível e se faça necessário não só na elaboração de políticas que tratem do desenvolvimento sustentável da Amazônia não mais brasileira, mas a Amazônia global. O Brasil, apesar de deter mais de 60% do território amazônico, não partilha sozinho desse bioma.

Temos, além do Brasil, Suriname, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Peru e Guiana, que compartilham o mesmo bioma. Então, ações conjuntas são extremamente necessárias.

Quero agradecer a presença de todos e pedir que, ao final da reunião, a gente possa analisar um novo requerimento também relativo – se V. Ex^a, Relator, permitir – a esse assunto.

O nosso Relator ocupará aqui o seu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macedo. PT – SE) – Obrigado a Senadora Vanessa.

Senador Sérgio, para sua consideração inicial. E, depois, iremos aos nossos palestrantes.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Primeiro, eu acho que, no mínimo, é deselegante...

Boa tarde a todos.

Faço uma reflexão bem rápida sobre a nossa reunião de hoje e me reservo para fazer perguntas e comentários maiores ao final.

Primeiro, esta Comissão tem se prestado a oferecer à sociedade brasileira grandes debates. E tem buscado fazer as reuniões semanais. Nem mesmo as comissões permanentes do Congresso, da Câmara e do Senado, às vezes conseguem promover as suas reuniões semanais.

Mas nós temos um objetivo muito bem elaborado e uma meta para chegarmos ao final deste ano, o ano da Rio+20, com o relatório que sirva para o Congresso Nacional, que sirva para a sociedade brasileira como uma proposição, uma ideia geral de como é o tratamento das mudanças climáticas e demais fatos atinentes às mudanças climáticas.

É bom que a sociedade brasileira, o Congresso Nacional conheçam um pouco do que é a Organização do Tratado da Amazônia. É um órgão criado há mais de 30 anos, 34 anos, e pouco se conhece sobre isso. E a Comissão de Mudanças Climáticas, através da iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, entendeu que isso é tão importante quanto qualquer outra reunião desta Comissão. Então, a iniciativa de promovermos esta reunião e com a presença das pessoas que mais

entendem do assunto, eu acho que vamos ter, Presidente Márcio, uma reunião muito profícua no sentido de conhecermos um pouco como funciona, entendermos isso e sabermos ao que se propõe a OTCA, quais são as metas, os objetivos, como será daqui a 30 anos, o que estamos pensando para a Amazônia – não de hoje, mas a Amazônia de amanhã também.

Era isso, Sr. Presidente, agradecendo a presença de todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macedo. PT – SE) – Antes de iniciar os nossos debates, gostaria de registrar que o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, o ex-Presidente e atual Senador Fernando Collor esteve aqui recepcionando os nossos palestrantes e, por motivos de força maior, de compromisso anterior agendado, ele pediu licença para se ausentar dos nossos debates de hoje, mas quero registrar a deferência que o Senador Collor teve de estar aqui presente no início dos nossos trabalhos.

Queria também cumprimentar o Deputado Federal Noé, do PSB do Rio Grande, e assíduo membro desta Comissão.

Então, vamos iniciar os nossos trabalhos, passando para o palestrante Ministro Clemente Baena Soares, Diretor do Departamento da América do Sul II. Vamos trabalhar com até 15 minutos.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Márcio Macedo, Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas; Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente desta Comissão e uma, como ela disse em Manaus em novembro do ano passado, servidora da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico; Senador Sérgio Souza, com quem já estive o prazer de participar de um debate sobre água, juntamente com o Presidente da ANA; Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, prazer reencontrá-la; Embaixador Gordillo; Embaixador Sevilla; nossos companheiros de jornadas na OTCA; para mim é um grande prazer, uma honra estar aqui novamente justamente nesta Comissão – se não me engano, esta é a terceira vez que venho aqui – para debater, para conversar um pouco sobre o tema do Tratado de Cooperação Amazônico.

Esse tratado foi firmado desde 1978, há 34 anos, como dito aqui pelo Senador, e, desde 2006, temos uma sede em Brasília. E justamente neste ano de 2012, completam-se de dez anos de assinatura do Acordo sede entre o Brasil e a Organização.

Eu vou contar um pouco do passado da Organização. Ela tem uma importância que transcende a região. A região amazônica, no início dos anos 2000 – 2001,

2002 –, por diversas vezes, os nossos governos, os governos dos países amazônicos sofreram diversas e duras críticas dos países desenvolvidos – e isso era textual – de que os nossos países não tinham competência, não tinham condições de proteger a Amazônia e, daí, ser necessário internacionalizar a região amazônica.

Eu acho que esta foi a primeira vez que houve uma reação conjunta, coordenada dos países amazônicos ao condenar esse tipo de crítica, esse tipo de declaração. Se não me engano, foi em 2007 que a OTCA emitiu uma declaração à imprensa refutando, em nome de todos os países amazônicos tal declaração.

Então, de lá para cá, houve um pouco esse caminho de fixar, de divulgar o que a OTCA produz, o que a OTCA faz. Eu participo das reuniões do Conselho aqui em Brasília desde 2006 ou 2007 e, portanto, tenho quase cinco anos e vejo que, de dois a três anos para cá... porque, anteriormente, nos anos de 2007 e 2008, houve uma espécie de congelamento das ações da OTCA em função de que não havia um secretário-geral eleito pelos oito países amazônicos. Daí, então, houve a eleição, antes do Embaixador Gordillo, estava o Embaixador Manuel Picasso, que, por razões de saúde, solicitou a sua saída e assumiu o Embaixador Gordillo.

Como disse a Senadora Grazziotin, a partir de julho, teremos um sistema de rodízio, e teremos um embaixador do Suriname – atualmente, ele é vice-chanceler do Suriname – como o próximo Secretário-Geral da OTCA.

Então, politicamente, esse órgão é o único organismo internacional com sede em Brasília e se tornou muito prioritário na política externa brasileira. Houve um reforço ou um esforço, digamos assim, do Governo brasileiro, em dar visibilidade à organização. O Brasil, por diversas vezes, sediou reuniões de presidentes da OTCA, em Manaus – aliás, as três reuniões de presidentes foram em Manaus –, reuniões de ministros de relações exteriores. A última foi em novembro do ano passado, também em Manaus.

O Governo brasileiro também realizou um seminário sobre a OTCA, justamente para divulgar um pouco o que a organização faz porque ela ainda é muito desconhecida, inclusive na região da Amazônia brasileira. Poucas pessoas conhecem o que faz.

Então, há um grande esforço do Governo de um pedido, aliás, que houve na declaração de Lima de ministros de relações exteriores, em 2010, de um relançamento da OTCA, o revigoramento da OTCA.

Então, em função dessa atitude, dessa declaração de Lima, nós estamos trabalhando para que a OTCA tenha o seu relançamento de seus objetivos reconhe-

cidos, não somente na região da América do Sul, mas em escala mundial.

Portanto, coloco a Rio+20 como a ocasião ideal para que se dê uma maior visibilidade ao trabalho que está sendo feito pela organização.

Atualmente, entre vários outros projetos que estão sendo feitos para aplicação na região amazônica, em todos os países amazônicos, temos um projeto de fundamental importância, que esperamos seja assinado durante a Rio+20, que são os recursos do Fundo Amazônia do BNDES – esses fundos, que são da ordem de US\$11,5 milhões, seja aplicados em todos os países amazônicos no sentido de monitorar o desmatamento.

Será, eu acho, o primeiro grande projeto que vai abarcar todos os países amazônicos. Então, a partir da assinatura desse projeto – que esperamos agora na Rio+20 –, possa haver um novo fôlego, um revigoreamento aos trabalhos da Organização.

Eu não quero me alongar muito aqui. Eu daria oportunidade para os nossos Embaixadores, Gordillo e Sevilla, para que um pouco complementem o que foi dito aqui. E coloco-me à disposição de todos para responder a qualquer pergunta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macedo. PT – SE)

– muito obrigado, Ministro Clemente.

Gostaria de passar a palavra ao Secretário-Geral da OTCA, Embaixador Alejandro Gordillo para suas considerações.

O SR. ALEJANDRO GORDILLO –

(Pronunciamento em espanhol.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Muito obrigado, Embaixador Alejandro.

Eu queria passar a palavra ao Embaixador do Equador no Brasil, Horácio Sevilla Borja.

O SR. HORÁCIO SEVILLA BORJA –

(Pronunciamento em espanhol.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Quero agradecer a intervenção do Embaixador Horácio Borja.

Vamos iniciar os debates nesta tarde de hoje. Antes, porém, quero registrar que por aqui passaram o Senador Wellington Dias e o Deputado Federal Ricardo Tripoli.

Quero passar a palavra ao Deputado Federal Alfredo Sirkis, do Rio de Janeiro.

Sirkis, há uma lista onde consta a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Sérgio Souza. Só depois V. Ex^a. Gostaria de lhe pedir desculpas porque não tinha visto e atrapelei a ordem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas seria um prazer se o Deputado Sirkis...

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– O erro foi meu. Vamos seguir a ordem de inscrição. Em primeiro lugar, a Senadora Vanessa Grazziotin e, depois, o Senador Sérgio Souza, e depois, o Deputado Alfredo Sirkis.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB

– AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento a todos os meus companheiros parlamentares que aqui estão, Deputados e Senadores, e, mais uma vez, nossos convidados.

Em primeiro lugar, quero dizer da minha alegria de ter colaborado com todos que aqui estão para que trouxéssemos para cá efetivamente o debate em torno da Amazônia.

Deputado Sirkis, eu sou daquelas que penso que temos que, em primeiro lugar, dominar, discutir e apontar soluções para os nossos próprios problemas. Então, diante da existência dessa organização tão importante, que é a OTCA, que busca a integração da nossa região, dos oito países que compõem o Bioma Amazônico, penso que não nos resta outro caminho senão ajudar a fortalecer esse órgão de extrema importância.

Durante esses anos todos, o Ministro Baena deixou um pouco claro e foi quem da Mesa historiou sobre o nascimento da OTCA. Primeiro, ela veio como um tratado, mas depois se mostrou necessário que houvesse uma organização para coordenar a execução do tratado.

Acredito que nessas três décadas de existência da OTCA ainda temos muito que avançar e consolidar, porque quando tratamos de uma região tão sensível e tão carente de ações públicas, precisamos ter clara a necessidade de dar prioridade a essas ações.

Entretanto, não deverão ser ações de um único país. Não vejo como possível, nem mesmo como eficiente, ações diferentes, adotadas de formas diferenciadas e em tempos diferenciados entre os oito países.

Pego o exemplo do Amazonas. Por que Manaus? Talvez Manaus tenha sido a cidade eleita como a sede quase que de todas as reuniões, de boa parte das reuniões pelo ponto onde se localiza. Se estivéssemos na Comissão de Relações Exteriores, lá eles têm tudo preparado para colocar um mapa aqui. A Comissão de Relações Exteriores é muito eficiente nisso. Se pudéssemos colocar o mapa aqui, veríamos que Manaus fica quase no centro da Amazônia.

O Tratado, no meu entendimento, só vai vigorar na sua plenitude, na hora em que se transformar em ações práticas. Este deve ser o objetivo dos senhores e o objetivo de todos aqueles que defendem a região e que têm a clareza, primeiro, de uma ação soberana em relação à região. Não sou daquelas que acha

que não existem interesses outros, pelo contrário, as ações de biopirataria mostram como nossa região é sensível, como ela contribui com o mundo, mas, infelizmente, com as grandes corporações e como pouco contribui para as nossas nações internamente, para aqueles que lá vivem.

Vinte e cinco por cento dos medicamentos comercializados no mundo têm a base do seu princípio ativo extraída do Bioma Amazônico. Esse não é um dado fictício, mas um dado real e reconhecido internacionalmente. Eu mesma vou relatar um projeto hoje que trata da diminuição de áreas de proteção ambiental para dar conta de projetos energéticos importantes na nossa região, tais como a construção de algumas grandes hidrelétricas, como a Belo Monte, as duas hidrelétricas do rio Madeira.

Quando o Governo brasileiro faz isso, ele aponta, por outro, para a compensação. Mas falamos de projeto como geração de energia na região, energia da qual o povo da região não tem acesso. Então, a plataforma e o que significa desenvolvimento sustentável é exatamente isto: como contribuir para as nossas nações, mas garantindo o bem-estar daqueles que lá vivem. A energia passa por cima, mas não fica lá para a população.

Enfim, são essas as questões que considero importante.

E muito me anima o fato da OTCA ter tomado em suas mãos, porque poderia ter ficado parada, um projeto cuja decisão do Governo brasileiro foi anunciada ainda na Conferência das Mudanças Climáticas na África do Sul. Lá estávamos o Deputado Márcio, o Deputado Sirkis e eu. Daqui estávamos os três. E o ponto alto da intervenção da Ministra do Meio Ambiente foi exatamente o anúncio da decisão do Governo brasileiro em compartilhar o monitoramento da Amazônia em relação ao desflorestamento com todos os países do mesmo bioma.

De lá para cá, Deputado Sirkis, a OTCA juntamente com o Ministério de Ciência e Tecnologia, o INPI e o Meio Ambiente elaboraram um projeto que está pronto, em análise no BNDES. Se tudo der certo e se nós apoiarmos, Deputado Márcio, se esta Comissão apoiar muito – e eu, semana passada, estive com o Presidente Luciano Coutinho –, teremos a possibilidade de uma aprovação do projeto por parte do BNDES, projeto que será financiado pelo Fundo da Amazônia, Fundo Amazônico, que é um fundo do Governo brasileiro, mas que pode ter parte, 20% dos recursos utilizados junto com outros países que compõem o bioma. E lá na Rio+20, a Presidenta Dilma, juntamente com todos os chanceleres e os Ministros de Relações Exteriores assinaram esse convênio. E quem coordenará

todo esse projeto será a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Vejo isso como um passo muito importante, mas somente o primeiro passo. Não sei se os senhores todos prestaram atenção, todos eles, nossos convidados, falaram da Universidade da Amazônia.

Acho que, dado o primeiro passo do monitoramento do desflorestamento, vai contribuir não só com a preservação do Bioma Amazônico brasileiro, mas de todo o Planeta, porque nós dependemos da Colômbia... A maior bacia hidrográfica do Brasil, que é o rio Amazonas, não nasce no Brasil, nós pegamos a parte de baixo do rio. Então, qualquer interferência lá em cima, quem sofre somos nós.

Portanto, cientificamente, é mais do que lógico, é necessário essa ação conjunta. E o segundo passo que penso a partir disso é o que os senhores colocam como parte, talvez a mais importante, da agenda estratégica, que é a criação dessa Universidade da Amazônia Global, e uma universidade que, imagino, voltada muito para a biodiversidade, para as questões ambientais, para o desenvolvimento sustentável, aproveitando os recursos naturais que essa mais rica diversidade biológica do Planeta nos brinda, já que somos nós os detentores da maior diversidade biológica do Planeta: nós, o Equador, a Bolívia, Peru, enfim, todos os países desse Bioma.

Então, quero ouvir dos senhores como vêm a ajuda que o Parlamento poderia dar. Que tipo de ajuda esperam do Parlamento brasileiro? Porque temos várias comissões que podem fazer interface: Relações Exteriores, Mudanças Climáticas, Meio Ambiente, tanto da Câmara quanto do Senado. E exatamente que tipo de ajuda e contribuição o Parlamento brasileiro poderia dar? E se os senhores têm feito interlocuções com os parlamentos dos outros sete países que compõem o Tratado de Cooperação? Se há também, com eles, um diálogo como nós estamos procurando estabelecer e, mais do que isso, consolidar esse diálogo e essa parceria?

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Senadora Vanessa, o mapa já está ali.

Queria estabelecer a seguinte metodologia. Estão inscritos o Senador Sérgio Souza e o Deputado Alfredo Sirkis.

Vamos fazer um bloco dos três. Se o Deputado Noé quiser também usar a palavra. Depois, os senhores responderão e farão as suas considerações finais.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^a Vice-Presidente, Senadora Vanessa, Deputado Sirkis, Deputado Noé, caros palestrantes, Alejandro Gordillo, Embaixador e Secretário-Geral da

OTCA; Ministro Clemente Baena Soares, frequentador assíduo desta Casa e de diversas Comissões; Embaixador do Equador no Brasil, Horácio Borja; tenho percebido que parece que cai um pouco no esquecimento ou não se dá a importância devida à OTCA. Percebo que desde 1978, Senador Inácio Arruda, que nos prestigia com a sua presença, houve um desenvolvimento lento.

Dentro desse cenário, saindo da perspectiva da defesa nacional e de protecionismo para enfrentar os grandes temas do desenvolvimento sustentável, indago aos senhores se o projeto de monitoramento do desflorestamento, aproveitamento florestal e mudanças do uso de solo da OTCA objetiva aprimorar a governança nos temas florestais amazônicos. Qual a contribuição desse projeto para os debates na Rio+20?

Na qualidade de Relator desta Comissão, importa indagar acerca do projeto da OTCA, intitulado “Gestão Integrada Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços da Bacia do Rio Amazonas”. E é nesse sentido que o Ministro Clemente esteve na Comissão da Água, da qual sou Presidente, recentemente debatendo as águas transfronteiriças.

Mas pergunto aos senhores, considerando a variabilidade e as mudanças climáticas, qual a avaliação que possuem quanto a esse projeto em relação à exploração dos recursos hídricos da região tendo em vista os transportes, a mineração e a construção de barragens.

Por fim, indago aos senhores se são favoráveis à ratificação do Protocolo de Nagoya adicional à Convenção sobre Diversidade Biológica. A OTCA tem debatido esse protocolo? E quais seriam as medidas de implementação necessárias na Região Amazônia para implementar esse protocolo?

Eram essas, Sr. Presidente, as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Quero passar a palavra ao Deputado Alfredo Sirkis, do PV do Rio de Janeiro.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Sr. Presidente, ilustres convidados, salta aos olhos quando olhamos o mapa da Amazônia que ela é de vários países sul-americanos e que necessita de uma governança compartilhada entre esses vários países.

Sabemos que a Amazônia, neste momento, está exposta a vários perigos. Existe o processo de devastação direta que ocorre e que no nosso País, graças a Deus, nos últimos anos, conseguimos reduzir substancialmente seu desmatamento, embora ainda se dê em índices alarmantes. É um processo que, como a bicicleta, não se pode parar de pedalar, senão cai. Ou seja, não é absolutamente algo já conquistado, mas

pelo menos podemos dizer que a situação é muito melhor do que era nos anos 80, nos anos 90.

No entanto, as motosserras e o ataque de certos segmentos da economia predatória à floresta não são o único vetor de destruição e nem a única ameaça que paira sobre a Amazônia. Além disso, há também a ameaça do processo de mudanças climáticas já em curso nos dias de hoje.

Então, a Amazônia, de um lado, sofre ameaça do processo de devastação por baixo e, por outro lado, sofre as consequências das mudanças climáticas já acontecidas.

Tivemos, em 2005 e 2010, duas secas sem precedentes e estamos tendo, neste ano, enchentes também sem precedentes na Região Amazônia e que tem, evidentemente, uma ligação com mudanças climáticas em função do aquecimento já registrado de 0,8°, em comparação com o início da era industrial.

Essa situação se torna muito preocupante quando vemos que se nada for feito, se continuarmos no *business as usual*, no final do século, ainda no escopo de vida dos nossos netos, teremos aumentos de temperatura possivelmente ultrapassando cinco graus e uma acentuação extrema das consequências sobre várias regiões do Brasil: a Região Sul Sudoeste, com o agravamento das enchentes e outros fenômenos meteorológicos extremos que já se notam; no Nordeste brasileiro, a desertificação do semi-árido; e na Região Amazônica, um risco muito grande de um processo de savanização, de descaracterização, de mudança profunda na característica física da própria Floresta Amazônica.

Diante disso, uma colaboração cada vez mais intensa e estreita entre os nossos países na luta pela preservação da Amazônia e pelo desenvolvimento de uma economia que seja compatível com a preservação e que, inclusive, tire partido dessa preservação para poder obter também avanços econômicos me parece fundamental.

O Brasil desenvolveu, através do Inpi, uma capacidade de monitoramento por satélite de toda a região, que é invejável e não deixa a dever a nada que possa existir tecnologicamente no norte do Planeta. Pelo contrário, não há, neste momento, sistema mais preciso de monitoramento do desmatamento e de outras situações que se dão na floresta do que aquele que foi desenvolvido pelo Inpi. Inclusive, procuramos colaborar com a Indonésia e outros países, mas evidentemente que, no marco amazônico, essas ferramentas têm que ser disponibilizadas para o conjunto de países amazônicos.

Por outro lado, seria recomendável, e isso é uma tarefa de parlamentos e de governos, que procurás-

semos, na medida do possível, evidentemente respeitando questões culturais e históricas, chegar a ter uma legislação ambiental a mais próxima possível de um país para com o outro. Que houvesse, realmente, certa homogeneidade nas regras ambientais entre os vários países, partindo das regras mais rigorosas dos países que têm regras mais rigorosas. Esse deve ser o denominador comum e não as menos rigorosas. É isso que se deve buscar, embora seja um processo complexo, que não se atinja do dia para noite. No entanto, deve ser buscado porque, futuramente, será uma ferramenta importante.

Foi falado aqui sobre a questão da universidade. Penso que é extremamente importante todos os nossos países investirem muito mais em pesquisa, em desenvolvimento de tecnologias apropriadas e no conhecimento mais profundo do potencial econômico da nossa biodiversidade do que aquilo que tem acontecido até agora.

E nesse sentido não vejo dificuldade de buscarmos a colaboração de países no espaço extracontinental. Penso que temos a maturidade, a experiência e a capacidade para poder diferenciar entre aquilo que, de fato, pode nos ajudar e aquilo que podemos considerar dispensável.

Nesse sentido, Sr. Embaixador, não tenho medo da internacionalização da Amazônia. Isso era um discurso da extrema direita militar brasileira nos anos 80, através do qual combatia aqueles que defendíamos a Amazônia, que buscávamos, como Chico Mendes, tragicamente assassinado em 1988, denunciar a ação desmatadora de interesses madeireiros, latifundiários, de criação de gado e por aí adiante, que estava destruindo a floresta e acusavam aqueles como Chico Mendes, que se opunham, de serem agentes da internacionalização da Amazônia. Esse é um discurso da extrema direita. Pelo menos aqui no Brasil.

Não vejo nenhum governo oficialmente afirmar. Há uns dois anos apareceu um *fake* na Internet que fez um sucesso danado, com milhares e milhares de visitas. Era um mapa da Amazônia internacionalizado. Depois se descobriu que, de fato, era um *fake*.

Acho que a melhor maneira de exercermos a nossa soberania sobre a Amazônia é fazer o que, em grande medida, já está sendo feito, ou seja, nos unirmos enquanto países sul-americanos e trabalharmos juntos e, de uma forma muito séria e incisiva, combater o processo de destruição da floresta e realmente transformarmos a Amazônia e as suas cidades, a sua área interior, em um laboratório de tecnologias apropriadas.

Fala-se muito aqui das grandes barragens. Não vou entrar nessa discussão. Mas penso que a maior parte das comunidades amazônicas estará muito me-

lhor servida por uma geração descentralizada de energia elétrica, que nos pode ser dada, por exemplo, por luz solar.

Hoje mesmo estava conversando com determinados técnicos que me falavam de placas solares que podem ser binárias, servem ao mesmo tempo para gerar energia elétrica e para aquecer a água até o ponto de desinfetá-la. Isso é uma tecnologia com um potencial extraordinário para localidades remotas para as quais, por um lado, seria muito devastador trazer as linhas de transmissão das grandes barragens e, por outro lado, seria pouco apropriado e muito caro, como tem sido construir termoeletricas a óleo combustível ou a óleo diesel, cujo transporte é extremamente encarecedor e as comunidades amazônicas que são servidas por esse tipo de geração de eletricidade pagam um preço muito elevado.

Então, de fato, é necessário investir em tecnologias novas. Mas infelizmente nosso País não investe suficientemente nessas tecnologias.

Eu diria que considero extremamente auspicioso o fato da OTCA estar se consolidando. Penso que o Brasil pode jogar um papel até maior do que tem jogado nesse processo e podem estar certos de que o Parlamento brasileiro responderá de forma muito positiva a tudo o que seja no sentido de defender melhor a Amazônia. E para defender melhor a Amazônia é necessário darmos o exemplo de governança supranacional, porque esse tipo de governança não significa apenas aquilo que se dá sob a égide da ONU e das suas instituições. É extremamente importante e me parece mais fácil haver governança supranacional em uma fase inicial entre países vizinhos, entre países amigos, entre países próximos que compartilham de certo número de problemas em comum e compartilham de certo número de possibilidade de superá-los de forma integrada e em conjunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Agradeço as palavras do Deputado Alfredo Sirkis.

Vamos passar para os palestrantes responderem...

Antes, porém, tem a palavra o Deputado Luiz Noé. Você não se inscreveu...

O SR. LUIZ NOÉ (PSB – RS) – É porque V. Ex^a tinha dito que eu ia falar após os três.

Faço parte do Rio Grande do Sul, portanto uma realidade extremamente diferente da que vocês presenciaram. O primeiro questionamento para qualquer um dos palestrantes é: hoje a diferença física é maior do que a diferença política? Já existe legislação, conceitos ou tratados entre os países que compõem a Amazônia que já estão mais harmonizados? Já existe o mesmo

conceito, a mesma prática em termos de tratado de acordos entre os governos?

É claro que a estrutura física, como os senhores colocaram, tem que ser construída, mas ainda falta bastante.

O segundo ponto que pergunto: essa realidade brasileira que estamos conseguindo ter avanços, claro que não negando o passado, já que houve um passado de agressão, um passado onde trabalhamos fortemente a questão da depredação, mas hoje o País e a realidade brasileira trabalham em outro sentido. Essa mesma realidade é acompanhada pelos outros países? Levando em consideração que o fator cultural e econômico dos outros países também interfere nessa relação, por exemplo, até mesmo como o Sr. Representante do Equador, o Equador está conseguindo ter as atitudes que o Brasil está tomando? E não faço a pergunta diretamente ao senhor, mas aos outros países que compõem essa situação.

E um terceiro ponto de vista que pergunto aos painelistas: é claro que hoje não se percebe a invasão institucional de um país, mas se percebe claramente a biopirataria, que é uma invasão que tira os nossos princípios ativos, o nosso patrimônio e a riqueza da própria Amazônia. Nesse sentido, existe algum órgão jurídico da entidade que proteja essas riquezas em organismos internacionais? Ou a entidade fica dependendo da defesa de cada país membro nesses órgãos internacionais?

Seria isto.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Vamos passar aos palestrantes para responderem as indagações e fazerem as suas considerações finais. Vamos trabalhar com até dez minutos para cada palestrante.

Vamos começar com o Ministro Clemente Baena Soares.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

– Obrigado, Sr. Presidente. São perguntas dos Srs. Parlamentares que provocam ou estimulam um debate muito interessante, pois é um debate o qual as pessoas que tratam o assunto dentro do Ministério sempre quiseram ter.

Sempre quisemos ou almejávamos que o Parlamento ou que o Congresso se envolvesse nas questões da OTCA, como foi colocado pela Senadora Grazziotin e daí uma pergunta que partiu da própria Senadora: como o Congresso brasileiro, e eu diria que os Parlamentos amazônicos, poderiam auxiliar os trabalhos da organização?

No caso do Brasil... O Brasil se comprometeu... O Brasil, atualmente, paga cerca de 40% do orçamento da organização. Na reunião de Lima, de Ministros

das Relações Exteriores, em 2010, houve um acordo entre todos os Ministros de aprovar um incremento nas quotas anuais da OTCA. E o Brasil aumentou sua contribuição em 70%, ou seja, passamos de US\$400 mil para US\$680 mil.

É pouco. É muito pouco. Por quê? Porque a OTCA não sobrevive somente com o orçamento regular que é pago pelos países contribuintes. A OTCA tem diversos projetos, tem diversos acordos assinados com outras agências internacionais. Mas se dou o dinheiro, quero que esse dinheiro seja aplicado em determinada área, em determinado tema.

Muito se evoluiu dentro da própria OTCA, porque, antigamente, esses recursos passavam pelos órgãos superiores da OTCA, mas não eram, digamos, examinados e discutidos com maior profundidade dentro dos próprios países. Mesmo porque esses recursos eram aplicados nesses países e, muitas vezes, sem o conhecimento dos próprios países.

Então, uma das grandes reformas dentro da OTCA foi atualizar o seu regulamento: regulamento do Conselho de Cooperação, regulamento de pessoal, regulamento de assinatura de acordos de cooperação com agências internacionais.

Ou seja, a partir do momento em que há uma iniciativa da OTCA em buscar recursos fora dos países amazônicos, esta tem que ser imediatamente comunicada a todos os oito países. O assunto tem que ser debatido dentro da OTCA e tem que ser aprovado pelos países da OTCA, depois de vários questionamentos, de várias perguntas que sejam feitas tanto à OTCA quanto à agência cooperante.

Desse modo, houve uma maior transparência na assinatura e, especialmente, na aplicação desses recursos em todos os países. Isso foi uma evolução, uma atualização dos regulamentos da OTCA, fundamental, eu diria, para dar transparência em todo o processo, em toda a circulação dos recursos dentro da OTCA.

Então, primeiro seria o envolvimento do Parlamento, digo do Brasil, na questão de ajudar, de apoiar esse incremento na quota do Brasil de aumentar em 70%. Isso implica no orçamento do Itamaraty, que passa pela aprovação do Congresso.

Portanto, respondendo um pouco a pergunta da Senadora, em primeiro lugar, seria a questão de recursos. E volto a dizer, os recursos que o Brasil e que os demais sete países contribuem para a OTCA são insuficientes para a implementação de vários projetos na Região Amazônica.

Acho importante dizer isto por quê? O que acontece em decorrência disto? Passamos a depender dos recursos de fora da OTCA. Perdemos uma certa autonomia na aplicação desses recursos. Mas não é só

o Brasil que precisaria aumentar sua contribuição; os demais países também concordaram em aumentar. Não sei qual é exatamente o orçamento da OTCA aprovado – *Pausa* –, R\$1.6 milhões. Totalmente insuficiente para que se implementem todos os acordos e projetos que beneficiem a Região Amazônica nos oito países.

E volto a falar de recursos porque é a nossa maior dificuldade dentro da organização. A OTCA possui diversas coordenadorias: Coordenadoria Indígena, Turismo, Infraestrutura, Educação, Saúde, todas têm por volta de 10 a 15 projetos para implementar. Assim, além dos recursos regulares, quer dizer, dos recursos dos países, dos recursos das agências especializadas, haveria necessidade de um terceiro elemento. Ou seja, buscar recursos na iniciativa privada, em empresas estatais mistas, como a Petrobras, ou, no caso da Venezuela, a PDVSA; ou no Equador... E buscar também outras formas alternativas de financiamento aos projetos da organização. Isso também o Congresso poderia se envolver.

Se não me equivoco, temos um Parlamento Amazônico, o chamado Parlamaz, mas me parece que é virtual, pois acho que nunca se reuniu ou pelo menos não foram identificados os integrantes, os membros. Poderíamos ter a formalização deste Parlamento Amazônico, que passa a existir formalmente. Seria mais um envolvimento do Congresso brasileiro, que poderia estimular a existência desse parlamento.

Ainda há outras perguntas, inclusive sobre o Protocolo de Kyoto, mas vou deixá-la para o nosso Secretário-Geral, que tem mais intimidade com o tema.

O Deputado Sirkis falou sobre uma legislação homogênea ambiental dos países. Podemos chegar lá. No momento, seria o único foro dos países amazônicos, onde há pelo menos uma tentativa de coordenação no assunto florestas, pois é o momento em que se reúne, na ONU, os oito países para debater uma posição comum com relação a questões plurais(?), mas só.

Poderia se ampliar a temática para outras áreas. Pode se chegar, sim, a uma legislação... Mas é um trabalho complexo, como o próprio Deputado Sirkis apontou, pois cada país tem a sua legislação e aprovada pelos seus respectivos congressos. Então, seria... Mas pode se chegar lá. É um trabalho árduo, trabalho longo, mas tem que ser iniciado o processo.

O senhor perguntou sobre...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Pode concluir.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

– Obrigado, Sr. Presidente. O senhor perguntou como

é o tratamento de outros países. Também deixo esta pergunta para os demais convidados.

Sobre a biopirataria, como é tratada, se há algum órgão jurídico envolvido na questão de defender esses países em foros internacionais.

Infelizmente, Deputado, não temos. O que podemos fazer é se chegar a um acordo entre os oito países para que se defenda o Brasil, o Equador, o Peru, a Colômbia, enfim, para que se defendam os oito países em nome desses oito países, nesses foros.

Mas não há previsto, no regulamento, na legislação que rege a atuação das atividades da OTCA, um órgão jurídico que possa defender os países amazônicos em outros foros. Só há uma possibilidade: fazer uma reunião desses países para debater sobre o tema e daí ter uma posição comum sobre determinado assunto.

Ficaria por aqui, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Muito obrigado a Clemente Soares, Ministro do Itamaraty, pela sua explanação e por ter vindo a esta Comissão enriquecer este debate.

Passo a palavra ao Embaixador Alejandro A. Gordillo, para as suas considerações finais.

O SR. ALEJANDRO GORDILLO –

(Pronunciamento em espanhol.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Para as considerações finais, o Embaixador do Equador, Horácio Sevilla Borja.

O SR. HORÁCIO SEVILLA BORJA –

(Pronunciamento em espanhol.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Muito obrigado pelas suas palavras, Embaixador Horácio Borja, do Equador.

Quero pedir um pouco de paciência aos nossos palestrantes, porque vamos colocar em discussão para aprovação três requerimentos. Em seguida, encerraremos a nossa Mesa de hoje.

O primeiro requerimento, de minha autoria, é para realização de uma audiência pública conjunta da Comissão de Meio e Desenvolvimento Sustentável com a Comissão de Finanças e Tributação, ambas da Câmara dos Deputados. O requerimento já foi aprovado nas Comissões e a audiência será no dia 31 de maio, às 10 horas da manhã, no Plenário 2.

Quero colocar em discussão e votação este requerimento.

Há alguma posição contrária dos Srs. Parlamentares aqui presentes, Deputados e Senadores? *(Pausa.)*

O tema será sobre Economia Verde e Tributação.

Não havendo posições em contrário, aprovado o requerimento.

Há um segundo requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, que passo a ler.

“Requeiro, nos termos regimentais, realização de audiência pública no âmbito da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a participação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a debater os objetivos, os alcances e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, no dia 21 de junho, durante a Rio+20, na cidade do Rio de Janeiro. Os nomes dos convidados serão posteriormente fornecidos à Secretaria da Comissão.”

Em discussão o requerimento.

Algum Parlamentar tem posição contrária? *(Pausa.)*

Não havendo posições contrárias, está aprovado o requerimento.

O terceiro requerimento, também de minha autoria, está previsto no nosso plano de trabalho.

“Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, no dia 19 de junho do corrente, às 16 horas, na cidade do Rio de Janeiro, durante a realização da Rio+20, para debater o tema “Os princípios da Política Nacional de Mudanças Climáticas nos marcos da sustentabilidade”, com os seguintes convidados: Ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente; Luiz Pinguelli Rosa, Secretário Executivo do Fórum de Mudanças Climáticas; Deputado Sarney Filho, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; e o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.”

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo posição contrária, aprovado.

Quero lembrar que teremos nossa reunião ordinária no dia 30 no mesmo horário e mesmo local. E teremos a reunião conjunta da Comissão de Meio e Desenvolvimento Sustentável com a Comissão de Finanças e Tributação, da Câmara dos Deputados, no dia 31, às 10 horas da manhã, no Auditório 2, da Câmara dos Deputados.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 19ª reunião conjunta das Comissões Permanentes referente à 7ª reunião da Comissão Mista de Mudanças Climáticas

e á 28ª reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço a presença de todos os parlamentares presentes e dos três palestrantes que aqui se dispuse-

ram a fazer esta Mesa de debate riquíssima, na tarde de hoje, e parabeno a Senadora Vanessa Grazziotin pelo requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 24 minutos.)



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

| | |
|---|-------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada) | R\$ 58,00 |
| Porte do Correio | R\$ 488,40 |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada) | R\$ 546,40 |

ANUAL

| | |
|---|---------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada) | R\$ 116,00 |
| Porte do Correio | R\$ 976,80 |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada) | R\$ 1.092,80 |

NÚMEROS AVULSOS

| | |
|------------------------|-----------------|
| Valor do Número Avulso | R\$ 0,50 |
| Porte Avulso | R\$ 3,70 |

ORDEM BANCÁRIA

| | |
|--------------------|-----------------------|
| UG - 020054 | GESTÃO - 00001 |
|--------------------|-----------------------|

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

| | | |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|
| UG - 020054 | GESTÃO - 00001 | COD. - 70815-1 |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 56 páginas
(OS: 13944/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

